

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**ECOVILAS:
HISTÓRIA, PRÁTICAS E A BUSCA POR UMA ‘NOVA’
ECONOMIA**

GUSTAVO ÍBIS GONÇALVES PRADO
Matrícula nº 108139040

ORIENTADOR: Carlos Eduardo Frickmann Young
CO-ORIENTADOR: Francisco José Mendes Duarte

ABRIL 2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**ECOVILAS:
HISTÓRIA, PRÁTICAS E A BUSCA POR UMA ‘NOVA’
ECONOMIA**

GUSTAVO ÍBIS GONÇALVES PRADO
Matrícula nº 108139040

ORIENTADOR: Carlos Eduardo Frickmann Young
CO-ORIENTADOR: Francisco José Mendes Duarte

ABRIL 2018

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do autor

Dedico este trabalho a Deus

“Porque está escrito: Destruirei a sabedoria dos sábios, E aniquilarei a inteligência dos inteligentes.

(...) Mas Deus escolheu as coisas loucas deste mundo para confundir as sábias; e Deus escolheu as coisas fracas deste mundo para confundir as fortes;

E Deus escolheu as coisas vis deste mundo, e as desprezíveis, e as que não são, para aniquilar as que são”.

I Coríntios 1:19; 27-28

“Mucha gente pequeña, em lugares pequeños, haciendo cosas pequeñas, pueden cambiar el mundo”.

Eduardo Galeano.

Agradeço às inúmeras pessoas que me levaram até o fim deste trabalho e que de alguma forma me inspiraram.

Agradeço de forma especial a minha amada companheira, que cruzou os maiores oceanos e as mais altas montanhas ao longo da saga dessa monografia.

Agradeço a toda minha família que me apoiou durante os intermináveis anos nos quais me aventurei em busca desse algo chamado educação.

Agradeço aos professores que de alguma forma deram significado à esta caminhada que por muitos anos não fez sentido algum.

RESUMO

As ecovilas são comunidades intencionalmente planejadas a fim de desenvolver e estabelecer práticas alternativas para a construção de uma sociedade sustentável e regenerativa, se constituindo, portanto, como um movimento contra hegemônico cuja principal missão é servir de modelo para a reconstrução da sociedade atual. O método utilizado nesta pesquisa foi o de revisão bibliográfica. A partir deste, buscamos compreender a trajetória histórica das comunidades intencionais e, mais precisamente, do movimento de ecovilas. Em seguida, abordamos a organização deste movimento a partir de três dimensões de sustentabilidade: a social, a ecológica e a econômica. Foi dada ênfase a esta última dimensão, ao ressaltar-se que as iniciativas econômicas presentes nas ecovilas possuem forte natureza crítica às premissas econômicas capitalistas. Estas iniciativas buscam inovar subvertendo a lógica capitalista em aspectos como consumo, propriedade, produção e a própria relação entre economia e sociedade. Por fim, este trabalho se debruçou sobre as convergências existentes entre os movimentos de ecovilas e a economia solidária destacando como este último traz importantes contribuições para o entendimento de como esses arranjos, inseridos em uma economia global focada no individualismo e na insaciável busca pelo excedente, conseguem estabelecer práticas econômicas condizentes com seus ideais e preceitos éticos. Foi possível observar que tanto a reformulação dos elementos econômicos quanto o uso das ferramentas de economia solidária por parte das ecovilas apontam para um ambicioso projeto dessas comunidades de estabelecer uma nova economia.

Palavras-chave: ecovilas, sustentabilidade, economia solidária, nova/ outra economia, inovação econômica/ social.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	9
MOTIVAÇÃO PESSOAL.....	10
METODOLOGIA.....	12
1. Principais problemáticas da metodologia.....	13
CAPÍTULO I: VISÃO PANORÂMICA SOBRE AS ORIGENS E CONSOLIDAÇÃO DO MOVIMENTO DAS ECOVILAS.....	15
I.1. Linha temporal das comunidades intencionais.....	17
I.2. Histórico e princípios das ecovilas.....	21
I.2.1. Consolidação do movimento das ecovilas.....	25
I.2.2. O papel atual da GEN.....	26
I.3. O que é uma ecovila? Análise de três casos concretos.....	29
I.3.1. Auroville, Índia.....	30
I.3.2. Findhorn Foundation, Escócia.....	34
I.3.3. Ecovila de Ithaca (EVI), EUA.....	38
CAPÍTULO II: ANÁLISE DAS ECOVILAS ATRAVÉS DAS DIMENSÕES DE SUSTENTABILIDADE SOCIAL E ECOLÓGICA.....	42
II.1. Dimensões de sustentabilidade.....	42
II.2. Dimensão de sustentabilidade social.....	44
II.3. Dimensão de sustentabilidade ecológica.....	52
CAPÍTULO III: ANÁLISE DAS ECOVILAS ATRAVÉS DA DIMENSÃO DE SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA.....	57
III.1. Comunalismo econômico – reavaliando valores de propriedade e distribuição de renda.....	60
III.2. Consumo – reavaliando as necessidades reais.....	62
III.3. Relocalização econômica – reavaliando a estrutura de produção.....	63
III.3.1. Impacto das atividades na receita das ecovilas.....	65
III.3.2. Impacto das atividades na geração de trabalho e renda dentro das ecovilas....	66
III.4. Qualidade de vida – reavaliando o bem-estar.....	67

III.5. Decrescimento econômico – reavaliando o papel da economia.....	70
III.6. Racionalidade econômica – reavaliando os valores que norteiam as ações.....	71
III.7. O movimento das ecovilas e a economia solidária.....	73
III.7.1. Contextualização histórica do movimento da economia solidária.....	74
III.7.2. Convergências práticas entre os movimentos de economia solidária e das ecovilas.....	77
III.7.3. Cooperativismo.....	83
III.7.4. CSA e a construção conjunta da oferta e da demanda.....	87
III.7.5. Moedas sociais.....	90
III.8. Ecovilas e a busca por uma “nova/outra economia”.....	94
CONCLUSÃO.....	98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	103

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar as ecovilas como um modelo de organização social alternativo, enfatizando as estratégias de sustentabilidade econômica, bem como os valores e ideologias que permeiam a concepção dessas comunidades, em resposta ao sistema econômico dominante focado na produtividade e competição.

A hipótese do trabalho é que as ecovilas, por serem comunidades intencionais com forte base ideológica de contestação, buscariam estratégias econômicas alternativas condizentes com seus valores e que apontariam para a construção de uma nova economia. Várias facetas desta busca por uma nova realidade socioeconômica serão analisadas ao longo do trabalho dando destaque para a economia solidária que, com seus preceitos e ferramentas, permite a esses arranjos sociais harmonizar o padrão ético coletivo com a sustentabilidade econômica local.

Para introduzir o tema, abaixo encontra-se um trecho do livro de Zygmunt Bauman¹, intitulado "Comunidade: A Busca por Segurança no Mundo Atual", que traz uma ampla reflexão sobre uma das principais temáticas desta monografia - o conceito de "Comunidade":

"As palavras têm significado: algumas delas, porém, guardam sensações. A palavra 'comunidade' é uma dessas. Ela sugere uma coisa boa: o que quer que 'comunidade' signifique, é bom 'ter uma comunidade', 'estar numa comunidade'. Se alguém se afasta do caminho certo, frequentemente explicamos sua conduta reprovável dizendo que 'anda em má companhia'. Se alguém se sente miserável, sofre muito e se vê persistentemente privado de uma vida digna, logo acusamos a sociedade — o modo como está organizada e como funciona. As companhias ou a sociedade podem ser más; mas não a comunidade. Comunidade, sentimos, é sempre uma coisa boa." (BAUMAN, 2001, P.7)

Essa definição, quase sinestésica, da palavra comunidade foi escolhida porque provoca uma reflexão, mesmo que indireta, sobre bem-estar e qualidade de vida. Existem correntes econômicas que descrevem esses parâmetros do desenvolvimento social de forma alternativa ao pensamento econômico ortodoxo. O movimento das ecovilas propõe uma ruptura dos paradigmas atuais pelo enfoque na transformação do indivíduo e na sua inserção em uma estrutura de apoio mútuo - comunidade. Para essas comunidades, as mudanças estruturais, tão importantes para os parâmetros de qualidade de vida, resultantes do desenvolvimento socioeconômico, podem ser resolvidas fora da esfera macroeconômica, sob um novo

¹ Zygmunt Bauman foi um importante sociólogo polonês. É considerado um dos maiores filósofos da atualidade. Tornou-se conhecido por suas análises da pós-modernidade, avaliando as relações sociais e econômicas sob esta óptica.

paradigma de produção e organização social, em pequena escala, ou usando um termo proposto amplamente pela literatura sobre ecovilas, em uma escala de "dimensão humana" ("human-scale"). Como diria um dos principais teóricos que inspiraram o movimento de ecovilas, o economista Ernst Friedrich "Fritz" Schumacher: "*Small is beautiful*"²

MOTIVAÇÃO PESSOAL

Após muitas matérias cursadas e muitos debates sobre economia e transformação social, permaneceram dúvidas inquietantes quanto à verdadeira capacidade da ciência econômica de transformar efetivamente a realidade social. Para ilustrar meu incômodo, faço uso a seguir de uma crítica do economista Mark Blaug à teoria econômica e seu distanciamento da realidade:

"A teoria econômica moderna está doente; ela se tornou cada vez mais um jogo intelectual jogado por si mesmo e não por suas consequências; os economistas gradualmente converteram o objeto em uma Matemática Social, onde o rigor analítico, como entendido na matemática, é tudo, e a relevância empírica (como entendida nos departamentos de física) é nada." (BLAUG, 2002 apud BRESSER-PEREIRA, 2009, P. 164)

Para além da construção de uma teoria econômica autocentrada, voltada para a formulação de políticas públicas para governos e empresas, me pergunto se nós enquanto economistas não deveríamos nos preocupar em como o indivíduo comum pode agir para transformar a sua própria realidade social? Teorias muito bonitas, modelos muito abstratos e uma vida muito curta para não pôr algo em prática... A criação de uma comunidade intencional talvez possa ser esse algo em prática. Na esteira dessas preocupações, o presente estudo debruça-se sobre o movimento social das ecovilas, tentando de alguma forma responder a esses questionamentos.

A escolha do tema foi motivada pela busca de algum arranjo econômico que pudesse servir de exemplo factível de transformação a partir das bases sociais; daí o movimento das ecovilas. Este movimento pretende uma transformação em todas as áreas do viver humano, mas a minha curiosidade por ele veio principalmente pelo seu caráter intencional. Depois de

² Schumacher foi um economista que procurou apontar os erros e as incoerências do pensamento econômico tradicional, comprovados com as crises do petróleo nos anos 70, quando, então, ficaram evidentes os problemas gerados por uma verdadeira compulsão pelo crescimento econômico. Ele destacava a necessidade de que os conceitos fossem revistos à luz de uma teoria econômica que centrasse sua atenção no desenvolvimento primordialmente direcionado às pessoas. Nesse sentido, suas soluções estavam relacionadas a alguns temas, tais como descentralização, tratamento dos recursos naturais e adequação da tecnologia ao estágio de desenvolvimento do país e à cultura das nações (MORAES e SERRA, 2005). O movimento das ecovilas utiliza vários desses conceitos propostos por Schumacher, que ficou conhecido como "o economista budista".

quase fechar o ciclo da faculdade, uma das conclusões a que cheguei é que a intenção é um dos principais fatores que levam à transformação social. Projetos, sonhos colocados em prática, tudo isso de maneira estratégica pode transformar realidades. As ecovilas são comunidades onde a transformação social é praticada de forma intencional (nem sempre estratégica, mas sempre de forma intencional), mesmo que em pequena escala. (SOARES e LANGNER, 2014)

Outro movimento de transformação socioeconômica que inspirou as ideias por detrás deste trabalho foi a economia solidária. Inclusive existem autores que relacionam ambos os movimentos (práticas da economia solidária e ecovilas). Em uma das sessões deste trabalho, me dedico a analisar como as ferramentas produzidas por este movimento político-intelectual podem em muito contribuir para a análise das práticas econômicas e das inovações sociais das ecovilas.

Essas foram as principais razões pelas quais me interessei em analisar esse arranjo econômico e suas ferramentas estratégicas, comuns em muitos aspectos à economia solidária; ferramentas estas que as ecovilas utilizam para se relacionar economicamente em um mundo que diverge tanto de seus valores e ideais.

METODOLOGIA:

A abordagem metodológica utilizada neste trabalho foi composta por uma extensa revisão literária sobre comunidades intencionais, dando um enfoque principal em ecovilas, o que incluiu desde artigos científicos e livros até a coleta de dados em sites elaborados por estas organizações.

No primeiro capítulo, foi feita uma análise da trajetória de algumas comunidades intencionais, formadas em diferentes épocas e contextos históricos, a fim de respaldar o argumento de que a criação de comunidades alternativas é um fenômeno recorrente na história da humanidade. Além disso, foi realizada uma pesquisa histórica das ecovilas especificamente, apontando as origens, motivações e objetivos de sua criação. Posteriormente, seu conceito enquanto movimento foi desenvolvido, ressaltando os aspectos nos quais estas se diferenciam dos outros tipos de comunidades intencionais. Para tangibilizar o conceito e funcionamento das ecovilas, foram analisados três exemplos escolhidos por terem informação mais abundante na literatura. São eles: Auroville (Índia); Findhorn Foundation Community's (Escócia); e, Ecovila de Ithaca (EUA).

Para a elaboração dos capítulos subsequentes (II e III), as ecovilas foram analisadas através das dimensões de sustentabilidade. A literatura específica sobre essas comunidades intencionais tradicionalmente destrincha em quatro, ou, em alguns casos, cinco dimensões que, geralmente, são: social, econômica, ecológica, espiritual e a visão de mundo. Entretanto, este trabalho optou por analisar esses arranjos sociais em três dimensões consideradas principais – social, ecológica e econômica. A dimensão espiritual e parte da dimensão visão de mundo foram englobadas na social, uma abordagem que já é utilizada por alguns artigos acadêmicos. (KOVASNA, 2012)

Os conceitos de cada uma dessas dimensões foram expostos na introdução do capítulo II, que se dedicou mais profundamente à investigação das dimensões social e ecológica no contexto das ecovilas.

O objetivo da discussão, dentro da dimensão social, foi a análise do vínculo interpessoal visando a compreensão do que motiva as pessoas a formarem e aderirem ao movimento das ecovilas e o que as mantém unidas, perpassando por suas dinâmicas como

design social, governança participativa, gestão de conflitos, transformação social, indicadores de bem-estar, dentre outros. (SIQUEIRA, 2017)

Na abordagem ecológica, foram analisadas as práticas como propostas de resgate da relação harmoniosa homem-natureza, dando enfoque especial na permacultura como filosofia norteadora dessas práticas.

Para a dimensão econômica foi dedicado um capítulo especial (III), tendo em vista que as duas outras dimensões e o próprio sucesso das ecovilas parecem depender crucialmente das estruturas econômicas adotadas. Este sucesso ao qual me refiro está relacionado com a capacidade dessas comunidades se sustentarem economicamente mantendo, ao mesmo tempo, a integridade de seus princípios e a satisfação de seus membros, mesmo estando inseridas em um contexto dominante de lógica oposta. Para isso, foram descritas e investigadas práticas econômicas que, de alguma forma, reavaliam e ressignificam o comportamento econômico padrão.

Ainda neste capítulo, foi dedicada uma sessão especial para a economia solidária em vista de suas semelhanças de práticas e objetivos com as proposições das ecovilas. Para aprofundar essas semelhanças de ambos os movimentos quanto à sua oposição à lógica capitalista vigente, foram analisadas três ferramentas e conceitos da economia solidária utilizadas como práticas presentes nas ecovilas. Foram eles: o cooperativismo, as moedas sociais e a construção conjunta da oferta e da demanda na forma da agricultura de suporte comunitário (CSA). O respaldo dessas críticas foi realizado com embasamento teórico em pensadores como Thorstein Veblen e Zygmunt Bauman.

No encerramento do capítulo III, essas práticas foram exploradas como abordagens de inovação socioeconômica que apontam a busca desses arranjos pelo desenvolvimento de uma economia tida como ideal (chamada, neste trabalho, de uma “nova/outra economia”).

1. Principais problemáticas da metodologia

Uma das maiores dificuldades encontradas para a realização desta monografia foi a escassez de artigos científicos abordando a temática das ecovilas. Em 2012, um trabalho acadêmico que visava quantificar e analisar a produção científica nesta área, disponível nas

línguas inglesa ou alemã, apontou o seguinte resultado: 10 artigos científicos, 5 monografias, 27 dissertações de mestrado, 11 teses/defesas de doutorado e 6 publicações científicas que não puderam ser alocadas em nenhuma das categorias anteriores. (WAGNER, 2012)

A despeito desta pesquisa não ser tão recente, os resultados continuam muito similares. A maior parte da produção de conteúdo sobre ecovilas é realizada pelo próprio movimento e, apesar de ter uma boa qualidade em termos de dados e informações, possui como objetivo a divulgação destas comunidades. Além disso, boa parte dos artigos científicos propriamente ditos é elaborada por acadêmicos que fazem parte do movimento. Isso contribui, até certo ponto, para um viés de informação tanto nestes artigos quanto no presente trabalho.

Neste trabalho, a literatura científica disponível contribuiu majoritariamente com a metodologia utilizada para a análise das ecovilas frente às dimensões de sustentabilidade. Entretanto, a obtenção de conteúdo para esta análise se deu predominantemente através de uma bibliografia "não acadêmica". Essa não foi uma escolha pessoal, mas, como já mencionado anteriormente, ocorreu pela escassez de produção estritamente científica.

Para ilustrar brevemente este cenário, encontra-se abaixo um trecho do prólogo de um artigo de Anna Kovasna, acadêmica e ativista do movimento das ecovilas:

"Meu papel neste projeto é apresentar a rede sueca de ecovilas, o que significa que eu estou primariamente envolvida como ativista. Porém, eu também sou candidata a PhD em Antropologia Social, pesquisando culturas e economias alternativas em ecovilas. Eu não estou aqui escrevendo como representante oficial do projeto, nem pela minha própria pesquisa, mas como alguém tentando combinar meus papéis como ativista e acadêmica dentro do movimento de ecovilas." (KOVASNA, 2012, P.125)

CAPÍTULO I: VISÃO PANORÂMICA SOBRE AS ORIGENS E CONSOLIDAÇÃO DO MOVIMENTO DAS ECOVILAS

Ecovilas são, primariamente, um tipo de comunidade intencional. As comunidades intencionais, por definição, são grupos de pessoas (cinco ou mais, de mais de uma família) que escolhem viver juntas, compartilhando recursos para, através do coletivo, atingir a melhoria de problemas sociais identificados na sociedade de onde emergiram. Sendo assim, essas comunidades se entendem como um grupo separado e, até certo grau, melhorado da sociedade hegemônica, adotando práticas sociais e culturais alternativas, conscientemente concebidas e, geralmente, bem elaboradas. Nessa busca, partilham valores, visões e sonhos, almejando um estilo de vida mais verdadeiro e integral, o que significa a harmonia entre seus princípios e suas condutas sociais. (METCALF, 2004)

Para aprimorar o conceito do que são comunidades intencionais, segue abaixo as dez características fundamentais, que, segundo Barry Shenker (1986, P.12), existem em maior ou menor grau em todas elas:

1. “A comunidade foi formada como um ato consciente e proposital;”
2. “Os membros estão nela por opção e de forma consciente (mesmo eles tenham nascido nessa comunidade);”
3. “O grupo se vê como separado e diferente do seu ambiente externo e se identifica como um grupo para o seu ambiente interno;”
4. “A comunidade é relativamente auto-suficiente - a maior parte dos membros pode potencialmente viver toda a sua vida na comunidade;”
5. “Compartilhar recursos é parte da ideologia da comunidade;”
6. “A comunidade tem objetivos coletivos e, precisa e espera que seus membros trabalhem para alcançá-los;”

7. “A ideologia propõe que as metas da comunidade, mesmo quando voltadas para o benefício de um único indivíduo, sejam somente alcançadas de forma coletiva;”
8. “Fundamentalmente, a comunidade em si ou pessoas escolhidas por ela são a fonte da autoridade local, nunca o indivíduo;”
9. “O estilo de vida da comunidade é considerado essencialmente como bom, sendo um fim em si mesmo;”
10. “A comunidade tem valores morais e propósitos que transcendem o tempo de vida dos indivíduos na comunidade.”

É importante ressaltar que essas características podem existir não apenas em vários graus, mas praticadas de várias formas. Igualdade, justiça, partilha de recursos e autogestão são algumas dessas formas e são a essência da existência das comunidades intencionais.

Assim sendo, é possível afirmar que o ideário dessas comunidades está sempre pautado na utopia de que a vida ou "um mundo melhor" é possível. O caráter utópico e, até mesmo sonhador, desses movimentos não é algo estranho à lógica de atuação social. Ao longo da história, esse tipo de iniciativa se manifestou nas mais diversas formas e em diferentes áreas, como a literatura, as artes, a música e, principalmente, por meio dos movimentos sociais. As comunidades intencionais, através de seus valores, objetivos e ideologias, também podem ser entendidas como uma dessas formas de expressão do descontentamento com a realidade dominante, buscando separar-se da estrutura social hegemônica, desafiando o *status quo*.

Apesar de a utopia ter um significado de intangibilidade, ela exerce um importante papel na materialização dos desejos e ambições tanto individuais quanto coletivos e, pode ser encarada como uma ferramenta pela qual, no entendimento do poeta Eduardo Galeano, somos levados a caminhar. No texto a seguir, Severiano José dos Santos Júnior, na introdução de sua temática sobre ecovilas, expõe o caráter prático da utopia:

"A acepção imaginativa e futurista da utopia tem seu contraponto na vontade e nas formas como os grupos tentam territorializar seus sonhos. Todo projeto utópico é assim um projeto político. Enraizar-se na História e Geografia de seu tempo, arriscando-se em meio às contradições e ambivalências existentes em toda aventura humana é um dos estímulos propostos pelas utopias. Pois, só a u-topia (o lugar nenhum) que surge no campo concreto dos territórios vividos é capaz de construir moradas de bem-aventuranças, enquanto ainda sonham com dias melhores. (...) São propostas que surgem em meio à contradições, crises e desafios internos, e, em suas relações com o mundo. Nesta perspectiva, a História mostra vasto número de casos de re-significação de laços identitários, às vezes de revolta, de certos grupos que, sustentados em visões consideradas utópicas, se diferenciaram dos contextos hegemônicos vigentes, praticando novos estilos de vida." (SANTOS Jr., 2012, P.5)

Ao passar pela história das comunidades intencionais, é possível perceber que, desde as primeiras experiências registradas, esse tipo de comunidade sempre tentou ser um movimento de ruptura com o contexto social hegemônico corrente. Como exemplos frequentes das motivações envolvidas nesta tentativa de rompimento, podem ser mencionados: a busca pela espiritualidade; rejeição ao individualismo; pacifismo; comunitarismo, no sentido de compartilhamento de recursos; desejo por isolamento/afastamento da estrutura social vigente; desejo por segurança; busca pela transformação social através de suas experiências bem-sucedidas; busca pela harmonia com a natureza; dentre outros. Ao pesquisar sobre o tema nos mais diversos artigos, é curioso notar que as motivações e características que envolvem a criação dessas comunidades intencionais são praticamente as mesmas ao longo da história. As estruturas sociais mudam com o passar do tempo, mas há anseios humanos que são quase atemporais. De certa forma, observar isto nos permite afirmar que, possivelmente, o que essas comunidades e os indivíduos que as representam estão buscando seja a resposta para estes anseios, que, geralmente, são suprimidos pela conjuntura social dominante.

I.1. Linha temporal das comunidades intencionais

Para tangibilizar os conceitos supracitados, esta sessão do trabalho se dedicará a construir uma visão panorâmica da história das comunidades intencionais, suas características e críticas à sociedade hegemônica, a fim de apresentar as "utopias" que inspiram estes movimentos e os paradigmas que eles tentam superar. Isso será feito a seguir na forma de uma narrativa em linha temporal, revelando que a ideia de comunidade não é nova e que a concepção de se criar estilos de vida baseados em ideais está conosco há milhares de anos. (METCALF, 2012; SANTOS, 2012; MOCELLIN, 2015; KOZENY, 2003)

Apesar dos primeiros seres humanos sempre terem vivido em tribos ou clãs, eles provavelmente assim o faziam de uma forma quase "natural" e não a partir de uma elaboração consciente. A organização da estrutura social de forma intencional aparece pela primeira vez registrada na obra de Platão intitulada "A República", no século IV a.C.. Os movimentos de comunidades intencionais propriamente ditos existem, segundo registros históricos, há cerca de 2500-2800 anos. (KASPER, 2008; DAWNSON, 2015)

Provavelmente, a primeira comunidade intencional remonta ao sexto século antes de Cristo, quando os seguidores de Buda formaram, em diversas partes da Índia, os "Ashrams" - comunidades projetadas para prover um ambiente ordenado, produtivo e com foco no desenvolvimento espiritual. Outros registros também apontam para o surgimento, na mesma época, de "Homakoeion", uma comunidade possivelmente fundada por Pitágoras, no sul da Itália, cujos valores principais eram a intelectualidade, o misticismo e a igualdade de gênero. Muito provavelmente, esta foi a primeira comunidade vegetariana da história. (KOZENY, 2003)

O movimento de êxodo do povo hebreu do Egito, em aproximadamente 1500-1400 a.C, também pode ser considerado como uma formação de comunidade/nação intencional, apesar da literatura divergir neste ponto. Os principais motivos para o êxodo foram a opressão social, a liberdade religiosa para adorarem seu Deus e a busca pela "terra prometida". Após o estabelecimento de Israel pelo povo hebreu, a literatura mostra a formação de outras duas comunidades intencionais: uma liderada pelo profeta Amós, aproximadamente na mesma época dos "Ashrams" e "Homakoeion", organizada de acordo com princípios espirituais judaicos; e, a outra, no século II a.C., conhecida como "Essenes", na qual os membros buscavam uma vida simples, compartilhavam o fruto de seu trabalho e partilhavam princípios de não violência. (DAWSON, 2015)

Logo após Cristo, a literatura é unânime em descrever a formação das primeiras comunidades cristãs, que duraram até o século I d.C, aproximadamente. Os chamados cristãos primitivos adotavam um estilo de vida comunitário, e, de acordo com os registros bíblicos, "... tinham tudo em comum. Vendiam as suas propriedades e bens, distribuindo o produto entre todos, à medida que alguém tinha necessidade. Diariamente perseveravam unânimes no templo, partiam pão de casa em casa e tomavam suas refeições com alegria e singeleza de

coração". (A BÍBLIA, 2008) Essas comunidades exerceram um papel de destaque tão grande para a sociedade da época que colaborou para que o cristianismo fosse fortemente difundido.

Nos séculos VI, VII e VIII d.C, foram fundados os monastérios cristãos na costa oeste da Escócia e da Irlanda. Pequenos, descentralizados, voltados para ambos os gêneros, essas comunidades intencionalmente projetadas tinham como objetivos: cultivar a terra, celebrar o sagrado e preservar o conhecimento e os escritos durante a conturbada Idade Média, na Europa. (DAWSON, 2015)

A trajetória histórica segue com outros vários relatos de comunidades cristãs formadas, principalmente, com foco na busca espiritual, na comunhão de bens e na caridade. Dando um salto histórico, na França, aproximadamente 1174 d.C, os valdenses são um exemplo de comunidade que rompeu com a filosofia da Igreja Católica, dominante na época não apenas no contexto religioso, mas também no sócio-político. Por terem se posicionado dessa forma, os valdenses foram perseguidos militarmente. O período da Reforma Protestante, em 1517, também marca o surgimento de várias outras comunidades intencionais cristãs, baseadas nos mesmos valores mencionados, que representaram movimentos de ruptura do contexto da época.

Como uma resposta à conjuntura socioeconômica provocada pela Revolução Industrial, surgem, no século XIX, comunidades intencionais projetadas pelos chamados socialistas utópicos, como Robert Owen e Charles Fourier. "New Harmony" foi uma dessas comunidades. Fundada em 1824, tinha como princípios básicos a propriedade coletiva da terra e a divisão igualitária do trabalho (sem funções determinísticas) e de seus frutos, propondo, dessa forma, criar uma sociedade sem classes sociais e sem crimes. Charles Fourier idealizou grandes comunidades intencionais, chamadas de "Falanstérios" - palavra que também dá nome às enormes construções onde ele pretendia que fossem constituídas essas sociedades harmônicas e descentralizadas, no sentido de igualdade entre os membros e independência da sociedade hegemônica vigente; um local onde todos exerceriam suas funções de trabalho de acordo com suas vocações e desejos. Essas comunidades tinham o ideal de autossuficiência e utilizavam-se de princípios do cooperativismo no contexto do trabalho. Fourier não chegou a ver nenhum desses projetos de comunidade em execução, porém alguns foram criados, poucos anos após sua morte, como é o caso do Falanstério do Saí, em Santa Catarina, Brasil,

que foi fundado em 1841, tendo sido extinto definitivamente por volta de 1864. (BARROS, 2011)

Neste mesmo período, surgem duas comunidades intencionais, nos Estados Unidos, que se destacam por testarem conceitos econômicos alternativos: "Brook Farm" e a "cidade de Fairhope". A primeira estava pautada nos valores de vida cooperativa, educação e autossuficiência, atraindo grandes intelectuais que, posteriormente, escreveram sobre novas propostas de organização social que pudessem promover o desenvolvimento humano físico, intelectual e moral. A "cidade de Fairhope", fundada por um grupo de pensadores, estava apoiada na teoria de imposto único, do economista Henry George. Ao invés de possuir a terra, os membros dessa comunidade tinham autorização para arrendá-la por noventa e nove anos, não sendo obrigados a pagar nenhum imposto, além das taxas de uso da mesma. Essas taxas eram suficientes para manter o governo local e custear as outras atividades básicas, como escolas, saneamento e um centro de arte comunitário. (KOZENY, 2003)

Em Israel, em 1910, foi criado o primeiro "Kibbutz", uma comunidade baseada em princípios do movimento político sionista³ mesclado com traços de socialismo. Os "kibbutzim" tem o princípio de igualdade levado extremamente a sério, a ponto de, individualmente, seus membros não possuírem animais, ferramentas ou mesmo roupas. Hoje, cerca de 2% da população do país vive nesse tipo de comunidade intencional. (DAWSON, 2015)

Mais recentemente, ressaltam-se outras comunidades intencionais com foco social baseadas no cristianismo, como os "Catholic Worker Movement" (EUA, 1933) e os "Koinonia Partners" (EUA, 1942) e as comunidades fundadas com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, uma sociedade mais justa como os "Mitraniketan" (Índia, 1956) e o "Yamagishi Association" (Japão, 1956). (KOZENY, 2003)

Chegada à época do movimento de contracultura e dos *hippies*, surgiram diversas comunidades com o objetivo de viver os ideais de contestação social da época. São eles: a busca pela espiritualidade, por uma vida mais simples, ideais de sustentabilidade e de ativismo político. Algumas dessas comunidades foram bem-sucedidas, mas a maioria falhou,

³ O sionismo é um movimento político nacionalista que defende o direito à autodeterminação do povo judeu e à existência de um Estado judaico soberano no território correspondente ao antigo Reino de Israel. O sionismo foi, portanto, a principal força por trás da criação do Estado de Israel (LAQUEUR, 1972).

neste primeiro momento, principalmente pela ausência de uma estrutura econômica de sustentação viável. (MARE, 2000)

Na mesma época (1964), surge, inicialmente na Dinamarca, o movimento de "Cohousing" - uma comunidade intencional onde os membros têm casas individuais, mas dispõem de espaços comuns/compartilhados. Os objetivos do "cohousing" são: prover senso de comunidade, pelo compartilhamento dos espaços em comum; diminuir os custos de vida; e, prover uma rotina mais prática pelas vantagens de poder se pensar em soluções comunitárias para a vida cotidiana. (KOZENY, 2003)

Foi nesta década, 1960, que começam a se estabelecer, ao redor do mundo, algumas comunidades sustentáveis, que viriam a se tornar parte do movimento de ecovilas, como a "Findhorn Foundation" (Escócia, 1962), "Twin Oaks" (EUA, 1967), "Auroville" (Índia, 1968), dentre outras. Essas comunidades são fruto do contexto social da época, mas são, de uma forma particular, atentas aos movimentos de reconexão com a natureza e às questões ambientais que começaram a entrar em pauta neste período. (DAWSON, 2015)

I.2. Histórico e princípios das ecovilas

Uma vez apresentado o panorama histórico das comunidades intencionais, trataremos a partir desta sessão do objeto principal de estudo deste trabalho: as ecovilas.

Entre as décadas de 1970-80, a queda na qualidade de vida ficou palpável. Buraco na camada de ozônio, espécies em extinção e desmatamento apontavam os graves problemas na depleção de recursos e degradação do meio-ambiente. A integridade social foi esmagada por políticas econômicas em favor da produção e consumo em massa, livre circulação de capital ao redor do mundo, que levaram a uma grande concentração de renda, resultando no aumento das desigualdades sociais. Enquanto isso, aumentos nas taxas de crimes, depressão, abuso de drogas e suicídio foram indicadores claros do crescimento da alienação e anomia experimentados por muitos. (DAWSON, 2015; BAUMAN, 2001) As inquietudes diante deste cenário socioeconômico assombroso fizeram aparecer, em diversas escalas socioespaciais, projetos que buscavam autonomia, justiça social e equilíbrio ecológico. (SANTOS Jr., 2012)

As ecovilas surgem dentro deste contexto como comunidades intencionalmente criadas a fim de transformar esse contexto socioeconômico vigente. Esse tipo de comunidade é entendido, tanto academicamente quanto por seus próprios ativistas, como reflexos dos movimentos de contestação e desvinculação da sociedade dominante e de seus valores morais. Muitas dessas comunidades são frutos de ações contestatórias, como o movimento *hippie* e o “de volta para a terra” (“Back to the Land Movement”), dos anos 1960 e 1970, nos Estados Unidos. Movimentos de contracultura como estes exerceram forte influência sobre as experiências pioneiras do movimento das ecovilas. (MARE, 2000) Apesar do movimento de ecovilas ter grande identificação com as experiências das comunidades intencionais, ele tem maior relação com os movimentos de contracultura das décadas de 1960-70. (SANTOS Jr., 2006 apud MOCELLIN, 2015)

Dada a relevância desse período para a compreensão do surgimento das ecovilas, encontram-se a seguir quatro aspectos importantes do contexto histórico da época que influenciaram as oposições do movimento de contracultura à sociedade hegemônica vigente:

1. “O intenso desenvolvimento das especializações científicas e tecnológicas aplicadas à lógica capitalista, bem como a organização do Estado sob tais moldes, configurando o que foi denominado “tecnocracia”;
2. “A consolidação de uma classe média urbana educada sob os princípios do individualismo narcisista;”
3. “O terror inspirado, no pós-guerra, por um possível confronto entre os poderes bélicos termonucleares de EUA e URSS;”
4. “A difusão de doutrinas filosóficas, sociais, psicológicas e religiosas, do Ocidente e do Oriente, que propugnavam, explícita ou implicitamente, por uma alternativa em relação ao que se convencionou denominar establishment.” (CAPELLARI, 2007 apud WEBER e FERRAZ, 2016, P.408).

A percepção destes fatores e de suas consequências sociais foi determinante para atrair milhares de pessoas para os movimentos de contracultura e, conseqüentemente, a movimentos de ruptura com a sociedade estabelecida, como algumas comunidades intencionais da época.

As quatro principais reações desses movimentos em resposta à conjuntura sócio-econômica apresentada acima foram:

1. "A desvalorização do racionalismo, e em seus desdobramentos temos as rebeliões, nas universidades, contra o sistema de ensino, e a construção de novos paradigmas, ou visões de mundo, baseadas em correntes culturais subterrâneas do Ocidente, em filosofias e religiões orientais e em certas vertentes da psicanálise e do marxismo;"
2. "A recusa ao *american way of life*, expressa em um estilo de vida descompromissado e errante, sendo característico o dos *hippies*;"
3. "O pacifismo (ainda que houvesse, em algumas de suas vertentes, a dos Black Panthers, por exemplo, a opção pela luta armada), dirigido principalmente contra ações imperialistas das grandes potências;" e
4. "O hedonismo, caracterizado pela valorização do corpo e das emoções, sendo as suas principais manifestações a "revolução sexual" e o culto às drogas psicotrópicas, normalmente relacionadas a um de seus principais veículos de disseminação, a música rock." (CAPELLARI, 2007 apud WEBER e FERRAZ, 2016, P.410).

Ao analisar essas reações dos movimentos de contracultura ao contexto social da época, é possível perceber a grande influência que estes exerceram sobre a formação dos ideais do movimento de ecovilas. Para ilustrar isso, traçamos quatro ações/valores das ecovilas, apresentados a seguir, que demonstram íntima relação com as quatro críticas acima citadas:

1. As ecovilas buscam construir uma educação holística, ou seja, que entenda o mundo e o ser humano de uma forma completa/total, e não fragmentado. Este é um dos pontos base das ecovilas e da fundação da *Global Ecovillage Network* (GEN);
2. A vida voltada para o materialismo é considerada incompleta, no sentido de não ter propósito, e causadora de desperdício, alienação político-social e individualismo;
3. A oposição ao uso da violência, nas suas mais diversas vertentes, como o pacifismo, foi um dos pontos fundamentais no surgimento de algumas ecovilas. (DAWSON, 2015) A crítica ao imperialismo e as consequências da globalização foram uma das principais pautas tratadas nas reuniões que, futuramente, dariam origem à GEN, como será explicitado adiante;
4. A busca por uma vida mais plena, do ponto de vista holístico, e pela felicidade em comunidade podem ser considerados um resgate do prazer de viver, o que, de certa forma, tem relação com a filosofia do hedonismo, defendida pelos movimentos de

contracultura. Porém, no que tange o uso das drogas, há rejeição pela maior parte do movimento das ecovilas, principalmente, por isto representar uma perda da sobriedade e consciência, consideradas essenciais para o autoconhecimento e, conseqüentemente, para a construção de uma comunidade harmônica. (ECOVILAS BRASIL, 2016)

Além dos movimentos de contracultura, muitas ecovilas surgiram, entre os anos de 1970 e 1980, como resultado das experiências de *cohousing*. Este último, como já mencionado, tinha como proposições principais o aumento do convívio social e a partilha de recursos. As ecovilas que se basearam neste movimento, além de manter este enfoque, se propuseram também à busca de uma vida mais sustentável, reduzindo os impactos ao meio-ambiente. Para muitos autores, o crescimento do movimento de ecovilas está fundamentado no debate sobre o esgotamento dos recursos naturais, que se tornou evidente a partir dos anos de 1990. (DAWSON, 2015)

Apesar das muitas semelhanças, podemos perceber que as ecovilas não possuem uma origem comum, mas são reflexos de vários movimentos e contextos. Sendo assim, não possuem um corpo ideológico fixo em comum que explique como se formou o movimento, nem o que levou pessoas a aderirem a esse tipo de comunidade intencional. Entretanto, uma citação que contribui na identificação de um núcleo de pressupostos comuns em um movimento marcado pela pluralidade é a de Márcio Bontempo, médico sanitário, autor e presidente do movimento brasileiro de ecovilas:

"Sob nosso ponto de vista, são três as bases conceituais que sustentam a ideologia das ecovilas: A vida em harmonia com a natureza e suas leis, a convivência fraterna e solidária, um estado de consciência elevada."(BONTEMPO, 2017)

A despeito da pluralidade acima mencionada, é necessário explicar como essas comunidades, que surgiram independentes umas das outras, passaram a se reconhecer como ecovilas e se organizaram na forma de um movimento global. Para isso, faz-se importante analisar o papel de duas organizações: a *Gaia Truste* e a GEN. Tratamos da trajetória de ambas a seguir.

I.2.1. Consolidação do movimento das ecovilas

A *Gaia Trust* é uma associação dinamarquesa de caridade, fundada em 1987, pela iniciativa de Ross e Hildur Jackson, cujo intuito é dar suporte a projetos que visam à transição

da sociedade atual para uma sociedade mais sustentável e espiritual. Ela nasceu inspirada em uma campanha de práticas ambientais sustentáveis, nos países nórdicos, que agrupou cerca de cem movimentos ligados ao meio ambiente e à comunidade científica, com o objetivo de propor ações para as questões sócio-ambientais globais. Era unânime entre os participantes deste projeto a compreensão de que eles já possuíam todo o conhecimento e instrumental para "mudar o mundo" e que precisavam, portanto, colocar em prática; prática essa que incorporaria a criação de comunidades sustentáveis para servir de exemplos positivos em relação ao meio-ambiente e para pôr fim à exploração dos países emergentes pelos desenvolvidos, principalmente no que tange às questões ambientais. (JACKSON e JACKSON, 2004)

Ross Jackson foi atraído pela ideia de apoiar uma rede global de comunidades sustentáveis como resposta estratégica para a possível futura crise econômica mundial que seria, em sua visão, provocada pelo esgotamento dos recursos e limite de crescimento. Para ele, em um contexto de colapso da economia global, essas comunidades poderiam servir como importantes modelos de transição para um futuro mais sustentável. Além disso, a ideia de fornecer apoio a tais comunidades chamava sua atenção pelo fato de que não havia mais ninguém patrocinando este tipo de projeto. (JACKSON e JACKSON, 2004)

Da *Gaia Trust* foi fundada uma empresa chamada *Gaia Corp*, um dos primeiros fundos de investimentos especializados em compra e venda de moedas estrangeiras e também de investimentos em empresas com viés ambiental/sustentável, no final da década de 1980. O sucesso dessa empresa possibilitou o financiamento quase que integral, por alguns anos, de vários projetos da *Gaia Trust*, dentre eles o *Global Ecovillage Network*. (GAIA TRUST, 2017)

Em 1990, a *Gaia Trust* contratou o cientista Robert Gilman para realizar uma pesquisa com o objetivo de identificar os melhores exemplos e práticas de comunidades sustentáveis ao redor do mundo. Foi nessa pesquisa, intitulada "*Eco-villages and Sustainable Communities*", que a palavra "Ecovila" foi cunhada e teve ampla aceitação e divulgação. O termo tem sua origem na década de 1980, quando algumas comunidades intencionais com foco em sustentabilidade estavam sendo criadas, na Alemanha, e ficaram conhecidas no país, como "*Oködorf*", sendo o prefixo "*okö*" correspondente ao termo "*eco*" e "*dorf*" à aldeia ou pequena

cidade. Apesar de "ecovila" e "oködorf" serem muito semelhantes, Gilman é reconhecido como responsável pela criação do termo. (MARE, 2000)

Em setembro de 1991, lideranças das comunidades sustentáveis apontadas na pesquisa como mais representativas foram convocadas para discutir o desenvolvimento e a difusão, no plano global, do conceito das comunidades e do viver sustentável. Em 1995, a *Global Ecovillage Network* (GEN) foi fundada com os seguintes objetivos: elaborar e disseminar os valores das ecovilas e sistematizar a formação das redes organizacionais dessas comunidades, conectando projetos de ecovilas já existentes e facilitando o desenvolvimento dos mesmos. Como meta alternativa, a GEN ambicionava a criação de uma rede de educação global. (JACKSON e JACKSON, 2004)

A partir da pesquisa de Robert Gilman e da estruturação da GEN, essas comunidades sustentáveis passaram a se reconhecer como ecovilas, alinhando seus valores e metas, e se tornaram um movimento unificado de ação global. A construção das ecovilas como um movimento mais amplo e unificado contribuiu para o seu reconhecimento no contexto internacional, inclusive, junto a entidades como as Nações Unidas⁴. Apesar dos preconceitos que comunidades intencionais carregam, as ecovilas são percebidas como partes integrantes de uma rede de sustentabilidade global, de novas práticas econômicas, com fortes laços políticos entre si. (KASPER, 2008)

I.2.2. O papel atual da GEN

A *Global Ecovillage Network* é uma rede crescente de comunidades e iniciativas sustentáveis que reúne diferentes culturas, países e continentes, funcionando como organização de apoio para ecovilas, cidades de transição, comunidades intencionais e indivíduos com consciência ecológica ao redor do mundo.

⁴ O movimento de ecovilas foi eleito a melhor prática de uma lista de "cem para um viver sustentável" feita pelas Nações Unidas. Além disso, a GEN tem *status* de consultor na área ecológica desta entidade, o que aumentou ainda mais a sua credibilidade como instituição, permitindo que possa contribuir de forma mais direta na tomada de decisão, a nível internacional, das ações ligadas ao meio ambiente e à disseminação de práticas "sustentáveis" (DAWSON, 2015).

A GEN tem como principal objetivo prover informações, ferramental prático, demonstrações e ser uma representação mundial para o crescimento da rede de ecovilas, exemplificando valores e ações de sustentabilidade pelo planeta.

De forma prática, esta entidade trabalha nas seguintes frentes:

- Desenvolvimento de uma educação holística, compartilhando as experiências bem-sucedidas através das redes de ecovilas e comunidades sustentáveis em todo o mundo;
- Ampliação do respeito aos direitos humanos, resolução de conflitos e reconciliação pela difusão, em escala internacional, das comunidades como exemplos positivos de culturas de aceitação, respeito e comunicação eficaz e não-violenta;
- Proteção ao meio-ambiente, sendo agente promotor, colaborador e facilitador, a nível mundial, de projetos com enfoque sustentável;
- Ampliação da participação cidadã e comunitária na tomada de decisão em esfera local a fim de acelerar o processo de transição para uma vida sustentável.

A GEN é composta por cinco grandes redes de ecovilas, distribuída pelos cinco principais continentes, de forma a abranger todo o globo. São elas: GEN África, GEN Europa, GEN América Latina (CASA), GEN América do Norte (GENNA), GEN Oceania e Ásia (GENOA). (GEN, 2018)

Atualmente, segundo site oficial da instituição, existem cerca de mil e trinta ecovilas cadastradas na GEN. Entretanto, de acordo com o artigo de Jackson (2004), "*The Ecovillage Movement*", devem existir de quatro a cinco mil ecovilas ao redor do mundo. Segundo Kasper, se fossem adotados critérios mais inclusivos, este número poderia chegar próximo de quinze mil ecovilas. Apesar de ser um número espantoso, pois é cerca de quinze vezes o número de ecovilas cadastradas na GEN, não seria improvável, uma vez que apenas a rede de ecovilas de Sarvodaya, Sri Lanka, tem quase doze mil comunidades tradicionais cadastradas voltadas para questões ecológicas. (KASPER, 2008; JACKSON, 2004)

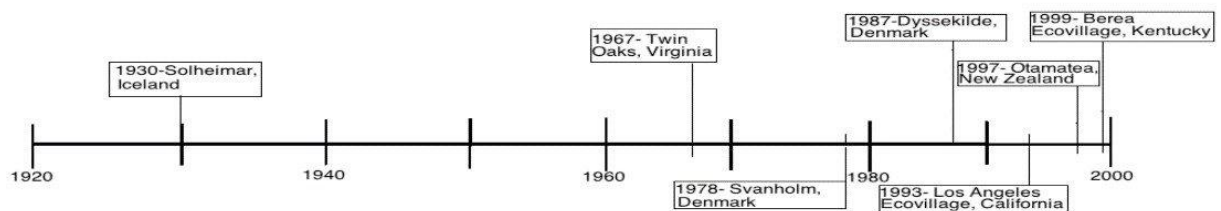
A seguir encontra-se um mapa ilustrativo do número de ecovilas cadastradas pela GEN por região:(GEN, 2018)



FONTE: GEN, 2018

É difícil estabelecer quais foram as primeiras ecovilas, uma vez que a maior parte das comunidades sustentáveis, membros do GEN, já existia antes da formação dessa rede e antes da criação do próprio termo "ecovila".

Abaixo, encontra-se uma linha temporal que tenta traçar brevemente o aparecimento das primeiras comunidades sustentáveis.



FONTE: BURGER et al., 2004

Existem outros indicadores que seriam de valor analítico para o tema, como, por exemplo, o número de indivíduos que vivem em ecovilas ao redor do mundo, a renda média dos integrantes de uma ecovila, a renda gerada por cada ecovila, dentre outros. Indicadores como estes poderiam contribuir para a compreensão do movimento em si e para o enriquecimento do debate proposto neste trabalho, porém não existem referências nem bases de dados com estas informações.

I.3. O que é uma ecovila? Análise de três casos concretos

Após a contextualização histórica feita acima, esta sessão se dedicará a uma análise mais conceitual de ecovilas, buscando traçar o que diferencia essas comunidades das demais.

De uma forma bastante simplória, as ecovilas são comunidades intencionais que buscam se estruturar a fim de alcançar um viver alinhado a dois objetivos principais: qualidade de vida e sustentabilidade.

Abaixo segue uma adaptação da principal e mais difundida definição de ecovila, proposta por Robert Gilman, em sua pesquisa *Eco-villages and Sustainable Communities*:

"Ecovilas são modelos de assentamentos sustentáveis em escala humana, nos quais as atividades devem ser harmonicamente integradas ao meio ambiente, sem causar danos ao mesmo, possibilitando, assim, o desenvolvimento humano saudável e sendo projetadas a fim de que este possa ser continuado, de forma bem-sucedida, indefinidamente ao longo do tempo. Tem como características predominantes: processos de governança participativos, horizontais e em escala comunitária; e, visão holística dos aspectos ecológicos, econômicos, sociais, espirituais, individuais e culturais, integrando-os com o objetivo de regenerar ambientes sociais e naturais, bem como um em relação ao outro. Assim sendo, podem ser consideradas comunidades intencionalmente elaboradas a fim de serem espaços pacíficos, de justiça social e de sustentabilidade." (JACKSON, 1998, P.2)

A despeito dessa definição, para alguns autores, não é muito simplória a diferenciação conceitual entre uma ecovila e uma comunidade intencional com alguma prática ou abordagem de cunho ecológico. De acordo com Felix Wagner (2012), a diferença mais marcante encontra-se no fato das ecovilas possuírem um foco específico na sustentabilidade social e ecológica. Sendo assim, o que diferenciaria uma ecovila de um movimento ecológico? A resposta é simples, as ecovilas, além do enfoque ecológico, dão grande relevância ao social e trabalham com esforço para proporcionar uma profunda vivência em comunidade. (KASPER, 2008)

Apesar das dificuldades de conceitualização em um movimento marcado por pluralidades, Dawson (2015, P.34) reúne as cinco características que são compartilhadas por todas as ecovilas:

1. "Primazia pela comunidade: a ecovila é, possivelmente mais do que tudo, uma resposta a alienação e solidão provocadas pela conjuntura social moderna. Ela vem preencher uma forte necessidade de reconexão entre os indivíduos em uma

comunidade com significado, tornando seus membros úteis e valorizados em uma sociedade de escala humana;

2. Iniciativas cidadãs, autossuficientes; ao menos inicialmente em recursos, inventividade e visão dos próprios membros da comunidade;
3. Busca pela retomada do controle dos seus próprios recursos e de seus destinos;
4. Forte núcleo de valores compartilhados entre os membros – algumas ecovilas referem-se a isto como "espiritualidade";
5. Atuação como centros de pesquisa e treinamento, cada uma no seu próprio campo de competência e prática.”

Após a contextualização histórica e conceitual do movimento das ecovilas, serão abordados a seguir três exemplos de comunidades desse tipo consideradas de destaque tanto para a GEN quanto na própria literatura. Dessa forma, será possível, através de exemplos reais, aumentar a compreensão sobre as origens históricas, filosofias, alguns aspectos da estrutura física e econômica e o estilo de vida do local, possibilitando uma visão mais prática e global desse tipo de comunidade intencional.

I.3.1. Auroville, Índia:

Localizada na cidade de Pondicherry, Índia, Auroville recebeu esse nome em homenagem ao seu principal idealizador Sri Aurobindo⁵, que trabalhou no planejamento dessa comunidade desde 1930. Auroville foi fundada em 1968, dezoito anos após sua morte, por Mirra Alfassa⁴, em uma cerimônia que contou com a participação de cerca de cinco mil pessoas, representando 124 nações e todos os estados indianos. A iniciativa teve o apoio da UNESCO, que considerou a criação dessa comunidade um experimento de cooperação e desenvolvimento intercultural. (AUROVILLE, 2017)

Auroville é uma das maiores ecovilas do mundo, em termos populacionais, e se considera um município modelo para a experimentação da busca pela unidade humana.(DAWSON, 2015)

⁵Aurobindo Akroyd Ghosh, posteriormente conhecido como Sri Aurobindo, foi um filósofo nacionalista, tendo participado do movimento de independência da Índia como um dos principais líderes. Sri Aurobindo também foi poeta, escritor, yogue e guru indiano, tendo desenvolvido uma visão do progresso humano e evolução espiritual própria, que inspirou a criação da Auroville. Mirra Alfassa, artista francesa, foi sua grande colaboradora e seguidora de suas ideias, tendo sido a fundadora de Auroville, razão pela qual é conhecida como "A mãe". (WIKIPEDIA, 2017)

Essa ecovila tem quatro diretrizes, definidas desde a sua fundação, que são fundamentais para a compreensão da ideologia local: (CUNHA, 2012, P.62)

- “Auroville não pertence a ninguém em particular. Auroville pertence à humanidade como um todo. Mas, para viver em Auroville, deve-se ser um servo voluntário da Divina Consciência⁶.”
- “Auroville será um lugar de educação interminável, progresso constante e de uma juventude que nunca envelhece.”
- “Auroville quer ser uma ponte entre o passado e o futuro. Tomando vantagem de todas as descobertas de fora e de dentro, Auroville irá ousadamente protagonizar uma primavera de realizações futuras.”
- “Auroville será um lugar de pesquisas materiais e espirituais para viver a personificação de uma verdadeira Unidade Humana.”

O elo dessa ecovila é identificado como sendo o forte foco na espiritualidade, inspirado nas ideias de Sri Aurobindo e de Mirra Alfassa, atraindo muitos praticantes de suas doutrinas, o que explica o crescimento e sucesso dessa comunidade. Atualmente, Auroville também é local de peregrinação de grandes praticantes de Ioga de todo o mundo. (CUNHA, 2012)

Como toda ecovila, Auroville desempenha importante papel no aspecto ecológico e sustentável. O terreno onde foi criada, uma área de aproximadamente mil hectares, encontrava-se totalmente devastado. Para sua fundação, foram plantadas mais de dois milhões de mudas de árvores e um intenso projeto de restauração da fauna local. Além disso, foram feitas várias obras de adaptação do terreno a grandes chuvas, implementando sistemas de manejo hídrico. Inicialmente, Auroville não possuía eletricidade e a comunidade trabalhou intensamente a fim de desenvolver tecnologia solar e de biomassa e, hoje, tem a maior concentração de sistemas alternativos de energia da Índia. (DAWSON, 2015)

Auroville, enquanto região geográfica, ocupa um círculo de 5 km de diâmetro, estando seu projeto organizado fisicamente em cinco setores principais: (CUNHA, 2012)

⁶ Ao me deparar com este termo, "Divina Consciência", procurei seu significado em diversas fontes. Entretanto, nem mesmo a literatura específica é muito clara quanto à sua interpretação.

- Zona Industrial (109 hectares) - é o local no qual se encontram os chamados "negócios verdes". Estes visam, principalmente, suprir as necessidades locais. Esse também é o local onde se encontram os centros de treinamento, artesanato e arte, além da parte administrativa;
- Zona Cultural (93 hectares) - projetada para as práticas esportiva, cultural e artística, além do desenvolvimento de pesquisa nestas áreas;
- Zona Internacional (74 hectares) - é assim chamada por acomodar pavilhões de várias nações e culturas distintas, possibilitando a união dos indivíduos em suas diversidades e contribuindo para o desenvolvimento de todos;
- Zona residencial (189 hectares) - possui uma arquitetura planejada para permitir a harmonia entre o individual e o coletivo e entre o urbano e a natureza. Apenas 45 % dessa área podem ser utilizadas para as construções residenciais, sendo o restante parques e regiões arborizadas.
- Cinturão Verde (405 hectares, com projeto de ampliação para 1200 hectares) - é a área correspondente à mata reflorestada, e onde ocorre a produção de leite, plantio orgânico, além de servir como reserva extrativista local e para a obtenção de remédios.

É por causa deste Cinturão Verde que a comunidade possui uma autossuficiência alimentar relativamente considerável. Além disso, Auroville dispõe de um banco de sementes, com ampla variedade de espécies, importante para o catálogo de plantas medicinais e, portanto, de grande relevância farmacêutica. (DAWSON, 2015)

A educação e a pesquisa também são partes-chave do sucesso da ecovila. Ao todo, são vinte e três centros de pesquisa voltados para áreas como tecnologias renováveis, cultura e artes, relações ocidente-oriental, "nova economia e sociedade", saúde, educação, dentre inúmeros outros. Muitos destes centros geram publicação e fornecem programas de treinamento a estudantes locais e internacionais, atraindo mais pessoas à ecovila. Além disso, a comunidade possui vários centros, onde são desenvolvidas e ensinadas artes marciais, terapias alternativas e idiomas. Quanto ao ensino em particular, as escolas são organizadas

sem distinção de níveis e sem a aplicação de qualquer tipo de exame ou prova como método de avaliação. Os alunos são tratados de forma livre. (CUNHA, 2012)

Com relação ao aspecto político, a comunidade dispõe de processos coletivos e descentralizados de tomada de decisão. O lema "*Auroville não pertence a ninguém em particular. Auroville pertence à humanidade como um todo.*" é um verdadeiro norteador para a comunidade quanto à sua política participativa e horizontal. (CUNHA, 2012, P.62)

Quanto às práticas econômicas, a comunidade busca uma economia interna autossuficiente e de base não-monetária. Dentro dessa ideia, a comunidade realiza várias atividades fundamentais para sua manutenção e desenvolvimento, podendo ser citadas como principais as trocas de serviço diretas e informais entre moradores e não-moradores da ecovila; o planejamento de atividades não-lucrativas que buscam atender a comunidade como um todo (atividades rurais, distribuição de alimentos, provisão de eletricidade, cuidados pessoais); a existência de uma "loja gratuita", na qual os moradores tomam os produtos de acordo com suas necessidades; e, a produção de bens para comercialização externa. Interessante observar que tanto os bens produzidos quanto os recursos advindos de sua venda não são considerados de propriedade individual, mas sim coletiva. Auroville possui um instigante sistema de combate às desigualdades, no qual os moradores dividem seus rendimentos. Há também uma espécie de renda mínima fornecida pela comunidade, que incentiva seus membros a investirem seus rendimentos na própria comunidade. (CUNHA, 2012; DAWSON, 2015)

Auroville possui um forte enfoque na economia solidária. Existem ao menos 125 empresas, todas de propriedade coletiva, voltadas para a criação de riqueza comunitária em vez do lucro privado, atuando nos mais diversos setores e sendo administradas pelo Fundo Central da comunidade. (CUNHA, 2012) Essas empresas com suas práticas fornecem importantes, novos e alternativos modelos ao paradigma econômico dominante, como, por exemplo, as seguintes proposições de mudança: "da competição para cooperação; das ambições materiais para valores humanos holísticos; do impulso consumista para consideração às necessidades básicas reais; da ganância e corrupção para padrões éticos; de desejos individuais para a abundância de todos; de lucro dos acionistas para compromisso dos responsáveis; do individualismo egoísta para um real senso de comunidade". (MUELLER, 2010, P.196)

A ecovila procura manter práticas econômicas éticas, como o comércio justo e assegurar boas condições de trabalho. Além disso, na ecovila há o esforço para que os níveis salariais estejam acima da norma da região. Ao todo, a economia local emprega cerca de cinco mil pessoas, porém, nem todos em empregos formais. (MUELLER, 2010)

A partir destas informações, o sucesso da comunidade de Auroville pode ser explicado, de forma resumida, por três fatores principais: o forte enfoque espiritual, que cria um sólido núcleo de valores compartilhados; o status de Auroville como poderoso símbolo de esperança e unidade; e, finalmente, uma forte e estável economia solidária. (DAWSON, 2015)

Hoje vivem na comunidade de Auroville cerca de duas mil pessoas e objetivo é atingir cinquenta mil moradores, tornando-se a primeira ecocidade do mundo. (DAWSON, 2015)

1.3.2. *Findhorn Foundation*, Escócia:

Findhorn Foundation é uma ecovila localizada em Findhorn, uma antiga vila situada próxima à cidade de Forres, na Escócia. Essa comunidade é conhecida como a "avó" das ecovilas, por ter sido uma das primeiras a ser criada e, hoje, uma das principais em questões de sustentabilidade, economia e educação holística, servindo como exemplo para as demais ecovilas. (CITIZEN INITIATIVE, 2017)

A história dessa comunidade começou em 1962, quando o casal Peter e Eileen Caddy, juntamente com seus três filhos e uma amiga, Dorothy Maclean, foram morar em um estacionamento de *trailers*, "*Caravana Park*", em Findhorn. O casal, na época desempregado, decidiu dedicar-se ao plantio orgânico de vegetais e frutas no local, apesar deste ficar próximo a um "lixão". O fato que surpreendeu a todos foi que, mesmo com as condições desfavoráveis do terreno, vegetais excepcionalmente grandes começaram a brotar, incluindo um repolho de cerca de 18 kg. Isso atraiu o interesse de vários horticultores, curiosos e até mesmo da mídia, como o programa da BBC, em 1969, "*Man Alive*". A explicação que o casal dava para este fato inusitado era a cuidadosa, diária e direta instrução divina/sobrenatural que eles recebiam sobre o plantio da horta. Pessoas com as mesmas crenças do trio começaram a se mudar para o local e, dessa forma espontânea, surgiu a comunidade de Findhorn. (BBC NEWS, 2012; THE GUARDIAN, 2007)

Os anos setenta marcaram a rápida expansão da comunidade, que foi formalmente registrada, em 1972, como uma instituição de caridade sob o nome de *Findhorn Foundation*, tendo atingido cerca de 300 membros já no início de 1980. Na realidade, o fator que melhor explica a expansão dessa comunidade e o que mantém seus membros unidos até hoje (o que alguns sociólogos chamam de “liga” ou “cola”) é a forte espiritualidade, tanto que recebeu o apelido de "Vaticano da Nova Era", atraindo muitos adeptos à sua prática espiritual. Assim sendo, diferentemente da maioria das outras comunidades, Findhorn não foi criada de forma intencional, tendo surgido espontaneamente pelo interesse e associação de pessoas que tinham as mesmas crenças e valores, e que, posteriormente, organizaram de forma intencional essa comunidade já formada. (CITIZEN INITIATIVE, 2017)

Atualmente, a população que vive no local totaliza cerca de 400 membros. Entretanto, a comunidade recebe cerca de 14 mil visitantes por ano, cada um contribuindo de uma forma diferente para a sua continuidade. Findhorn também conta com mais de 40 empreendimentos diferentes e próprios. (SOARES e LANGNER, 2014)

A ecovila é um centro espiritual e holístico, com três princípios fundamentais: silêncio interior profundo, co-criação com a natureza e o amor em ação. A comunidade não segue uma religião específica ou práticas espirituais regradas, mas todos acreditam e valorizam a liberdade de ser e de sentir. Uma estimativa aponta que são cultivadas, no mínimo, 47 práticas culturais diferentes em Findhorn. (SOARES e LANGNER, 2014)

A comunidade possui diversas práticas ecológicas e de sustentabilidade, como o uso de técnicas de construção ecológica, de produção de energia limpa e renovável, reciclagem e uma engenharia de tratamento de água utilizando plantas e bactérias benéficas que foi pioneira, tendo se tornado mundialmente conhecida e aplicada como Living Machine®. (SOARES e LANGNER, 2014)

A comunidade possui quatro turbinas eólicas, com capacidade total de 750 kW, que conseguem suprir todas as suas necessidades energéticas, com um excedente médio de 40%, que é direcionado para rede pública de abastecimento, sendo, portanto, "exportadora" de energia. A geração de eletricidade "verde" é um dos empreendimentos comunitários de maior sucesso. As casas e edifícios de Findhorn possuem painéis solares para aquecimento da água e uma empresa da própria comunidade fornece esses painéis tanto para os membros residentes

quanto para clientes comerciais em todo o Reino Unido. Além disso, os projetos de arquitetura das construções são feitos de forma a incorporarem, ao máximo, soluções de eficiência energética. (FINDHORN, 2013 apud SOARES e LANGNER, 2014)

Sobre a produção de alimentos orgânicos, que caracteriza Findhorn desde sua formação, é interessante ressaltar a criação, em 1994, de um sistema de agricultura de suporte comunitário ("*Community Supported Agriculture*" - CSA), uma ferramenta muito utilizada em economia solidária que será melhor abordada ao longo do trabalho. Denominado de "*EarthShare*", esse sistema foi pioneiro no Reino Unido. (FINDHORN, 2013 apud SOARES e LANGNER, 2014).

Ainda sobre o aspecto ecológico, a comunidade possui um impressionante valor de pegada ecológica⁷. Em 2009, foi calculada em 2,56 gHa, o menor valor já encontrado para um assentamento no mundo industrializado, "representando menos que a metade do valor da Escócia (5,37) ou do Reino Unido (5,40)". (CUNHA, 2012)

A economia local também tem um papel de destaque no sucesso da comunidade. Todos os membros recebem uma renda mínima mensal, advinda da produtividade local e dos empreendimentos bem-sucedidos, além de moradia livre. (SOARES e LANGNER, 2014) Existem cerca de 40 empresas locais desenvolvidas com ética ecológica provendo os mais diversos tipos de produtos e serviços. Um estudo realizado em 2002 com o intuito de avaliar o impacto econômico da comunidade de Findhorn mostrou que a mesma gera cerca de 400 empregos e mais de 5 milhões de libras anuais através de seus empreendimentos. (DAWSON, 2015) Isso significa que a própria comunidade seria capaz de absorver todo o recurso humano de seus membros, em termos de mão-de-obra. Entretanto, Findhorn não é isolada, e tanto seus membros podem ter empregos fora da ecovila quanto não-membros podem trabalhar nos negócios locais. (SOARES e LANGNER, 2014)

Duas práticas econômicas contribuíram significativamente para o desenvolvimento local: a criação de um banco próprio - "*Ekopia*" - e de uma moeda própria - "*Eko*". O primeiro permite que os recursos monetários dos membros permaneçam na comunidade, sendo

⁷ Pegada ecológica é um termo traduzido do inglês, *ecological footprint*, que se refere à quantidade de terra e água, medida em hectares, que seria necessária para a manutenção de uma população, levando em consideração todos os recursos materiais e energéticos, gastos pela mesma. (REES, 1992)

investidos na mesma e o segundo permite a circulação monetária local, impedindo o vazamento do poder de compra. Ambos facilitaram que as empresas locais emergissem. (DAWSON, 2015)

A Ekopia é uma cooperativa com status de sociedade de fomento industrial (livre tradução de "*industrial provident society*") cuja finalidade é "reciclar" localmente as economias dos membros da comunidade. Ela é responsável por investir tais economias em projetos de interesse da ecovila, como os de geração de renda e melhorias estruturais (parque eólico, loja comunitária). Os membros que depositam suas economias tornam-se coproprietários dos negócios, podendo opinar sobre os mesmos de forma democrática e igualitária com os demais investidores, independentemente de quanto tenham investido, promovendo assim uma ética fortemente comunitária. Ekopia calcula que seus investimentos geram uma taxa de retorno próxima de 20% ao ano para os participantes do fundo e foi, através deste sistema, que o parque eólico da ecovila foi instalado, produzindo, como já mencionado, energia suficiente para abastecer a comunidade e ainda exportar o excedente para a rede pública, gerando mais renda. (DAWSON, 2004) Os recursos poupados pelos membros da ecovila atingem um montante anual de cerca de 600.000 libras. (CUNHA, 2012)

Ekopia também realiza operações de microcrédito e de aconselhamento técnico e de empreendedorismo a fim de fortalecer a economia local, com fomento nas áreas identificadas como deficitárias. Para isso, é realizado um planejamento anual que detecta os principais insumos que a comunidade "importa", impulsionando projetos internos de negócios nestas áreas com o intuito de minimizar os vazamentos de recursos. (CUNHA, 2012)

A moeda local, Eko, é adquirida da Ekopia com libras esterlinas, em uma taxa de conversão 1:1. Isso permite a criação de um fundo de empréstimos para as empresas comunitárias, que necessitam de capital, em libras, sem a necessidade que as mesmas paguem taxas bancárias comerciais e de juros, permitindo uma economia significativa e, portanto, seu desenvolvimento. É estimado que a primeira emissão de 18.000 Ekos produziu um giro monetário de cerca de 150.000 libras no primeiro ano de funcionamento do sistema, o que equivale a mais de oito ciclos completos de circulação monetária. (DAWSON, 2015)

"Os empreendimentos têm acesso ao crédito a uma taxa mais barata do que através do sistema bancário convencional. A expansão dos negócios locais gera empregos extras e poder de compra. E mais desse poder aquisitivo permanece dentro da comunidade. Por último, mas longe de ser menos

importante, e menos fácil de medir em termos puramente econômicos, é o forte dividendo social inerente aos fortes sentimentos de propriedade e participação sentidos pelos membros da comunidade em relação à sua própria economia. As decisões relativas ao consumo, ao investimento e ao trabalho deixam de ser feitas meramente de acordo com os critérios de maximização do lucro. O divórcio entre cabeça e coração que a atual economia global impõe (por meio do qual as pessoas muitas vezes fazem escolhas de consumo que sabem ser social ou ecologicamente exploradoras por causa de implicações financeiras) é, em algum grau pelo menos, superado. Este modelo de ecovila, assim, permite que as pessoas tragam seus desejos por justiça e sustentabilidade de volta ao alinhamento com suas aspirações de viver bem e de maneira feliz." (DAWSON, 2015, P.50)

Além do banco comunitário e da moeda social, essa comunidade adota também um sistema de troca de serviços (LETS), cujo funcionamento será abordado no capítulo III. Essas três práticas econômicas alternativas evidenciam o profundo esforço em articular diferentes lógicas de atuação econômica. (CUNHA, 2012)

Culminando com estas considerações, Findhorn se apresenta, portanto, como um modelo de ecovila que se propõe a fornecer soluções viáveis para a diminuição das desigualdades sociais e erradicação da pobreza, da degradação ambiental, promovendo, ao mesmo tempo, um espaço comunitário de apoio e solidariedade com um modo de vida de baixo impacto. (FINDHORN, 2013 apud SOARES e LANGNER, 2014) Assim sendo, a comunidade é usada como um recurso de ensino nas mais diversas áreas, atraindo milhares de visitantes associados a grupos universitários e escolares, bem como organizações profissionais. (FINDHORN, 2013 apud SOARES e LANGNER, 2014)

I.3.3. Ecovila de Ithaca (EVI), EUA:

O projeto da Ecovila de Ithaca (EVI), localizada no estado de Nova Iorque, surgiu durante uma marcha ecológica que cruzou os Estados Unidos de ponta a ponta, "*The Global Walk for a Liveable World*", que ocorreu em 1989-90, com o objetivo de divulgar a crise ambiental e conscientizar as pessoas que elas poderiam contribuir para mudar a situação. Muitos dos envolvidos na liderança da marcha, no retorno, começaram a projetar o que resultaria na criação de uma das mais importantes ecovilas da América do Norte. A Ecovila de Ithaca é, assim, uma comunidade intencional predominantemente fundada por ativistas de movimentos ecológicos. O objetivo de seus idealizadores é que EVI pudesse funcionar como um modelo prático e replicável de vida sustentável. (DAWSON, 2015)

"O objetivo final da EVI é nada menos que redesenhar o habitat humano. Estamos criando uma comunidade modelo de cerca de 500 pessoas que exemplificarão sistemas sustentáveis de vida - sistemas que não sejam apenas práticos em si, mas replicáveis por outros. O projeto concluído demonstrará a viabilidade de um projeto que atenda às necessidades humanas básicas, como moradia,

produção de alimentos, energia, interação social, trabalho e recreação ao mesmo tempo que preserva os ecossistemas naturais." (Declaração da Missão de EVI, 1994 apud DAWSON, 2015, P.30)

A elaboração da ecovila começou em 1991, seu local foi definido em 1992, um terreno semirrural a cerca de 3 km da cidade de Ithaca, mas somente em 1996, após quatro anos e meio de planejamento, projeção e construção, que os primeiros membros se mudaram para EVI. São cerca de 70 hectares, dos quais 90% são dedicados à agricultura orgânica, madeira, bosque e zonas úmidas. Os 10% restantes são separados para a área residencial. Atualmente, moram na ecovila cerca de 220 pessoas, sendo destas 60 crianças. O objetivo é que a comunidade atinja 500 residentes e que, mesmo assim, permaneça ainda 80% de sua área reservada para fins rurais e ecológicos. (DAWSON, 2015; KIRBY, 2003)

Assim como a comunidade de Findhorn, EVI separa uma área para a prática de agricultura de suporte comunitário. Parte da produção orgânica de alimentos é voltada para suprir as demandas internas, mas boa parte é direcionada para a comercialização com as regiões vizinhas à ecovila e, durante a época da colheita, a produção da fazenda consegue fornecer alimentos para cerca de 1000 pessoas toda semana por todo o período. Também existe uma espécie de fazenda-escola que oferece cursos e ajuda a agricultores de baixa renda. Toda essa infraestrutura agrícola provê cerca de 30% das necessidades locais de comida. (BLOUIN, 2007)

As áreas residenciais foram construídas a partir do modelo do *cohousing*, estando as construções agrupadas em torno de um pátio para pedestres, com uma lagoa recreativa, espaços para oficina e escritório, biblioteca e uma casa comum para a realização de encontros, comemorações e refeições, possibilitando, assim, a forte interação dentro da comunidade e o aproveitamento de áreas, instalações e objetos comuns como equipamentos e ferramentas agrícolas e domésticas, servidor de internet, aquecedores centrais, dentre outros. (KIRBY, 2003) EVI busca desenvolver uma cultura de compartilhamento extensivo, o que inclui não apenas a filosofia do *cohousing*, mas também a partilha de carros, reutilização de eletrônicos, roupas, brinquedos, móveis e livros. (ECOVILLAGE AT ITHACA, 2017)

A arquitetura das construções residenciais é projetada de forma a inserir o máximo de eficiência ecológica. Para se ter uma ideia, das 100 casas, cerca de 85 são certificadas como eficientes e necessitam de aproximadamente 40% menos energia do que casas convencionais de mesmo padrão. Elas se utilizam de painéis solares e soluções de *design* a fim de utilizar da

melhor maneira possível o calor do sol e conservá-lo durante os invernos frios e longos. Isso significa, por exemplo, a orientação das casas para o sul e a redução de entradas (janelas e portas) no lado norte. Além disso, as casas contam com isolamento reforçado por pisos e paredes. (BLOUIN, 2007) Algumas construções contam com banheiros secos de compostagem e outras possuem sistemas de baixo fluxo de água. (DAWSON, 2015)

Em EVI, existem vários veículos elétricos híbridos, incentivo ao uso de bicicletas e compartilhamento de viagens de carro. (DAWSON, 2015) A comunidade é autossuficiente, em termos energéticos, em cerca de 60% e, através de suas várias práticas ecológicas, conseguiu reduzir sua pegada ecológica em 70% quando comparada com a do americano típico. Isso significa que os moradores da comunidade de Ithaca usam apenas cerca de 30% dos recursos totais para eletricidade, aquecimento, viagens, alimentos, água e resíduos. A comunidade se descreve como satisfeita por poder desfrutar de uma qualidade de vida elevada e, ao mesmo tempo, de menor impacto ao planeta. (ECOVILLAGE AT ITHACA, 2017)

Consistente com sua declaração missional, a Ecovila de Ithaca não dispensa esforços em comunicar sua experiência com o restante do mundo. A comunidade dispõe de várias parcerias educacionais, incluindo uma universidade local. Também provê programas pedagógicos nas múltiplas áreas do viver, abrangendo inclusive conhecimentos relativos à organização prática de uma ecovila, desde construções verdes, métodos de governança até o processo de construção em si de uma comunidade deste tipo. Além dos participantes locais, os cursos oferecidos por EVI atraem cerca de 500 outros visitantes por ano. (DAWSON, 2015) Muitas dessas parcerias fornecem recursos monetários para que a ecovila partilhe seus conhecimentos. (BLOUIN, 2007) Ademais, EVI também é reconhecidamente a ecovila com maior participação na mídia, tanto a nível nacional (*New York Times*, *CNN*, *PBS* e *Nacional Public Radio*) como a nível internacional. (DAWSON, 2015)

Sobre o aspecto político, os processos de tomada de decisão são feitos baseados no consenso. Neste modelo, as objeções são discutidas e as soluções propostas; os facilitadores ajudam o grupo a chegar a um acordo claro. Existem, na literatura, relatos sobre tensões oriundas de divergências quanto ao modo de governança e das decisões definidas em comunidade baseadas neste sistema. A influência de indivíduos não investidos nos princípios da comunidade gerou grandes distúrbios, frustração, tensão e, até mesmo, saída de membros. Para evitar possíveis novos conflitos, em EVI existe, hoje, um processo meticuloso para a

seleção de novos membros, o que inclui visitas ao local, estudo dos princípios norteadores, leitura do livro-fundador, participação em *workshops*, avaliação de comitê local, dentre outros. Além disso, os moradores compartilham cerca de quatro refeições por semana e diversas outras atividades de interação cuja finalidade também é a promoção da harmonia e solidariedade no convívio. Atualmente, de acordo com moradores e organizadores, o sistema político tem funcionado bem. (BLOUIN, 2007; FRANKE, 2012)

Sobre o ponto de vista econômico, a Ecovila de Ithaca se apresenta de forma surpreendentemente conservadora. Desenvolve a agricultura de suporte comunitário, como já mencionado, e assim como nos dois exemplos de ecovilas anteriores, possui uma moeda própria, a *Ithaca Hour*, que circula não apenas dentro da comunidade, mas também em vários estabelecimentos na própria cidade de Ithaca. Uma *ithaca hour* equivale a 10 dólares, que é o correspondente ao valor médio da hora de trabalho na região. De igual forma, EVI também não é isolada, possibilitando aos seus residentes trabalharem fora da ecovila, desde que se disponham a ocupar-se de alguma atividade da comunidade em, pelo menos, meio expediente, e isso é realizado pela maioria dos residentes. As principais atividades econômicas desenvolvidas dentro da ecovila não geram retorno para a mesma e, uma das formas de arrecadação de recursos para o equilíbrio das contas, é através de uma taxa mensal, uma espécie de condomínio, de cerca de 650 dólares paga por cada residência. (FELLOWSHIP FOR INTENTIONAL COMMUNITY, 2017) Uma das críticas à EVI é o custo de moradia para novos membros: uma casa na comunidade custa de 130 a 300 mil dólares, um valor que não é muito acessível para o padrão médio americano. (BLOUIN, 2007)

CAPÍTULO II: ANÁLISE DAS ECOVILAS ATRAVÉS DAS DIMENSÕES DE SUSTENTABILIDADE SOCIAL E ECOLÓGICA

II.1. Dimensões de sustentabilidade

Após uma abordagem histórica e prática das ecovilas, esse capítulo se propõe a analisar tais comunidades através das dimensões de sustentabilidade social e ecológica. Entretanto, primeiro faz-se necessário contextualizar tais dimensões e, portanto, o próprio termo sustentabilidade.

De certa forma, para a economia dominante, em função dos paradigmas produtivos, a visão de desenvolvimento sempre esteve atrelada à acumulação de recursos materiais na crença de que isso poderia gerar melhores condições de vida. Com o desgaste dessa visão, novas abordagens sobre o conceito de desenvolvimento econômico têm surgido em contraposição à essa ideologia dominante. Uma dessas abordagens é a de desenvolvimento sustentável. (MENDES, 2009)

Em 1983, a Organização das Nações Unidas (ONU) formou a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, cujos trabalhos culminaram na publicação, em 1987, do "Relatório *Brundtland*" (apud AFONSO, 2006), que define desenvolvimento sustentável como sendo "aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades". É a partir dessa definição de desenvolvimento sustentável que surge o conceito de sustentabilidade.

"as ações que procuram garantir o futuro de um lugar, com qualidade de vida, respeito às pessoas e sua cultura, conservação do meio ambiente, manutenção da biodiversidade, adequação ao território podem ser consideradas sustentáveis." (MENDES, 2009, P.51)

Neste conceito, apesar da questão da preservação ambiental ser um ponto imprescindível, a sustentabilidade deve ser entendida como um sistema complexo e multidimensional, englobando vários aspectos, como saúde, lazer, moradia, economia, educação e tantos outros relacionados à própria dignidade humana.

As cinco dimensões da sustentabilidade apresentadas por Sachs (1993) – Ecológica, Social, Cultural, Econômica e Espacial – têm sido consideradas para o desenvolvimento de vários trabalhos relacionados ao tema. No entanto, não há entre os autores um consenso a respeito dessas cinco dimensões. O próprio Sachs, em outros trabalhos, apresenta variações. (SACHS, 2008) Porém, há pelo menos um consenso: de que a sustentabilidade deve ser entendida por meio de uma visão ampla e sistêmica.

Apesar dessas divergências de categorização, a seguir encontra-se uma breve relação das principais dimensões de sustentabilidade e seus pontos de atuação abordados pela literatura na temática sobre as ecovilas: (GEN, 2018; GAIA EDUCATION, 2012; CUNHA, 2012; BONFIM, 2010 e JACKSON e SWENSON, 2002 apud FABRI, 2015)

- Dimensão social: engloba o incentivo à participação de todos, à aceitação à diversidade, empoderamento de grupos étnico-sociais anteriormente excluídos, estímulo à solução pacífica de conflitos e convivência harmoniosa interpessoal, tanto no núcleo familiar quanto na sociedade em si;
- Dimensão econômica: diz respeito ao incentivo do desenvolvimento econômico através de práticas alternativas que não gerem poluição ou exploração de recursos humanos ou naturais, promovendo, assim, a equidade e justiça no acesso ao sustento, a partilha de excedentes e, portanto, uma economia solidária e responsável, além da sujeição da economia à ecologia e não o contrário;
- Dimensão ecológica: analisa a relação homem-natureza, buscando formas de minimizar o impacto dessa relação, procurando viver com uma "pegada ecológica" permissível;
- Visão de mundo: também compreendida como visão holística, faz referência à relação do homem consigo mesmo, sua espiritualidade, as relações que estabelece com outros seres vivos, demonstrando a ética, justiça e a responsabilidade que deve existir nas ações;
- Dimensão espiritual: sobre muitos aspectos, pode ser confundida com a visão de mundo, abrangendo questões relacionadas à expansão da consciência, identidade e

sentido de missão no que tange a responsabilidade de "curar" a Terra. Sobre este ponto, a vida é percebida como indivisível, onde a integridade depende de todas as partes, sejam estas humanas ou não.

O estudo das ecovilas utilizando estas dimensões como ferramentas de análise nos permitirá entender características e avaliar o desempenho destes arranjos em termos de desenvolvimento de maneira análoga ao uso do Produto Interno Bruto (PIB) e do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na análise convencional de desenvolvimento econômico de um país. Como já dito, as dimensões apresentadas não são as únicas utilizadas na literatura. E, para este trabalho, as ecovilas serão examinadas a partir das três dimensões - Social, Econômica e Ecológica. A dimensão espiritual e a visão de mundo foram englobadas na dimensão social.

II.2. Dimensão de sustentabilidade social

Para Siqueira (2017, P.10), dimensão social das ecovilas é “parte da crítica ao cartesianismo para propor a transição para visão sistêmica; inclui o design social, governança participativa, acordos e valores coletivos e sua documentação, poder e liderança circulares, comunicação não-violenta, gestão de conflitos, transformação social e novos indicadores de bem-estar condizentes.” Para Cunha (2010 apud FACCIN, 2016, P.33), “compreende a coesão social entre as pessoas envolvidas, expresso em questões como o tipo de sociabilidade vivido no território, o grau de confiança e a natureza do vínculo na relação entre as pessoas”.

Retomando a introdução deste trabalho, o movimento das ecovilas propõe uma ruptura dos paradigmas sociais dominantes atualmente pelo enfoque na transformação do indivíduo e na sua inserção em uma estrutura de apoio mútuo - comunidade. Entretanto, o viver em comunidade está longe de ser algo trivial, principalmente quando as propostas de construção sócio-política são tão desafiadoras como a inclusão e participação de todos e a partilha de recursos. É necessário, por exemplo, equilibrar compartilhamento comunitário e privacidade e, ainda assim, os conflitos serão inevitáveis. Na realidade, esse é o principal motivo pelo qual muitas comunidades fracassam. (CHRISTIAN, 2003)

Tendo isso em mente, o principal questionamento que surge é o que atrai as pessoas a viverem nestes arranjos sociais?

A literatura aponta que uma das razões mais relevantes é a possibilidade de encontrar um estilo de vida que a sociedade convencional não é capaz de oferecer. Esse estilo de vida, segundo relatos dos próprios moradores de ecovilas, é ainda capaz de promover o alinhamento entre crenças e valores e as práticas cotidianas, saciando inquietações e solucionando problemas que a estrutura dominante, geralmente, impõe. Esse sentimento está, de forma simples, traduzido abaixo:

"Um dos principais motivos que fazem as pessoas se sentirem atraídas pela forma de vida das ecovilas é a possibilidade de aumentar suas oportunidades sociais - e este pode ser um dos maiores valores das ecovilas. Dentro do contexto de comunidade oferecido pelas ecovilas, os moradores desfrutam de numerosos benefícios não disponíveis ao modelo individualista, tais como: um lugar seguro para criar seus filhos, onde diversos adultos podem servir como exemplos; dispor de mais tempo para a família e para os amigos e dedicar menos tempo a trabalhos estressantes ou para se deslocar de um local a outro; mais oportunidades para criar negócios caseiros ou indústrias artesanais, possivelmente em colaboração com amigos da comunidade; para os pais se torna mais fácil integrar suas atividades profissionais com o cuidado das crianças; há mais oportunidades para se dedicar a atividades criativas como a música e o teatro, com os vizinhos; podem ser organizadas refeições compartilhadas; é possível compartilhar oficinas, lojas e outros espaços de lazer, o que significa menos compras, menos gastos e, portanto, não ter que gastar tanto; as associações políticas frequentemente têm sua base na própria ecovila; as pessoas se sentem satisfeitas com suas relações sociais, o que faz diminuir drasticamente o consumismo, os vícios e o crime; as ecovilas facilitam também a integração das pessoas que têm diferentes capacidades, os idosos e outros grupos de risco, de maneira que eles possam desfrutar de uma vida mais plena e mais intensa." (GAIA EDUCATION, 2012, P.32)

Apesar da vivência em comunidade poder gerar, naturalmente, conflitos entre as pessoas, podendo até mesmo, como já mencionado, levar ao fim de algumas comunidades, é ela em si um dos valores mais fascinantes e mais atrativos que as ecovilas tem a oferecer. Essa reorganização social intencionalmente planejada e executada por pessoas que buscam uma vida com significado, relações interpessoais mais profundas e uma vida alinhada em acordo com seus valores é o espírito do movimento das ecovilas.

Nesse sentido, outro motivo importante é a possibilidade de grupos que possuem propósitos em comum, sejam eles sociais, econômicos, ecológicos ou mesmo espirituais, construírem suas próprias "sociedades" em alinhamento com suas ideologias. Estas servem como "bússola", norteando a concepção de suas diretrizes, códigos de conduta, missão e valores, e como "cola", mantendo a coesão e união do grupo.

As ecovilas, como já abordado, são comunidades nascidas das crises atuais como modelos de oposição aos impactos provocados pelo modo de vida contemporâneo e são, portanto, espaços projetados por esses grupos, nos quais eles podem estabelecer e experimentar a maneira como irão viver e interagir com a natureza e a sociedade, espaços

onde podem territorializar suas utopias. (SANTOS Jr., 2012) Tal busca pela experimentação de um novo estilo de vida advém do profundo mal-estar e desilusão com o projeto de sociedade atual.

“O movimento de criação de ecovilas é provavelmente o maior antídoto para a dependência da economia global, pelo mundo afora pessoas estão construindo comunidades numa tentativa de fugir do desperdício, poluição, competição e violência.” (HELENA NORBERG apud DAWSON, 2015, P.21)

Questões ambientais, anseio por viver em comunidade (fuga do isolamento/solidão gerados pela estrutura social e organizacional das cidades), desejo por realização pessoal, ambiente seguro, boa atmosfera para crianças, desejo por tentar superar problemas de saúde físicos ou psicológicos com apoio coletivo são alguns exemplos de motivos que atraem pessoas a viver em ecovilas. (KASPER, 2008) Muitos relatam também a necessidade da busca por uma vida com significado, desilusões com a forma de vida e de trabalho nas cidades, como exemplificado no trecho abaixo, retirado de uma entrevista com uma moradora da ecovila Arca Verde, localizada no Rio Grande do Sul (Brasil).

“[...] a vida tinha adquirido uma complexidade muito grande, e eu sentia um desejo de que a vida se tornasse mais simplificada. [...] foi uma experiência muito frustrante viver e trabalhar na cidade, foi uma luta pela sobrevivência, com pouquíssima qualidade de vida. Eu não tenho aquele perfil competitivo, então eu não consegui ‘crescer’, ascender, e aquela situação estava me tomando existencialmente. [...] eu me sentia muito maquinizada, eu vivia muito maquinizada. [...] é tudo tão automático, uma exigência, uma cobrança tão grande, o mercado precisa tanto da tua energia, tu dá o teu sangue nesse processo e não consegue fazer nada mais por ti mesmo. Tu não tem vida própria. [...] chegou num momento em que minha vida já não estava mais fazendo sentido, eu não estava conseguindo me construir como pessoa, no meio urbano.” (Trecho de entrevista retirado de WEBER e FERRAZ, 2016, P.422)

Essa rotina mecanizada e o individualismo intensificado pela modernidade desfavorecem a construção do indivíduo. O resultado é uma sensação de solidão, alienação, no sentido de anulação da personalidade individual, e a conseqüente perda de significado da vida, como percebido na fala da entrevistada acima. Assim, a busca por sentido, autoconhecimento e desenvolvimento pessoal também são fatores que motivam pessoas a viverem em ecovilas, uma vez que estas, em contraposição ao estilo de vida social contemporâneo, são espaços onde tais práticas são favorecidas e estimuladas. Isso, de acordo com o estudo de Mocellin (2015), que se propôs a analisar as ecovilas sob uma perspectiva da psicanálise, *“deriva do fato destas comunidades possuírem, como característica fundante, o respeito à singularidade de cada componente do grupo, sendo um cenário propício à emergência da espontaneidade e da criatividade de cada um de seus membros. Por não se coadunar com os pressupostos modernos, principalmente, com o dualismo ser*

humano/natureza, tais comunidades representam um modelo de ambiente acolhedor do indivíduo, respeitador de suas especificidades.” (MOCELLIN, 2015)

Esse ambiente de acolhimento solidário ao indivíduo propicia o desenvolvimento de outro alicerce das ecovilas – a crença de que toda e qualquer transformação social começa no indivíduo. Isso tem correlação com os movimentos alternativos da década de 1970 que pregavam a “Revolução Interna” como o fator determinante para a mudança social desejada. (WERBER E FERRAZ, 2016)

“As ecovilas estão mudando o mundo, um coração por vez.” (KUNZE e AVELINO, 2015, P.24)

Ainda sobre a missão de transformação social que as ecovilas se propõem, Kunze e Avelino (2015) conceituam:

“A narrativa de mudança a que se refere o movimento das ecovilas é ao mesmo tempo sua ação estratégica: construir uma rede de comunidades resilientes que não seja facilmente afetada ou atingida pelo desenvolvimento negativo a nível macro. Elas preferem confiar nos micro e meso sistemas, porque podem acompanhá-los, projetá-los e influenciá-los. Ecovilas acreditam em uma abordagem de longo prazo de mudanças culturais e resiliência de pequena escala. Um elemento importante de sua narrativa de mudança é começar consigo mesma e, depois, se unir para construir comunidades resilientes. Ecovilas são apaixonados por mudar as mentalidades individuais e apoiar o desenvolvimento pessoal para mais responsabilidade, comportamento cooperativo e empoderamento.” (KUNZE e AVELINO, 2015, P.24)

Essa mudança de mentalidade que o trecho acima menciona está baseada no propósito das ecovilas de viver uma vida onde as ações reflitam as ideologias coletivas. Uma das críticas à sociedade dominante é a imposição de escolhas que, em muitos, provocam a separação entre consciência e prática cotidiana ou, pior ainda, para outros, não tem consequências reais, ou seja, a consciência é insensível à “cultura industrial repressora, consumista e irresponsável para com a natureza e a sociedade.” (WEBER E FERRAZ, 2016, P.434) A transformação social pretendida, dentro desse contexto, é, portanto, a conscientização dos indivíduos através dos exemplos de boas práticas, levando-os a repensarem hábitos e comportamentos nos mais diversos aspectos. Algumas dessas práticas serão abordadas ao longo do trabalho.

Apesar do foco ecológico ser, indubitavelmente, um dos elementos centrais no movimento das ecovilas, para Avelino et al. (2015), talvez a maior contribuição que tais comunidades estejam dando sejam dentro das práticas sociais. Esses autores estudaram doze arranjos que apontavam inovações sócio-econômicas, dentre eles as ecovilas, e as motivações

envolvidas nestas iniciativas de transformação social, tomando como base a Teoria da Autodeterminação. (AVELINO et al., 2015) Essa teoria, desenvolvida por Richard Ryan e Edward Deci, postula as três necessidades psicológicas humanas fundamentais – Competência (entendida como necessidade de ter um efeito positivo sobre o ambiente, no nível ótimo do uso de suas habilidades e capacidades, para atingir os resultados desejados), Relação (ou Pertencimento, diz respeito ao desejo de se sentir valorizado e ligado a um determinado grupo) e Autonomia (refere-se ao desejo de poder reger o próprio comportamento, com um senso de independência nas escolhas), e argumenta que o bem-estar físico, psicológico e social e, portanto, a motivação em realizar algo está diretamente relacionado com o quão bem-satisfeitas estão estas necessidades. (CERNEV e HENTSCHKE, 2012) Usando tal teoria, Kunze e Avelino (2015) identificaram que as motivações envolvidas nas iniciativas de inovação social praticadas nas ecovilas resultam, principalmente, mas não exclusivamente, da insatisfação na qualidade das relações interpessoais experimentadas na sociedade contemporânea. A satisfação ótima dessas necessidades seria a força-motriz para manter engajamento e para as transformações individuais e relacionais. Nesse sentido, as ecovilas se afastam das condições de controle excessivo e falta de conexão, que são fontes de alienação e mal-estar, e fornecem espaços de escolha e livre envolvimento, que estimulam a aprendizagem e experimentação, promovendo o envolvimento ativo e contribuindo para satisfazer também a necessidade de autonomia. (AVELINO et al., 2015)

Abaixo encontram-se pontuadas algumas das principais iniciativas de inovação social que buscam promover a satisfação das necessidades supracitadas, apresentando algumas das ações práticas realizadas para atingir tal objetivo: (KASPER, 2008; GAIA EDUCATION, 2012; KUNZE e AVELINO, 2015; DIAS e LOUREIRO, 2017; GEN, 2018)

- Aceitação da diversidade e construção do senso de comunidade – as ecovilas promovem a intensificação das interações sociais seja pelo compartilhamento de espaços, *cohousing*, estímulo a encontros sociais formais ou informais, compartilhamento de refeições, de trabalho (por exemplo, a agricultura), práticas comunitárias de expressão cultural, estímulo ao desenvolvimento de projetos e metas comunitárias, além do próprio sentimento de pertencimento gerado pelo ideário comum. As ecovilas enfocam a ideia de unidade na diversidade, a qual valoriza o estabelecimento de uma sinergia entre os indivíduos, entendendo que as diferentes

habilidades, competências, formas de ser e sentir contribuem para o avanço da comunidade como um todo;

- Empoderamento de lideranças e sistemas de governanças que tenham participatividade – as ecovilas, geralmente, são autogeridas, aderindo a sistemas de governança participativos, nos quais o poder é horizontal, em forte contraposição aos modelos convencionais de distribuição de poder, promovendo lideranças circulares e hierarquias funcionais, não estruturais;
- Cultivo aos processos decisórios que sejam inclusivos e transparentes – as ecovilas desenvolvem métodos de tomada de decisão, geralmente, baseados no consenso (em ecovilas menores) ou na Sociocracia (em ecovilas maiores). O consenso trata-se de uma ferramenta valiosa de participação genuína, apesar de ser um processo complexo e custoso. O consenso dá voz a todos, mas não significa que todos tenham que concordar; apenas os indivíduos devem estar suficientemente satisfeitos para não vetar uma decisão. O princípio por detrás do consenso é o de igualdade. A sociocracia é um sistema também complexo de governança dinâmica, no qual as decisões são tomadas em subgrupos de trabalho baseado no "consentimento", o que implica que o grupo pode ir para frente com a melhor decisão tomada em um momento com o entendimento de que ela pode ser alterada a qualquer momento. Nesse sistema, todas as medidas recebem sempre a consulta da comunidade, que atua diretamente decidindo o que é melhor para o conjunto;
- Garantia do acesso igualitário à educação e saúde holísticas – as ecovilas são pautadas na justiça e igualdade, oferecendo, portanto, o mesmo tratamento a todos os seus membros. Dentro do seu objetivo de transformação do indivíduo e da sociedade, oferece educação e saúde holísticas, em forte contraposição ao pensamento reducionista e cartesiano;
- Gestão e facilitação de conflitos, comunicação e habilidades de construção de paz – como já dito, os conflitos são um dos motivos principais do fracasso de algumas comunidades intencionais. Por isso, as ecovilas têm como preocupação crescente a busca de uma mudança de postura em relação aos conflitos, estimulando a transformação da mentalidade dos indivíduos e permitindo que eles se defrontem com os debates e divergências de opinião com interesse e abertura, através de uma escuta ativa, compreendendo que os mesmos são oportunidades para o crescimento da comunidade como um todo. Além disso, o estímulo ao senso de pertencimento de

grupo é uma importante ferramenta para minimizar os conflitos e disputas internas. Há um forte incentivo à comunicação não-violenta, inculcando a responsabilidade pessoal sobre as palavras e ações dirigidas ao próximo. Outra ferramenta usada por algumas ecovilas para a promoção da paz, harmonia, unidade e resolução de conflitos é a elaboração coletiva de cartilhas de regras e políticas explícitas de conduta, inclusive regras para a associação de novos membros. Nesse sentido, outras possibilidades também utilizadas são a aceitação de princípios éticos de alguma filosofia ou religião compartilhada pelo grupo;

- Desenvolvimento de instituições que sejam justas, eficientes e confiáveis – as ecovilas visam fomentar projetos de iniciativas cidadãs autossuficientes que não gerem exploração de recursos humanos ou naturais.

Dos pontos mencionados acima, um merece destaque por ser considerado como de grande contribuição social: a governança participativa e inclusiva. Para Kunze e Avelino (2015), "a tomada de decisão participativa é uma chave, talvez A inovação das ecovilas." (KUNZE e AVELINO, 2015, P.19, grifo dado pelos autores) Os métodos utilizados na gestão comunitária não são aplicados apenas em reuniões ocasionais, mas são vistos como prática viva dentro das ecovilas. Para esses autores, tais comunidades funcionam como laboratórios de experimentação de iniciativas sócio-econômicas, sendo seu movimento organizado – GEN – um veículo difusor das inovações produzidas nestes laboratórios sociais.

Cada um dos pontos abordados acima contribui mutuamente para a elaboração e desenvolvimento dos demais, sendo muitas vezes difícil dissociar e categorizar. O senso de comunidade e de pertencimento é um dos fatores que está por detrás de todos os demais, tendo em vista que as ecovilas são propostas de ruptura com o individualismo e a competitividade tão presentes na construção social vigente, buscando restaurar as relações interpessoais em comunidade.

Se a primeira pergunta que surge ao estudarmos as ecovilas, do ponto de vista social, é o que atrai as pessoas a viver nestes arranjos, talvez o segundo questionamento seja o que mantém as pessoas vivendo em tais comunidades. Esse sentimento de pertencimento que é uma das respostas à primeira pergunta, é o que responde de forma mais ampla à segunda.

Entretanto, esse senso de pertencimento nas ecovilas não se define apenas pelas formas tradicionais, como, por exemplo, se observam em muitas culturas e religiões, mas corresponde, em um sentido muito mais amplo, à partilha de valores e de uma missão comum. (FACCIN, 2016)

Valores (visão) comuns e objetivos compartilhados são os dois fatores considerados pela literatura como a "cola" que mantém os membros das ecovilas coesos e unidos. (KASPER, 2008) Para Christian (2003), essa "cola" seria a visão comunitária, expressão compartilhada de um futuro desejável, uma carta de intenções que alinha os membros da comunidade e os inspira a trabalhar em prol de suas aspirações coletivas. (CHRISTIAN, 2003 apud SIQUEIRA, 2017) A visão comunitária é considerada como uma espécie de pedra fundamental na edificação de uma ecovila, um livre acordo coletivo que inclui valores, crenças, metas, propostas e ambições do grupo, funcionando também como a bandeira de identificação do grupo perante a sociedade. (SIQUEIRA, 2017)

Com relação aos valores coletivos, apesar de toda a literatura definir e reforçar o conceito de ecovilas como movimentos de ruptura ao modelo social contemporâneo, essas comunidades entenderam pela experiência que não podem estar alicerçadas no que rejeitam, mas sim estar construídas em torno dos ideais positivos comuns. (MCLAUGHLIN e DAVIDSON, 1985 apud KUNZE e AVELINO, 2015, P.24).

Apesar desses valores e objetivos serem definidos na concepção da ecovila, e todos os integrantes, geralmente, conhecerem tais ideais, a introjeção desses valores nos membros se dá no próprio "viver o cotidiano" da ecovila, através, principalmente, da construção desse senso de pertencimento.

As ecovilas promovem formalmente a interação entre os membros, mas as interações mais importantes são as informais, ou seja, aquelas experimentadas no dia a dia: conversas, ajudas nos afazeres, lazer. Essas pequenas interações cotidianas são fundamentais para a manutenção da unidade entre os membros, criando uma relação de confiança e com isso facilitando o processo de governança. (KASPER, 2008)

Mesmo esta interação informal não ocorre por acaso. Ela é tão intencional que a própria arquitetura dessas comunidades é projetada para permitir e estimular que ela aconteça.

Muitas ecovilas exibem, por exemplo, um design originário da arquitetura do *cohousing*, no qual as casas são agrupadas em torno de um espaço comunitário. Nessa estrutura, todos os residentes têm a preservação de sua privacidade através de seus espaços individuais. Entretanto, as áreas comuns, normalmente localizadas de forma mais central, possuem melhor infraestrutura que qualquer casa particular, para que o bem comum, a coletividade, seja sempre mais valorizada. Dessas áreas comuns, destacam-se os refeitórios, salões de reuniões, salas de eventos e ambientes de trabalho. (KASPER, 2008)

II.3. Dimensão de sustentabilidade ecológica

"Qual é a organização de uma sociedade capaz de fazer design ecológico? De que forma tal sociedade se apresenta?... E, qual é o objetivo, o objeto final, do design ecológico? Não se trata apenas de casas ou água ou qualquer sistema particular. Tem que ser sobre como pensamos. O objeto final do design ecológico é a mente humana." (ORR, 2004 apud KASPER, 2008, P.12)

A sustentabilidade ecológica diz respeito à relação homem-natureza, buscando formas de minimizar os impactos dessa relação através de práticas de "preservação dos recursos naturais na produção de recursos renováveis e na limitação de uso dos recursos não-renováveis; limitação do consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos esgotáveis ou ambientalmente prejudiciais, substituindo-os por recursos renováveis e inofensivos; redução do volume de resíduos e de poluição, por meio de conservação e reciclagem; autolimitação do consumo material; utilização de tecnologias limpas; definição de regras para proteção ambiental." (MENDES, 2009: 51)

A questão ecológica dentro do movimento das ecovilas é um elemento central. Nascidas no âmago do movimento ambientalista, tais comunidades possibilitam o resgate da relação entre o homem e a Terra pela mudança de mentalidade do indivíduo, entendendo que todos os aspectos da vida devem respeitar os ciclos da natureza.

"A mudança de consciência posiciona o homem frente à natureza, no compromisso de cada um, como se todos fossem integradores de uma grande ação a sustentabilidade do planeta, em que o objetivo é a conservação da vida global." (ALVERCA, 2002 apud JORGE, 2008 apud FACCIN, 2016, P.36)

Tendo a sustentabilidade ecológica como um dos focos de ação, as ecovilas desenvolvem diversas práticas voltadas para a preservação ou regeneração de espaços verdes, como, por exemplo, a delimitação de boa parte de sua área para o plantio e conservação de terras arborizadas, zonas úmidas e outros habitats, incluindo corredores de vida selvagem. No

trabalho de Kasper (2008), no qual ele faz um comparativo de iniciativas sustentáveis em oito ecovilas americanas, o autor conclui que todas as comunidades estudadas "refletem um reconhecimento consciente da interdependência entre as pessoas e a terra, o valor inerente da terra como um fim em si mesmo e a obrigação dos humanos de serem bons 'mordomos' da terra". Esse autor ainda identifica nas ecovilas outras ações ecológicas, como a maximização da eficiência energética, no intuito de diminuir a pegada ecológica, e a otimização do uso de espaços e dos materiais. Tais práticas representam, na grande maioria dessas comunidades, a aplicação das diretrizes de permacultura. (KASPER, 2008)

Na realidade, a permacultura é um componente tão importante para as ecovilas que a própria literatura de divulgação dessas comunidades aplica o termo como sinônimo de design ecológico. (GAIA EDUCATION, 2012) Existem autores ainda que associam a criação de algumas ecovilas ao redor do mundo com a divulgação e prática da permacultura. (EQUILIBRIUM, 2015 apud FACCIN, 2016) Entendendo, portanto, a importância desse sistema para o movimento das ecovilas, a seguir encontra-se uma breve contextualização da permacultura e a relação de seus princípios com as práticas ecológicas desenvolvidas nessas comunidades.

O conceito de permacultura surgiu na Austrália, na década de 1970, pelos ecologistas Bill Mollison e David Holmgren impulsionados pelos impactos prejudiciais do rápido crescimento da agroindústria. Ambos enxergavam nessa forma de produção a alta dependência de recursos não renováveis e a extrema poluição tanto da água quanto do solo com consequente redução da biodiversidade. A resposta dada por eles a esta situação foi o desenvolvimento da permacultura. (MOLLISON, 1991) Inicialmente, a ideia foi concebida para ser um conjunto de princípios e práticas para o desenvolvimento de uma agricultura ecologicamente sustentável. O próprio termo deriva da contração das palavras '*permanent agriculture*'. Entretanto, se expandiu para várias outras áreas, incluindo a de engenharia ecológica, design ambiental e construção, adquirindo um sentido mais próximo ao da contração de outras duas palavras '*permanent culture*', sugerindo uma cultura permanente que se autorregula de forma contínua e ininterrupta. (FACCIN, 2016)

A permacultura é entendida, portanto, como um sistema filosófico contra-hegemônico, no sentido que se propõe a ter uma visão holística sobre os processos, entendendo a

interdependência entre cada uma das partes, em total contraposição à lógica reducionista e cartesiana que contribuiu para o estabelecimento da crise ambiental percebida.

Há três fundamentos que sustentam esse sistema: o cuidado com a Terra (solos, florestas e águas); cuidado com as pessoas (cuidar de si mesmo, da família e da comunidade) e a partilha justa (estabelecer limites para o consumo e população e redistribuir o excedente). (HOLMGREN, 2011)

A partir disso já é possível notar a clara relação entre esses fundamentos e as principais proposições defendidas pelas ecovilas: "menor impacto possível, autonomia na geração de recursos, máxima integração com o meio natural e convivência social saudável garantindo as necessidades básicas de seus integrantes." (EQUILIBRIUM, 2015 apud FACCIN, 2016, P.16).

Como já pontuado acima, a permacultura adquiriu um sentido muito mais amplo do que quando inicialmente concebida, possuindo um conceito abrangente e dependente da observação e empirismo para a construção de estratégias de autorregulação e desenvolvimento dos sistemas naturais, diretrizes e técnicas para a replicação dessas na organização e desenvolvimento de um habitat humano que integra suas demandas e potencialidades. (DIAS e LOUREIRO, 2017; EQUILIBRIUM, 2015 apud FACCIN, 2016)

As ecovilas, portanto, baseadas nessas diretrizes, visam aplicar um design inteligente e sistemático para a construção de uma comunidade verdadeiramente integrada com a natureza e com o próprio ser humano. Dentro desse contexto, ferramentas utilizadas que podem ser pontuadas são: (DIAS e LOUREIRO, 2017; BRAUN, 2015 apud FACCIN, 2016)

- Desenvolvimento de tecnologias de baixo impacto ambiental;
- Redução e conscientização do consumo e geração de resíduos;
- Desenvolvimento de uma agricultura sustentável (uso de produtos e estratégias que não agridam o ecossistema, que não esgotem os recursos do solo, que possibilitem a reciclagem de nutrientes no solo através de compostagem e reuso de águas domésticas);
- Recuperação do ambiente original, degradado, por exemplo, pelo desmatamento ou erosão;

- Valorização do uso de materiais reciclados ou usados (pneus, papel, borracha, madeira, fibras) para os mais diversos fins (estruturas, casas, jardins, utensílios);
- Design ecológico para a construção de casas com o máximo de eficiência energética;
- Estímulo à relocalização econômica, como, por exemplo, os processos de produção de alimentos e energia, o tratamento de resíduos e o consumo de produtos locais/regionais, objetivando a redução nos gastos de recursos, principalmente os não-renováveis. O que não produzem, as ecovilas geralmente tentam obter o mais próximo possível, através de parcerias, formando redes como, por exemplo, os modelos de agricultura de suporte comunitário (CSA).

Dentro da questão de design ecológico, merecem destaque os projetos de arquitetura desenvolvidos pelas ecovilas objetivando o compartilhamento tanto de instalações quanto de recursos. Um deles, já bastante mencionado ao longo deste trabalho, é o modelo do *cohousing*, comum nas ecovilas americanas e européias, que promove altíssimo grau de compartilhamento de instalações, gerando considerável economia de recursos naturais, além de possibilitar interação social.

Muitas das práticas relacionadas acima estão associadas umas às outras. Por exemplo, em reprovação ao estilo de vida hiperconsumista provocado pelo capitalismo, as ecovilas estimulam a redução do consumo e a prática do consumo consciente, comprando preferencialmente de produtores locais, responsáveis social e ecologicamente. Isso gera uma relocalização da economia e uma sensível redução da geração de resíduos, além de uma diminuição no uso de transportes poluentes. Sobre a questão de transporte, é comum nas ecovilas evitar carros, incentivando o uso de bicicletas e outros transportes não poluentes. Quando necessários, estimula-se o compartilhamento das viagens e o uso de transporte coletivo. (DIAS e LOUREIRO, 2017)

Com essas diversas práticas, as ecovilas apresentam um estilo de vida bem mais sustentável ecologicamente quando comparadas com o estilo de vida contemporâneo praticado na sociedade dominante. Isso se confirma pelos dados de pegada ecológica: as ecovilas costumam ter uma média de 10 a 50% inferior a de seus países. (LITFIN, 2014 apud DIAS e LOUREIRO, 2017) Diferentemente do que se possa pensar, essa redução no uso dos recursos materiais e energéticos não implica em perda de qualidade de vida; mas se deve ao

planejamento e execução de um conjunto de práticas alternativas, não apenas ecológicas, que modificam o estilo de vida da comunidade.

O compromisso por detrás dessas práticas - o de "regenerar os ambientes social e natural" - é unânime em todo o movimento das ecovilas, apesar de sua pluralidade, apresentando-se inclusive como parte da definição oficial desse movimento pela GEN. (GEN, 2018) A ideia de regeneração presente nesta definição aponta para um passo além da ideia de sustentabilidade (DIAS e LOUREIRO, 2017), ampliando para um sentido de restabelecer ou reconstituir espaços sociais e ecológicos já destruídos ou degradados.

CAPÍTULO III: ANÁLISE DAS ECOVILAS ATRAVÉS DA DIMENSÃO DE SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA

De certa forma, todos os aspectos abordados até o momento (dimensões social e ecológica) e o próprio sucesso das ecovilas parecem depender crucialmente das estruturas econômicas adotadas por estas comunidades. Além disso, a sustentabilidade econômica pode ser considerada como um dos pontos de maior contribuição em termos de inovação social. Portanto, a dimensão econômica se estabelece como uma das temáticas de maior relevância e será analisada de forma mais detalhada neste capítulo.

A dimensão de sustentabilidade econômica diz respeito à eficiência da política econômica avaliada em termos macrossociais, desenvolvimento econômico equilibrado baseado em práticas que não geram poluição ou exploração de recursos humanos ou naturais, promovendo uma economia justa, diversificada e responsável com geração de trabalho de forma digna e desenvolvimento das potencialidades locais. No âmbito das ecovilas, isso está relacionado a práticas que permitem a reprodução econômica dessas comunidades mantendo a harmonia com seus princípios éticos, de justiça, coesão social e de respeito ao meio-ambiente.

Como um movimento de contraposição ao modelo dominante, as ecovilas adotam uma série de práticas econômicas alternativas àquelas desenvolvidas pelo sistema capitalista. Para o leigo, isso pode parecer simples, não planejado e até se confundir com o movimento *hippie*. Entretanto, como em todo o movimento das ecovilas, cada aspecto é intencionalmente planejado, aplicado e reavaliado, funcionando como um sistema complexo e robusto em comparação com outros modelos. Após intensa pesquisa, é possível notar neste movimento um profundo arcabouço teórico, recebendo influências de grandes economistas ambientais como E. F. Schumacher e Herman Daly⁸ e de outros movimentos contra hegemônicos

⁸ Daly é um importante economista ambiental, crítico e pensador sobre a economia de estado estacionário, autor de uma famosa frase que afronta o paradigma da importância do crescimento econômico contínuo e tem muita relação com as ideias de Schumacher e do movimento de ecovilas: *"Uma vez que substituímos a premissa básica de que "mais é melhor" pelo muito mais sonoro axioma de 'O suficiente é melhor', os problemas social e técnicos da transição para o estado estacionário se tornarão solucionáveis, talvez até triviais."* (DALY, 1991, P.2)

históricos, como a economia social, solidária, o cooperativismo, o empreendedorismo social, além da vasta experiência das próprias comunidades intencionais. Isso fica ainda mais evidente ao observamos o êxito que as ecovilas tem tido na sua reprodução econômica. Várias das práticas bem-sucedidas aplicadas por essas comunidades serão analisadas ao longo deste capítulo.

A fim de iniciar essa discussão, segue abaixo um trecho do artigo de Jonathan Dawson, um dos principais autores e ativistas do movimento das ecovilas, que exemplifica a complexidade das proposições e ideologias econômicas dessas comunidades e sua busca por uma economia ideal e uma transformação sistêmica para uma "nova/outra economia":

"Small is beautiful, large is subsidised" (Helena Norberg-Hodge) springs to mind — and where mass-produced goods consistently cost less than those made by artisans using local materials to satisfy local needs (exactly what we are aiming for in a low-footprint, steady state economy), how are ecovillages to find a way of walking their talk?" (DAWSON, 2006, P.57)

Neste trecho, Dawson parte de uma citação de Helena Norberg-Hodge⁹, que é inspirada em uma das principais frases que marcam a obra de E.F. Schumacher, em seguida discorre de forma breve sobre a problemática da produção em massa e como ela dificulta o estabelecimento de uma economia com base local, abordando posteriormente de forma breve a questão da economia de estado estacionário¹⁰, levantando, por fim, o questionamento de como as ecovilas poderão executar de forma prática o seu discurso.

Para aprofundar a explicação da citação acima, traduziremos por partes:

-*"Small is beautiful"* - traduzido literalmente seria "Pequeno é bonito". Entretanto, quando referida ao livro de E.F. Schumacher pode ser entendida no sentido de "O negócio é ser pequeno" e remete à resposta das principais discussões levantadas por este autor como a "escala humana" e as tecnologias apropriadas. A "escala humana" refere-se a uma população ideal, em termos quantitativos, que o meio ambiente é capaz de suportar, sem provocar o

⁹ Ativista antiglobalização, autora de filmes e livros sobre o tema e aluna de Noam Chomsky (respeitado intelectual norte-americano). (LOCAL FUTURES, 2018)

¹⁰ O estado estacionário descrito por Herman Daly é uma condição onde tanto a produção física de riquezas quanto a população estão relativamente estáveis. Este momento seria advindo de uma economia que não foca na lógica do crescimento, mas sim na ideia do aprimoramento, isto é, tanto na produção, de forma mais eficiente, quanto nos bens e serviços produzidos, melhores em termos de qualidade. Foi um dos primeiros economistas a criticar a ideologia do crescimento econômico e argumentar que devemos nos adaptar a níveis menores de consumo. (DALY, 1991)

esgotamento dos recursos naturais. Por sua vez, as tecnologias apropriadas são um conjunto de conhecimentos e técnicas que possuem características como uso em pequena escala, descentralização, aplicação no contexto local, eficiência energética, respeito às questões ambientais, intensivas em trabalho, porém moldadas de forma a valorizar o ser humano no sentido de empoderamento e de provisão de qualidade de vida. (SCHUMACHER, 2010)

-*"Large is subsidised"*, na literalidade, "Grande é subsidiado". É aplicado, no contexto do trecho acima, como o contraponto da primeira frase de Schumacher. É como funciona o pensamento dominante, o qual é criticado pelo movimento, tendo em vista que tanto a produção industrial quanto agrícola em larga escala são consideradas práticas predatórias ao planeta.

-*"springs to mind - and where mass-produced goods consistently cost less than those made by artisans using local materials to satisfy local needs (exactly what we are aiming for in a low-footprint, steady state economy)"*, traduzido, "nos traz à mente – e onde os bens produzidos em massa custam consistentemente menos do que os feitos por artesãos usando materiais locais para satisfazer as necessidades locais (exatamente o que nós estamos buscando em uma economia de baixa pegada ecológica, uma economia de estado estacionário)". Esse trecho evidencia como a economia dominante, através da produção em massa pautada na globalização, problematiza a produção local, mais social e ecologicamente responsável, tornando-a quase inviável. A solução proposta perpassa pelo estabelecimento de uma economia que subverte essa lógica convencional de crescimento contínuo e acúmulo de bens. De acordo com Dawson, *"as ecovilas que se aproximam mais deste ideal viraram suas costas, na medida do possível, para a economia global"*. Ainda de acordo com o autor, essa é uma questão difícil tendo em vista que *"quase todas as ecovilas estão inextricavelmente ligadas à economia global destrutiva e ampla que as rodeia"*. (DAWSON, 2006, P.57)

-*"how are ecovillages to find a way of walking their talk?"* - Tendo em mente essa problemática, "como estão (preparadas) as ecovilas para encontrar uma forma de colocar em prática seu discurso?" Essa é a pergunta que este capítulo tentará responder ao analisar as práticas econômicas desenvolvidas por tais comunidades sobre a óptica da dimensão de sustentabilidade econômica.

A maior parte dos autores sumariza as práticas econômicas desenvolvidas pelas ecovilas como iniciativas de enfoque na economia local (relocalização econômica), criação de moedas e bancos sociais e sistemas de troca, comunalismo econômico, incentivo à redução do consumo, novos parâmetros de bem-estar social. A seguir encontram-se algumas dessas práticas abordadas de forma mais detalhada.

III.1. Comunalismo econômico - reavaliando valores de propriedades e distribuição de renda:

O comunalismo econômico a que se refere este tópico está relacionado a um processo de organização social baseado na propriedade coletiva e na distribuição dos frutos do trabalho através dos princípios da reciprocidade, solidariedade e da ajuda mútua. Praticamente todas as ecovilas desenvolvem algum grau desse comunalismo econômico, podendo variar de um comunalismo total, ou seja, o compartilhamento igualitário da propriedade da terra, da renda gerada, dos recursos produtivos e até mesmo dos bens "pessoais", como, por exemplo, roupas, a um comunalismo parcial que inclui a partilha de instalações e atividades, mas não de propriedade, além de variações dentro desses extremos. (DIAS e LOUREIRO, 2017) O grau de comunalismo determina significativamente a estrutura social, influenciando inclusive a existência ou não de classes dentro da comunidade. (LITFIN, 2014 apud DIAS e LOUREIRO, 2017)

Existe nas ecovilas um esforço no sentido de ressignificar as relações de propriedade e de distribuição de renda, tendo em vista que o comunalismo econômico provê um grau maior de segurança financeira e de pertencimento à comunidade, dois fatores essenciais ao bem-estar. Além disso, as práticas de compartilhamento econômico diminuem custos de vida e evitam desperdícios de recursos físicos e financeiros, diminuindo a capacidade ociosa e beneficiando, desta forma, o meio ambiente. (HALL, 2015)

Sobre a distribuição de renda, podem ser destacados alguns exemplos que mostram diferentes sistemas utilizados: distribuição de renda por produtividade local, como acontece em Auroville e Findhorn; uma espécie de programa de renda mínima como o desenvolvido por Schloss Tempelhof (Alemanha); e, um tipo de renda coletiva compartilhada, na qual os membros somam suas rendas e distribuem de acordo com suas necessidades, como em Twin

Oaks (EUA) e Auroville. (AUROVILLE, 2018; FINDHORN, 2018; TWIN OAKS, 2018; SCHLOSS TEMPELHOF, 2018)

Para exercer o compartilhamento econômico, as ecovilas muitas vezes se utilizam de práticas do que, atualmente, é conhecido por economia colaborativa ou compartilhada, mesmo sem atribuir uma relação direta entre suas práticas e esse sistema socioeconômico.

A economia colaborativa teve origem na década de 1990, nos Estados Unidos, impulsionado pelos avanços tecnológicos que propiciaram a construção de plataformas digitais e de redes virtuais, possibilitando, assim, o surgimento de novas formas de produção e consumo. (DIAS, 2016) Este sistema é construído "em torno do compartilhamento de recursos humanos e físicos, o qual inclui a criação, produção, distribuição, o comércio e consumo compartilhado de bens e serviços" (GANSKY, 2010 apud SILVEIRA, PETRINI e SANTOS, 2016, P.300).

Para que a economia colaborativa possa funcionar, é necessário que exista: uma massa crítica de pessoas que acreditem nos valores e práticas desse sistema e que tenham capacidade de compartilhar recursos; capacidade ociosa de alguns ativos para que a partilha dos mesmos seja possível; e, por fim, confiança entre os usuários e proprietários dos ativos. Este último aspecto – a confiança - é um elemento chave para o sucesso na aplicação das práticas da economia colaborativa. (DIAS, 2016)

Este sistema econômico está baseado em quatro pilares: recirculação de bens; aumento da utilização de bens duráveis; trocas de serviços; e, partilha de bens e serviços. (DIAS, 2016)

Como já dito, mesmo de forma não taxativa, as ecovilas se utilizam dessa lógica de compartilhamento e colaboração para sua estruturação socioeconômica, incentivando práticas que estimulam a confiança interpessoal e o sentimento de pertencimento, fatores de base para o funcionamento do sistema colaborativo. Além disso, essas comunidades promovem a reavaliação das necessidades pessoais e coletivas, estimulando um baixo padrão de consumo e a reutilização de bens com enfoque no não desperdício, além do incentivo ao uso de bens mais duráveis, práticas relacionadas não apenas à sustentabilidade econômica, mas principalmente à ambiental, tendo em vista que, para as ecovilas, a primeira deve estar sujeita à segunda e não o contrário.

As trocas de serviços também são uma característica presente em quase todas as ecovilas fazendo parte de uma esfera de práticas econômicas não-monetárias, como por exemplo, o uso da ferramenta "*Local Exchange Trading System*" – LETS.

Por fim, o compartilhamento de bens e serviços nas ecovilas ocorre de forma natural pelo próprio "*design*" dessas comunidades e pela visão e valores que defendem. Exemplos disso são os modelos do *cohousing*, *coworking* e alguns tipos de CSA.

Entretanto, construir essa filosofia do compartilhar requer meticuloso planejamento e cuidado, tendo em vista seu potencial na geração de tensões financeiras e conflitos o que, como se sabe, já levou ao desmanche de muitas ecovilas. (LITFIN, 2014 apud DIAS e LOUREIRO, 2017)

III.2. Consumo – reavaliando as necessidades reais:

"Três ingredientes são necessários para que a sociedade de consumo possa prosseguir na sua ronda diabólica: a publicidade, que cria o desejo de consumir; o crédito, que fornece os meios; e a obsolescência acelerada e programada dos produtos, que renova a necessidade deles. Essas três molas propulsoras da sociedade de crescimento são verdadeiras 'incitações-ao-crime'." (LATOUCHE, 2009 apud GARCIA, 2016: 146)

Um dos principais fatores de insustentabilidade ecológica é a cultura do hiperconsumismo fomentada pelo sistema capitalista. (DIAS e LOUREIRO, 2017)

Como um movimento de crítica a esses valores dominantes e com os ideais voltados para a construção de uma sociedade reintegrada à natureza e ao próprio ser humano, as ecovilas se propõem a estimular a redução dos padrões de consumo e a prática de uma cultura de consumo consciente e responsável.

Esse baixo padrão de consumo desenvolvido em praticamente todas as ecovilas está pautado no resgate de uma vida mais simples e no sofisticado axioma de Herman Daly de que "o suficiente é melhor". Diferentemente do que se possa pensar, essa proposta não implica em perda na qualidade de vida. Em alguns países, muitas ecovilas vivem confortavelmente com rendas consideradas abaixo da linha da pobreza (LITFIN, 2014 apud DIAS e LOUREIRO, 2017) e, mesmo assim, padrões de qualidade de vida superiores ao da sociedade dominante são alcançados (MULDER, CONSTANZA e ERICKSON, 2006 apud DIAS e LOUREIRO, 2017). De fato, qualidade de vida é um aspecto subjetivo, pois depende da avaliação pessoal

sobre a satisfação das necessidades. Mas é justamente neste ponto que a maior parte das ecovilas trabalha: na ressignificação das necessidades humanas reais. (DIAS e LOUREIRO, 2017)

Além de promover a redução do padrão de consumo, as ecovilas incentivam práticas de consumo consciente, ou seja, "de comércio justo e economia solidária, na medida em que se prioriza a compra, a preços justos, de produtos de procedência conhecida e idônea." (DIAS e LOUREIRO, 2017) Principalmente nas ecovilas urbanas, mas não restrito a estas, é comum o incentivo à formação de cooperativas de consumo de alimentos (DIAS e LOUREIRO, 2017), uma vez que, em geral, nessas ecovilas o acesso à terra é menor e o consumo cooperativo possibilita suprir a demanda da alimentação de forma ecológica e socialmente responsável, além de ser uma ótima prática para expansão dos valores comunitários para fora dos limites da ecovila, podendo atrair e conscientizar novos adeptos.

Alguns aspectos relevantes para as ecovilas com relação às práticas de consumo incluem: a análise da cadeia produtiva, levando em conta as questões ecológicas envolvidas, por exemplo, no transporte dos alimentos; os aspectos sociais das relações de trabalho; a questão do trabalho e da geração de renda como fatores importantes no empoderamento de determinados grupos e comunidades; e, a construção de redes de comércio justo. A fim de garantir a adequação de todos estes aspectos aos seus valores, as ecovilas tendem a promover atividades de realocação econômica

III.3. Realocação econômica – reavaliando a estrutura de produção:

Uma das principais estratégias econômicas das ecovilas é o estímulo ao desenvolvimento da economia local. Essa estratégia pode ser encarada como uma espécie de movimento contrário ao processo de globalização e suas consequências como, por exemplo, a exploração exaustiva dos recursos naturais, mudanças climáticas, promoção de guerras e conflitos, a existência de grandes monopólios econômicos e crises financeiras. (NORBERG-HODGE, GORELICK e PAGE, 2013)

Dentre as práticas de realocação econômica de destaque nas ecovilas podem ser citadas: o desenvolvimento da agricultura e comércio local, produção interna de energia renovável e de tratamento de resíduos, além de diversos outros empreendimentos criados

mediante um processo de avaliação das necessidades internas de forma a suprir tais demandas através da criação de parcerias locais. Um fator relevante que está por detrás da busca por desenvolver a economia local é a construção (ou resgate) de uma identidade própria dessas comunidades. Por exemplo, quando uma ecovila se propõe a produzir, ela deixa de consumir produtos duvidosos de origem duvidosa, garantindo o cumprimento de seus ideais de responsabilidade social e ecológica. (DIAS e LOUREIRO, 2017)

Neste processo de fortalecimento da economia local, algumas ferramentas próprias da economia solidária são aplicadas, como, por exemplo, a criação das moedas e bancos sociais, a construção conjunta da oferta e da demanda, a formação de cooperativas e a e construções de redes de comércio justo. Essas práticas acabam por aumentar o capital social dos atores econômicos envolvidos, o que pode ser entendido como um dos fatores mais importantes para o desenvolvimento e funcionamento da economia local. (DIAS e LOUREIRO, 2017; GAIA EDUCATION, 2012; DAWNSON, 2006)

Assim sendo, o processo de realocização econômica tem o objetivo de revitalizar o emprego e a renda, o relacionamento entre consumidores e produtores vizinhos, provendo um maior senso de comunidade, incentivar o empreendedorismo, além de diminuir os impactos ambientais gerados pelas grandes distâncias entre os locais de produção e o destino final, diminuindo, por consequência, a pegada ecológica, e diminuir a dependência e vulnerabilidade socioeconômica causada pela globalização. (NORBERG-HODGE, GORELICK e PAGE, 2013)

Sobre o desempenho das ecovilas neste processo, Dawson destaca que, quando comparadas com a maior parte das economias locais, essas comunidades, geralmente, demonstram maior grau de vitalidade, no sentido de diversificação e empreendedorismo (DAWSON, 2006) O grau deste último chega a impressionar, pois existe uma grande diversidade e complexidade de serviços e produtos oferecidos, nos mais diversos setores, como tecnológico, social e educacional, funcionando, muitas vezes, como incubadoras de organizações e indústrias caseiras. Como exemplos, podem ser citados: produção de alimentos orgânicos e alimentos em geral, bebidas, desenvolvimento e produção de energias renováveis, de técnicas para tratamento de resíduos, bioconstrução, viveiros orgânicos, fornecimento de sementes, suplementos herbáceos artesanais, produção de vidraçaria, móveis, cerâmica, tecidos, artes e artesanato, educação em diversas áreas, consultorias, comunicação,

ecoturismo, técnicas de crescimento pessoal (meditação, ioga, práticas espirituais) e autogestão. (DIAS e LOUREIRO, 2017; GAIA EDUCATION, 2012; DAWNSON, 2006)

III.3.1. Impacto das atividades na receita das ecovilas

Apesar dos dados serem escassos, Dawson (2006) afirma que grande parte da renda gerada nas ecovilas é fruto, principalmente, da prestação de serviços. A ecovila de Findhorn, por exemplo, que é altamente organizada e expõe balanços anuais, afirma que 60% da receita da comunidade advém de cursos e conferências, e que hospedagem e doações constituem uma grande parcela do restante (FINDHORN, 2018). Auroville, por sua vez, declara que 39% da renda gerada resultam de serviços e 42% do comércio (AUROVILLE, 2018). A comunidade de Twin Oaks (Virgínia, EUA) aparenta ter uma dinâmica diferente: a ecovila afirma que a renda necessária para adquirir o que eles não podem produzir por conta própria proveem da administração de empresas comunitárias. Essas empresas oferecem tanto produtos, artesanato e alimentícios, ocupando os primeiro e segundo lugar em termos de rentabilidade, quanto serviços, como, por exemplo, o negócio local de indexação de livros, que ocupa a terceira posição. (TWIN OAKS COMMUNITY, 2018)

De forma mais geral, é possível observar que, nas ecovilas, os serviços responsáveis por gerarem maior retorno financeiro são os relacionados à educação e consultoria. Isso faz sentido dentro da própria missão do movimento de servir como modelo para a construção de um estilo de vida humano mais sustentável, repassando os conhecimentos e práticas adquiridas nas mais diversas áreas. Uma das principais é a área de sustentabilidade ecológica, com enfoque em construções verdes e tecnologias renováveis. A comunidade de Findhorn, por exemplo, recebe cerca de 14 mil visitantes ao ano, muitos deles interessados em aprender e vivenciar esse estilo de vida, o que acaba movimentando também o setor de turismo e o comércio dos produtos locais. Na Itália, por exemplo, existe desde 2001, um projeto chamado "*Ecovillage Travels*", que também possui abordagem educacional, pois o turista, além de conhecer o local, tem a oportunidade de trabalhar na ecovila, desenvolvendo vivências e experiências. Muitas ecovilas também possuem festivais próprios que acabam por atrair uma quantidade significativa de turistas. Auroville, por exemplo, faz parte de vários roteiros de peregrinação espiritual e yoga. Com isso, as ecovilas podem usufruir de uma boa fonte de renda na hospedagem, alimentação e serviços. (COSTA, 2010)

Outras áreas que atraem visitantes e geram renda são as de desenvolvimento pessoal e de saúde, tendo maior destaque alimentação, clínicas de cura natural, psicoterapia e terapias alternativas, além de reabilitação clínica. (COSTA, 2010)

No setor de produtos, o destaque é para a produção de alimentos, geralmente orgânicos e não processados, vendidos majoritariamente através de um sistema de agricultura de suporte comunitário e/ou em mercados locais. A fim de garantir a qualidade social e ecológica dos seus produtos, as ecovilas possuem selos e certificações. Alguns exemplos de certificações são as de produtos orgânicos e as de comércio justo¹¹. (DAWSON, 2006) Os produtos com tais certificações acabam por conquistar mercados e indivíduos que estão voltados para o consumo consciente e não apenas o melhor preço ou o melhor *marketing*.

III.3.2. Impacto das atividades na geração de trabalho e renda dentro das ecovilas

Todas essas atividades possibilitam que as ecovilas consigam prover uma considerável oferta de postos de trabalho aos seus membros. Na ecovila de Twin Oaks, por exemplo, todos os membros (cerca de mais de 100 pessoas) estão envolvidos nos negócios locais. (TWIN OAKS, 2018) Algumas comunidades grandes precisam inclusive "importar" trabalhadores. É o caso de Auroville, cuja população está em torno de 2500 membros e a comunidade emprega cerca de 5000 indivíduos (AUROVILLE, 2018).

Em comunidades menores, os membros podem e, dependendo do grau de desenvolvimento local, por vezes precisam trabalhar fora ao menos uma parte do ano (KASPER, 2008). Isso, muitas vezes, é visto como uma interação saudável com o ambiente externo e não exclui o envolvimento desses membros nas atividades internas muito importantes para o desenvolvimento local. (JACKSON e STEVESSON, 2002 apud COSTA, 2010)

¹¹ Certificações de comércio justo visam garantir a qualidade e responsabilidade de toda a cadeia produtiva de um determinado bem e serviço até sua chegada ao consumidor final. Responsabilidade esta relacionada à valorização de todos os envolvidos na produção, de modo a garantir a ética nas relações de trabalho dos produtores, a justiça nas relações de comercialização entre os produtores e distribuidores e destes com os consumidores finais, de forma que todos sejam recompensados financeiramente de forma justa. (GAIA EDUCATION, 2012)

A remuneração dessas atividades internas também é um fator muito variável entre as comunidades. Praticamente todas as ecovilas oferecem aos seus membros moradia, educação, saúde, lazer e as necessidades básicas em geral. Por isso, em algumas dessas comunidades, o trabalho interno realizado pelos moradores é "não remunerado". Litfin (2014 apud DIAS e LOUREIRO, 2017), como já mencionado, descreve ecovilas cujos moradores vivem com rendas abaixo da linha da pobreza sem perda da qualidade de vida. Kozeny (2003) compara, em seu trabalho, que as variações de renda em ecovilas americanas alternam de um "guetto" a um próspero subúrbio americano. As ecovilas europeias, por sua vez, aparentam ser mais homogêneas em relação a esse fator. Algumas inclusive desenvolvem programas de renda mínima baseados na ideia do compartilhamento de renda¹² e na distribuição do excedente local, como é o caso da comunidade de Findhorn.

Essas diferenças entre as ecovilas na variável renda não estão diretamente relacionadas ao grau de desenvolvimento socioeconômico, nem sua obtenção é o objetivo primário desses grupos. Para essas comunidades, o indicador do seu sucesso deve ser medido pela capacidade de se manter e se perpetuar e, principalmente, pelo grau de satisfação de seus membros e qualidade de vida proporcionada (SIQUEIRA, 2017).

III.4. Qualidade de vida – reavaliando o bem-estar

Qualidade de vida é um conceito com elevado grau de subjetividade, pois depende da percepção individual de satisfação das necessidades. Não pode ser mensurada em parâmetros quantitativos, mas pode ser percebida através de manifestações distintas. "A busca desenfreada pela industrialização e pelo desenvolvimento econômico levou a maioria dos países do mundo a concentrar seus esforços na promoção do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), deixando a qualidade de vida em segundo plano. O crescimento econômico era visto como meio e fim do desenvolvimento." (OLIVEIRA, 2002, P.37) Assim, "economistas, políticos e marqueteiros assumem que o consumo de bens leva a uma qualidade de vida e constantemente nos lembram que devemos buscar prosperidade. Mas, prosperidade equivale a uma boa vida?" (MILBRATH, 1993, P.261)

¹² Na ecovila de Schloss Tempelhof (Alemanha) esse sistema funciona como um valor, em dinheiro, concedido ao morador sem contrapartida, como um direito. Esta renda é geralmente advinda do trabalho individual e é compartilhada de acordo com as necessidades individuais de outras pessoas que necessitem de tal ajuda financeira. (SCHLOSS TEMPELHOF, 2018)

Como já mencionado, muitas ecovilas adotam um padrão de vida mais simples e isso não implica em perda de qualidade de vida. Longe disso, estudos apontam que os padrões de qualidade de vida nesses arranjos são superiores ao da sociedade dominante mesmo com rendas inferiores. Na verdade, essas comunidades promovem uma reavaliação das reais necessidades do indivíduo; do que realmente importa para se alcançar uma boa vida. (DIAS e LOUREIRO, 2017)

Para Hall (2015), o sucesso no aumento do bem-estar nas ecovilas pode ser explicado pelo forte investimento dessas comunidades em três áreas principais: capital humano, através do enfoque na educação e no desenvolvimento pessoal; social, através do enfoque intensivo nas interações sociais e relacionamentos; e, natural, através do resgate da relação harmoniosa homem-natureza, com enfoque na preservação e regeneração dos ambientes naturais.

Para chegar a esta conclusão, Robert Hall descreveu em seu estudo vinte e uma áreas onde essas comunidades concentram seus esforços na promoção do bem-estar tanto individual quanto coletivo. Os aspectos apresentados pelo autor, apesar de seu claro impacto positivo sobre a qualidade de vida, são raros ou ausentes na lógica social dominante, apesar de já serem praticados nessas comunidades há mais de cinquenta anos.

De forma breve, as vinte e uma áreas são as seguintes: economia compartilhada; trabalho compartilhado; equilíbrio entre vida e trabalho; processos inclusivos de tomada de decisão; métodos para resolução de conflitos; fortalecimento de relações interpessoais em pequena escala; incentivo às celebrações; novos valores e visão de mundo compartilhada; formação de relações pessoais mais profundas e sinceras; contato físico; perspectiva centrada na criança; práticas de desenvolvimento pessoal; inclusão social; ênfase na arte e cultura; alimentação saudável; atividade física; proximidade da natureza; ativismo ambiental; e, incentivo à responsabilidade ecológica. Todas essas áreas nada mais são do que os investimentos dessas comunidades nas três dimensões de sustentabilidade abordadas neste trabalho - econômica, social e ecológica.

Por exemplo, contrário à lógica convencional de "cada um por si", muitas ecovilas percebem o quão negativo é para a comunidade como um todo quando um de seus membros não consegue cumprir com suas obrigações financeiras. Assim, a própria comunidade tenta assegurar uma distribuição de oportunidades para que todos estejam incluídos através da

implementação de uma ética de "partilha justa". Como já mencionado no tópico anterior, uma dessas práticas de partilha justa é a distribuição de salários baseada na ideia de compartilhamento de renda, garantindo pelo menos um rendimento básico similar a todos os membros. Dessa forma, as ecovilas diminuem as desigualdades, criando um alto nível de bem-estar. (HALL, 2015) Esse é apenas um dos exemplos de como essas comunidades promovem qualidade de vida de forma completamente oposta ao raciocínio hegemônico.

Em todas essas práticas, podemos perceber que a economia não desempenha um papel central na melhoria das condições de vida, ou seja, não é o acúmulo de riqueza, especialmente monetária, que é capaz de prover em si mesma qualidade de vida. Antes, a economia é usada como uma das ferramentas para assegurar uma vida boa e digna aos membros dessas comunidades.

Muitos governos, que entenderam que o bem-estar dos indivíduos deve ser o principal objetivo de qualquer país democrático, têm buscado formas alternativas ao crescimento econômico para promoção da qualidade de vida. Um caso notório foi a adoção pelo rei do Butão do FIB – Felicidade Interna Bruta¹³ – como principal índice para a avaliação do desempenho socioeconômico no país, tendo ele se comprometido na própria Constituição em aumentar os níveis do FIB. (HALL, 2015)

A pesquisa de Robert Hall mostra que as ecovilas são arranjos capazes de gerar importantes avanços no bem-estar individual e social através do enfoque na vivência em comunidade quando esta age de forma a valorizar o indivíduo de uma maneira holística. (HALL, 2015) Assim, essas comunidades podem servir como modelos bem-sucedidos de práticas alternativas para esses governos. Entretanto, isso exige a mudança de muitas políticas socioeconômicas já consolidadas e da própria lógica "*mainstream*" individual e coletiva (HALL, 2015; SCHNEIDER, 2015).

¹³ "O indicador de Felicidade Interna Bruta (FIB) surgiu no Butão em 1972. Diversos estudos foram feitos e chegou-se aos nove (9) indicadores que compõem o FIB atualmente: bom padrão de vida econômica, boa governança, educação de qualidade, saúde, vitalidade comunitária, proteção ambiental, acesso à cultura, gerenciamento equilibrado do tempo e bem estar psicológico" (MENCONI, 2009 apud ALVES, 2011, P.18).

III.5. Decrescimento econômico – reavaliando o papel da economia

Uma das bandeiras defendidas pelo movimento das ecovilas é o decrescimento econômico, uma vez que consideram que o crescimento econômico contínuo é impraticável. Essa é uma corrente de pensamento já bastante difundida e embasada nos trabalhos de economistas como Schumacher, Herman Daly e Serge Latouche¹⁴. Para eles, a humanidade caminha para um crescimento desenfreado e inconsequente, no qual a globalização "marca a passagem de uma economia mundial para uma economia sem fronteiras, constituindo uma forte aliada do crescimento. Uma sociedade assim não é sustentável porque supera a capacidade de carga do planeta, porque vai de encontro aos limites da biosfera." (LATOUCHE, 2006 apud GARCIA, 2016: 147).

Mesmo quando pensando sob o aspecto social, o crescimento econômico também não pode ser encarado como solução. Pelo contrário, é uma medida ineficaz, uma vez que o mesmo, sem uma distribuição de renda equitativa, favorece os mais ricos, criando maiores desigualdades e contribuindo para o que é chamado por Thorstein Veblen¹⁵, em seu livro "A Teoria da Classe Ociosa", de consumo ostentatório, gerado pelo desejo de consumir para ser reconhecido como superior, ocasionando uma deformação no comportamento econômico, e por conta disso, contínua insatisfação dos indivíduos e desperdício. (THORSTEIN VEBLEN, 1974 apud SCHNEIDER, 2015)

"Assim, a sociedade de crescimento não é desejada por três razões: 'gera uma boa quantidade de desigualdades e injustiças, cria um bem-estar ilusório, não desperta para os privilegiados uma sociedade de convívio, mas uma anti-sociedade enferma de sua riqueza'." (LATOUCHE, 2006 apud GARCIA, 2016: 144).

No movimento contrário, a teoria do decrescimento econômico propõe a negação dessa ideia de crescimento, progresso e desenvolvimento, cujo objetivo não é outro além da busca desenfreada pelo lucro por parte dos detentores de capital, impactando de forma catastrófica o ecossistema e a humanidade. (LATOUCHE, 2009 apud GARCIA, 2016)

¹⁴ "Serge Latouche é um economista e filósofo francês, professor da Faculdade de Economia da Universidade de Paris II e do Instituto de Estudos do Desenvolvimento Econômico e Social. Ele critica o crescimento econômico e aposta em uma 'Teoria do Decrescimento'." (GARCIA, 2016: 144).

¹⁵ "Thorstein Veblen foi reconhecidamente o mais original e profundo economista e crítico social dos Estados Unidos." (TILMAN, 1992 apud CRUZ, 2013). Fundador da Escola Institucionalista Original de Economia, única escola e pensamento econômico original das Américas, tem como obra mais famosa "A Teoria da Classe Ociosa", livro onde o autor discorre sobre temas do qual se destaca o consumo ostentatório e suas consequências. Uma das frases célebres deste autor que se correlaciona a temática presente é: "All business sagacity reduces itself in the last analysis to judicious use of sabotage."

As propostas de solução, de acordo com essa teoria e que as ecovilas buscam em suas dimensões de sustentabilidade, podem ser resumidas a partir dos oito 'erres': reavaliar e reconceituar implicam na troca de valores que norteiam as ações, significando que "o altruísmo deveria prevalecer sobre o egoísmo, a cooperação sobre a competição desenfreada, o prazer do lazer e o éthos do jogo sobre a obsessão do trabalho, a importância da vida social sobre o consumo ilimitado, o local sobre o global, a autonomia sobre a heteronomia, o gosto pela bela obra sobre a eficiência produtivista, o sensato sobre o racional, o relacional sobre o material, e assim por diante" (GARCIA, 2016: 148); reestruturar implica em modificar a estrutura produtiva e as interações interpessoais em vista dessa reavaliação e reconceituação; redistribuir concerne em repartir recursos e igualar oportunidades; relocar, como já abordado anteriormente, tem relação com o fortalecimento da economia local; reduzir, também já mencionado, se refere à mudança de hábitos de consumo visando a preservação do planeta; e, por fim, reutilizar e reciclar se remetem as ações de completa oposição à cultura do desperdício e do individualismo. (LATOUCHE, 2009 apud GARCIA, 2016)

A ideia do decrescimento econômico consiste em fazer mais e melhor da forma mais eficiente possível. (AVELINO et al., 2015) Assim sendo, essas práticas correspondem de forma clara com o objetivo das ecovilas de "regenerar os ambientes social e natural" (GEN, 2018). Para esse ideal, é necessário promover a reavaliação de diversos valores éticos de modo que a economia seja usada em prol do ser humano, apostando na valorização das coisas mais simples da vida como meio para atingir este fim. (HALL, 2015)

III.6. Racionalidade econômica - reavaliando os valores que norteiam as ações

A lógica atual predominante na sociedade é a pautada na racionalidade utilitarista, onde o mercado é o principal e, por muitas vezes, o único orientador das decisões organizacionais e individuais. Diante desse fato, as ecovilas se posicionam de forma completamente oposta, baseadas numa racionalidade chamada de substantiva, na qual o fundamento para a ação está pautado em valores, independentemente dos resultados que serão alcançados. (SEVERO e PEDROSO, 2008)

Essa racionalidade é a mesma utilizada na economia solidária e são vários os autores que tem relacionado as práticas socioeconômicas das ecovilas às ferramentas e filosofias próprias da economia solidária, como será abordado de forma mais detalhada a seguir.

Entretanto, como introdução a este tema, faz-se necessária a discussão sobre a racionalidade substantiva para a compreensão da lógica envolvida por detrás dessas práticas.

Todas as ações direcionadas por este tipo de racionalidade são movidas por filosofias humanistas que centram no ser humano e no seu bem-estar de uma forma holística. Não são movidos por uma racionalidade pautada na eficiência e no produtivismo, mas sim em valores morais e éticos. Organizações substantivas, como as ecovilas e os empreendimentos econômicos solidários (EES), focam no atendimento das necessidades das aspirações dos seus associados, estendendo essa ética para todas as demais ações dos empreendimentos. (SCHNEIDER, 2015)

"Ramos (1989, p. 136) apresenta cinco diretrizes que devem ser consideradas na construção da abordagem da organização substantiva:

- O homem tem diferentes necessidades, que devem ser atendidas por múltiplos cenários sociais.
- O sistema de mercado só satisfaz algumas dessas necessidades humanas, determinadas por um cenário social específico fortemente influenciado por critérios intencionais e instrumentais, condicionando a conduta humana a imperativos econômicos.
- A categoria de tempo e espaço dos cenários econômicos é apenas um caso particular a ser considerado entre outros.
- Diferentes sistemas cognitivos pertencem a diferentes cenários organizacionais, portanto as regras cognitivas referentes ao comportamento administrativo também constituem caso particular.
- Diferentes cenários sociais requerem enclaves distintos no contexto geral da sociedade, embora haja inter-relações entre eles." (SEVERO e PEDROSO, 2008, P. 65)

Por estarem inseridas em um meio com lógica diversa, por vezes essa racionalidade substantiva entra em conflito com a mentalidade utilitarista introjetada no funcionamento das empresas e das próprias relações sociais. Entretanto, segundo Siqueira (2017), nas ecovilas esse embate consegue ser contornado em face do forte investimento dessas comunidades na dimensão de sustentabilidade social, através da construção de uma comunidade

representativa, harmoniosa e resiliente, onde há relações interpessoais verdadeiramente autograticantes, intensas, próximas e íntimas, atenuando e minimizando os efeitos da tensão entre as racionalidades. (SIQUEIRA, 2017b)

Avelino et al. (2015), em um dos trabalhos que aponta o uso da economia solidária pelo movimento das ecovilas, considera que ambos são capazes de gerar importantes inovações socioeconômicas em face da racionalidade orientadora de suas práticas. Isso propicia uma interlocução entre o solidarismo e o empreendedorismo, gerando uma forma muito própria de atuação na esfera econômica, baseada na cooperação, um diferencial destas organizações e que define uma nova racionalidade socioeconômica, que também será abordada ao final deste capítulo (AVELINO et al, 2015; CUNHA, 2015).

III.7. O movimento das ecovilas e a economia solidária

Como visto anteriormente, tanto o movimento das ecovilas quanto a economia solidária se utilizam da racionalidade substantiva para nortear suas práticas. Entretanto, esses dois movimentos apresentam inúmeras outras convergências, incluindo semelhanças históricas enquanto movimentos de contestação à conjuntura socioeconômica dominante baseados em princípios de solidariedade e ajuda mútua (comunidade) e quanto à possibilidade de transformação social visando a construção de uma outra economia.

Esta sessão foi feita para destacar as convergências entre esses dois movimentos, mostrar como as ecovilas se utilizam das ferramentas e ideais da economia solidária e como esta exerce um papel importantíssimo no objetivo de transformação sistêmica proposto pelas ecovilas, que pode ser considerado como meta principal da dimensão econômica.

A economia solidária pode ser definida como "um 'conjunto de experiências coletivas de trabalho, produção, comercialização e crédito, organizadas por princípios solidários e que aparecem sob diversas formas: cooperativas e associação de produtores, empresas autogestionárias, bancos comunitários, clubes de troca, e diversas organizações populares urbanas e rurais' (SINGER; SOUZA, 2000, p.123). Um conjunto de experiências de trabalhadores em luta contra relações capitalistas de produção e consumo e, ao mesmo tempo, de luta pela concretização de novas relações de trabalho e de distribuição da produção e da

riqueza gerada. Em resumo, um movimento de trabalhadores intervindo na produção de sua história e procurando apresentar projetos para a sociedade." (PICOLOTTO, 2008, P.82)

III.7.1. Contextualização histórica do movimento da economia solidária

A economia solidária pode ser entendida como uma abordagem crítica e de transformação social surgida no bojo de movimentos associativistas e operários do século XIX, que tinham como objetivo promover o bem-estar das pessoas, numa dinâmica de resistência à conjuntura da época.

Estas experiências de resistência inspiraram o aparecimento de diversos tipos de ações de solidariedade baseadas na ideologia do mutualismo (ajuda mútua), associativismo e cooperativismo. Os exemplos gerados por essas ações ficaram conhecidos como economia social. Elas confrontaram o ideário do mercado autorregulado, rejeitando a separação dos aspectos econômicos das práticas políticas, culturais e sociais. (FRANÇA FILHO, 2002)

Estes movimentos populares que buscavam soluções sociais de forma independente do Estado tinham um poder notório e alguns deles engajaram-se em processos de transformação estrutural. Eles atraíam pessoas através de ações, ditas positivas, baseadas em ideais de justiça social e, assim, imbuíam esperança na construção de uma nova estrutura desatrelada das condições de produção do sistema capitalista. Essas experiências advindas da economia social ficaram conhecidas como "Socialismo Utópico", que, em muitos aspectos, influencia a filosofia da economia solidária e o movimento das ecovilas. (SINGER, 2002)

No final do século XIX, os movimentos solidários - grupos de cooperativas, fundações, associações de grande porte, organizações mutualistas (com origem na economia social) - começaram a ser reconhecidos pelo Estado através de uma maior regulamentação burocrática (estatutos, leis e incentivos), gerando, por consequência, a absorção gradativa dessas organizações solidárias no mercado. No início do século XX, na Europa, estas organizações estavam quase que inteiramente funcionando como um apêndice do Estado. Isto ocorreu pelo grande interesse político do mesmo no controle e manutenção dos setores que compunham a economia social. (FRANÇA FILHO, 2002)

A economia solidária surge então neste contexto na tentativa de resgate da economia social que havia, de certa forma, perdido sua vocação inicial de movimento popular de resistência. Para grande parte dos autores da área, a economia solidária tem se tornado notória e vem sendo aplicada globalmente tendo em vista dois fatores principais. O primeiro seria a intensificação das críticas às políticas que caracterizam o Estado de bem-estar social no período pós-guerra, sobretudo no que tange a burocratização da sociedade. O segundo tem relação com o fato da economia solidária representar uma nova forma de estruturação da sociedade e das formas de produção e consumo. (FRANÇA FILHO, 2002)

No Brasil, a economia solidária começa a surgir na década de 1970 com a crise econômica global. Nesta conjuntura, houve um movimento da Igreja Católica chamado Cáritas, que focava em reposicionar novamente no mercado de trabalho pessoas desempregadas através da criação de cooperativas. Já na década de 1980, esse movimento começou a ser percebido por sindicatos e universidades, de forma que esse tipo de ação cooperativa/solidária ganhou notoriedade no âmbito nacional. (SINGER, 2002)

Nesse primeiro momento, o principal foco do movimento de economia solidária era a recuperação de empresas falidas ou em processo de falência através do arrendamento da massa falida pelos próprios trabalhadores, o que foi bem-sucedido na maioria das vezes. Depois, outras práticas ganharam visibilidade, como o caso do Banco Palmas que, através de microcrédito, criação de moeda de circulação local e fomento à criação de negócios focados nas demandas locais, conseguiu reestruturar econômica e socialmente uma localidade, Conjunto Palmeiras (Fortaleza, CE), até então, abandonada pelo Governo e pelos interesses privados. (SINGER, 2002; INSTITUTO PALMAS, 2018)

O nome Economia Solidária teria surgido durante uma campanha eleitoral na cidade de São Paulo/SP, em 1996. Na época, Paul Singer¹⁶ propôs para a campanha realocar trabalhadores desempregados em cooperativas. Ele foi questionado sobre o nome que daria à ação e respondeu que isso ainda não havia sido definido. O nome Economia Solidária foi, então, sugerido e prontamente acatado por Singer e, posteriormente, pelos acadêmicos. (SINGER, 2002)

¹⁶ Paul Singer é um importante economista brasileiro cuja pesquisa principal se relaciona à economia solidária. Sempre exerceu importante papel político, tendo contribuído inclusive para a formação do Partido dos Trabalhadores (PT). É militante na divulgação desta prática econômica alternativa, podendo ser considerado o maior autor desta temática no país. (FEA USP, 2018)

A Economia Solidária tornou-se mais relevante no país com a criação, no primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES, alocada no Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. Atualmente, o Brasil possui cerca de 30 mil empreendimentos solidários, nas mais diversas atividades econômicas, com destaque para a agricultura familiar. Estes empreendimentos geram emprego para aproximadamente 2 milhões de brasileiros, fazendo circular por ano uma quantia de cerca de R\$ 12 bilhões. (SENAES, 2017)

De acordo com a literatura, a economia solidária se propõe a ser uma nova forma de relação entre sociedade e economia, descrevendo experiências de atividades econômicas, porém, sempre com fim social e/ou solidário, focando na construção de uma sociedade não centrada somente nas esferas do Estado e do mercado. (FRANÇA FILHO, 2002) Colaborando com esta definição, Lavelle (1999, P. 85) descreve a economia solidária como um processo de “democratização da economia a partir do engajamento dos cidadãos.”

Essas definições estão embasadas na tentativa, por parte da economia solidária, de uma reconfiguração de alguns dos paradigmas econômicos tradicionais, o que significa, no campo prático: uma remodelação da relação oferta e demanda; uma reorganização das formas de produção, resgatando a ética; e, a modificação do objetivo final da produção (de bens e serviços), que passa a enfatizar o coletivo com vista a solucionar as necessidades socioeconômicas dos que produzem, sejam essas quais forem, e não mais a satisfação de uma necessidade específica, como obter lucro e prover um bem ou serviço. (FRANÇA FILHO, 2002)

Para melhor compreensão deste conceito, seguem destacados abaixo as seis principais rupturas dos paradigmas da economia solidária frente à economia convencional. (AHMED, 2014, P.429)

1. “O reconhecimento da relevância de fatores que, em geral, são ignorados pela concepção convencional da economia. Por exemplo: externalidades ambientais e qualidade de vida dos produtores são elementos importantes nas práticas de economia solidária.”

2. “A rejeição aos padrões de competição e individualismo. A economia solidária nasce de movimentos antagônicos a tais padrões, buscando o cooperativismo e o associativismo.”
3. “Auto-gestão na produção. Empresas baseadas nos princípios de economia solidária geralmente possuem processos horizontais de tomada de decisão assim como no cooperativismo.”
4. “Inclusão social. A economia solidária busca ser um movimento de agregação de indivíduos excluídos socialmente, ideando a solução de problemas sociais locais.”
5. “Igualdade econômica e política. Todos os trabalhadores possuem tanto o direito à propriedade da empresa quanto à tomada de decisões. Além disso, a remuneração tende a ser igualitária entre todos. Os Empreendimentos Sociais e Solidários (ESS) podem ser vistos como projetos de expansão da democracia, devido ao seu engajamento político já bem descrito na literatura, ou de democratização da economia, devido a sua vocação à inclusão social como mencionado anteriormente.”
6. “A adesão à economia solidária é livre. Todos os que participam de tal movimento estão porque assim o desejam, não foram obrigados por pertencerem a determinado grupo ou morarem em determinado local.”

Todos estes elementos de ruptura apontados como características do movimento de economia solidária são encontrados no movimento das ecovilas, tendo sido alguns já mencionados na dimensão social, como os processos horizontais e inclusivos de tomada de decisão, e anteriormente neste próprio capítulo, como a racionalidade substantiva, o comércio justo, o consumo consciente.

III.7.2. Convergências práticas entre os movimentos de economia solidária e das ecovilas

Feitas estas observações, França Filho (2007) sugere a análise da economia solidária a partir de duas perspectivas principais. Fundamentado nesta abordagem, é possível observar a convergência da economia solidária com o movimento das ecovilas, como se encontra abaixo:

- A primeira perspectiva é a discussão contextual. Nela, a prática da economia solidária é analisada como resultante da conjuntura do capitalismo atual e suas crises, como a exclusão social, crise do trabalho, desigualdades e modos de desenvolvimento local,

trazendo consigo propostas de solução dessas crises. (FRANÇA FILHO, 2007) A necessidade de superação dos desafios no campo da sustentabilidade econômica faz com que as iniciativas de economia solidária sejam também estruturadas no campo político, influenciando políticas públicas e exercendo um papel de militância no questionamento das ações do Governo. Uma das principais formas de organização destes movimentos se dá a partir da formação de redes cooperativas. De maneira análoga, o movimento das ecovilas também pode ser entendido como uma resposta ao contexto socioeconômico global, como já amplamente abordado neste trabalho, visando através da implementação de suas práticas alternativas servir como modelos para solução dos problemas identificados, adquirindo também, dessa forma, um importante papel de militância na reavaliação dos comportamentos políticos, socioeconômicos e ambientais. Assim, as ecovilas se organizam e se estruturam no campo político, através de redes como a GEN, objetivando desenvolver ações de sustentabilidade social, econômica e ambiental e, com isso, influenciar a sociedade global. O cooperativismo, como será visto a seguir, é uma ferramenta muito utilizada na lógica de funcionamento das ecovilas;

- A segunda perspectiva sugere examinar a economia solidária enquanto metodologia de intervenção, ou seja, como uma ferramenta ou tecnologia social cuja finalidade é a produção de riqueza e o desenvolvimento sustentável local em meios sociais considerados como vulneráveis. No âmbito das ecovilas, muitas dessas ferramentas são utilizadas como, por exemplo, o cooperativismo, comércio justo, consumo consciente, investimentos éticos, redes de crédito/microcrédito, sistemas de trocas e serviços, bancos e moedas comunitárias, construção conjunta da oferta e da demanda, dentre outras. É através dessas ferramentas e tecnologias sociais, comuns à economia solidária, que as ecovilas conseguem estabelecer a prática econômica sem transgredir seus ideais e ética, mesmo estando essas comunidades *“inextricavelmente ligadas à economia global destrutiva e ampla que as rodeia”*. (DAWSON, 2006, P.57) Além disso, ainda nesta perspectiva, as redes de economia solidária tem se despontado como espaços de inovação social, criando novas formas de estruturas de poder, processos alternativos de tomada de decisão, estabelecendo inclusive outras modalidades do exercício do ato político. (FRANÇA FILHO, 2007) De igual forma, Avelino et al. (2015) argumenta que as ecovilas tem se constituído como espaços de inovação social, funcionando como laboratórios de experimentação de práticas sustentáveis

(ambientais, sociais e econômicos), estabelecendo inclusive outras formas da prática econômica.

Costa (2010) corrobora com a convergência entre estes dois movimentos, apontando, em seu trabalho, os elementos básicos comuns ao movimento das ecovilas e da economia social e solidária, dentre os quais ele destaca a não hierarquização entre os membros nas tomadas de decisões e os esforços para criar o sentimento de pertencimento ao grupo. (COSTA, 2010)

Abaixo segue um quadro demonstrativo (QUADRO 1) do "sistema econômico das ecovilas" (COSTA, 2010), traçando semelhanças com as práticas de economia social/solidária e divergências com as economias de capital e estado:

QUADRO 1: COMPARATIVO DAS CARACTERÍSTICAS DE TRÊS MODELOS ECONÔMICOS COM O MOVIMENTO DAS ECOVILAS

CARACTERÍSTICAS	ECONOMIA DE CAPITAL	ECONOMIA DE ESTADO	ECONOMIA SOCIAL/ SOLIDÁRIA	ECOVILAS
Objetivo	Econômico	Econômico e Social	Econômico e Social	Ecológico e Social
Propriedade dos meios de produção	Privada e particular	Pública	Privada e/ou coletiva; Privada e particular	Coletiva e particular ⁽¹⁾
Iniciativa de organização	Livre	Centralizada	Livre	Livre
Planejamento da produção	Descentralizado	Centralizado	Descentralizado	Centralizado (decisão conjunta)
Competição no mercado	Sim	Não	Sim e não ⁽²⁾	Não ⁽²⁾
Força motriz	Bem-estar individual	Bem-estar coletivo	Bem-estar coletivo	Bem-estar coletivo
Lucro	Sim	Não	Não ⁽³⁾	Não ⁽³⁾
Poder de decisão	do Capital	do Estado	do Indivíduo	da Coletividade
Relação da produção	O capital arrenda o trabalho	O Estado arrenda o trabalho	O trabalho arrenda o capital	Trabalho parcial para capital de manutenção ⁽⁴⁾

FONTE: Adaptado de Costa (2010, P.45-46), modificações e notas baseadas em Costa (2010) e França Filho (2007).

NOTAS:

⁽¹⁾ A propriedade intelectual pertence ao indivíduo exclusivamente. Porém, a coletividade também usufrui e compartilha dessa propriedade.

⁽²⁾ Algumas iniciativas solidárias assim como as ecovilas não tem a produção focada no mercado em si, pois o capital assume papel secundário em detrimento dos aspectos sociais e ecológicos. Ambos se inserem na economia global visando atender mercados paralelos, que valorizam, por exemplo, produtos com uma ideologia ética como o mercado de comércio justo, o mercado de alimentos orgânicos, dentre outros.

⁽³⁾ Apesar do foco destes arranjos não ser o lucro em si, eles podem desenvolver negócios lucrativos. Entretanto, o destino deste lucro também se distingue dos obtidos nas outras categorias, uma vez que, em geral, este é revertido para algum fim que atenda necessidades coletivas.

⁽⁴⁾ As relações de produção estão associadas à forma como os seres humanos desenvolvem suas relações de trabalho. No caso das ecovilas, essa ideia tem relação com o que foi discutido no tópico de decrescimento econômico. O trabalho nessas comunidades está ligado ao conceito de manutenção e sustentabilidade.

"Do ponto de vista conceitual, parece que não há dificuldade em conciliar os conceitos de ecovilas e de economia solidária, embora o primeiro parece ser mais abrangente do que o segundo, ou seja, uma ecovila poderia ser um uma prática de economia solidária, embora não possa ser designada exatamente como um empreendimento econômico solidário já que tem características que extrapolam esta definição. Neste caso, ela seria mais uma rede de EESs, geralmente integrado por uma organização mais centralizada que também poderia ser um empreendimento do tipo. Resta saber se na prática (observando as características de algumas ecovilas) isto se daria efetivamente." (CUNHA, 2015, P.132)

Instigado pelo questionamento da citação acima, isto é, para de fato avaliar a correlação entre a economia solidária e as ecovilas, organizamos neste trabalho um quadro (QUADRO 2) que elenca as principais práticas da primeira e os principais autores que destacam seu uso no movimento dessas comunidades intencionais.

Através desse quadro fica nítida a convergência entre esses dois movimentos. Outro ponto interessante de destacar é que ambos, pela própria análise histórica, surgem como busca por uma alternativa ao contexto socioeconômico dominante, por uma insatisfação com o mesmo.

De acordo com Gaiger (2008), uma das mais importantes inovações da economia solidária está em sua capacidade de fornecer, através de suas ferramentas, oportunidades de superação da opressão e vulnerabilidade social dos setores populares. Essa, sem dúvida, é uma das razões pelas quais as ecovilas se utilizam dessa abordagem para construir arranjos econômicos anti-hegemônicos.

A fim de enriquecer essa discussão, serão abordadas três práticas da economia solidária contextualizadas no âmbito das ecovilas.

QUADRO 2: PRÁTICAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTORES QUE AS IDENTIFICAM NO MOVIMENTO DAS ECOVILAS

CATEGORIAS	PRÁTICAS	AUTORES						
		AVELINO et. al. (2015)	DAWSON (2015, 2006)	LITFIN (2014 *)	HALL (2015)	GAIA EDUCATION (2012)	GEN (2018)	CUNHA (2015)
Finanças Solidárias	Bancos populares		X	X		X	X	
	Cooperativas de crédito		X	X		X	X	
	Moedas sociais		X	X		X	X	
	Micro-crédito		X	X		X	X	
	Investimentos éticos		X	X		X	X	
Comércio Justo	Prática de consumo consciente	X	X	X	X	X	X	X
	Cooperativas de consumo/compras		X	X		X	X	
	Construção conjunta de oferta e demanda na forma de CSA	X	X	X	X	X	X	X
	Certificações de comércio justo		X	X		X	X	
	Certificações de produtos ecologicamente corretos					X	X	
	Certificações de alimentos orgânicos					X	X	
Práticas relacionadas ao Cooperativismo	Autogestão	X	X	X	X	X	X	
	Processos de tomada de decisão horizontais	X	X	X	X	X	X	X
	Equilíbrio na relação vida e trabalho	X	X	X	X	X	X	X
	Formação de Cooperativas	X	X	X		X	X	X

* apud DIAS e LOUREIRO, 2017.

III.7.3. Cooperativismo:

"Cooperativismo' é uma dessas palavras mágicas - à semelhança do termo 'democracia' - que 'servem para tudo', como uma chave-mestra que abre todas as portas. Palavra mágica, porque palavra-panaceia, remédio para todos os males, solução para múltiplos problemas. Cooperativas aparecem inevitavelmente em qualquer referência de reforma agrária, tanto em recomendações oriundas da Pastoral da Terra (da Igreja Católica) como nos documentos da Aliança para o Progresso, lançada pelo então presidente Kennedy para neutralizar a repercussão da Revolução Cubana na América Latina, no início da década de 1960. Curioso é que, enquanto a Aliança para o Progresso as incentivava e recomendava e o cooperativismo passava a ser visto como uma 'terceira via' de reformismo nem sempre ingênuo, sob as bombas norte-americanas, cooperativas agrícolas construíram o tecido socialista no Vietnã." (RIOS, 2007)

Cooperativismo pode ser definido como uma forma pela qual as pessoas se unem para cooperar focando na resolução de problemas sociais e econômicos através do apoio e solidariedade mútuos. O foco desse sistema socioeconômico é a organização e a distribuição de riquezas através da formação de cooperativas. (SANTOS e CEBALLOS, 2006)

Essa forma de organização da produção surgiu como uma resultante do movimento operário, no início do século XIX, em resposta ao empobrecimento e desemprego de grande parte da população ocasionado pela Revolução Industrial. (SANTOS, 2002) Esse contexto impulsionou a construção de uma forma de associação - cooperativas - com características próprias, que são, até os dias de hoje, um contraponto aos modelos de organização do trabalho convencionais.

As três principais características deste modelo são: propriedade cooperativa, que manifesta o propósito da organização como sendo as pessoas e não o capital, tornando a propriedade coletiva, isto é, dos cooperativados, independente da participação financeira individual; gestão cooperativa, diz respeito à estrutura de governança, na qual a palavra final na tomada de decisão é atribuição da assembleia dos associados; e repartição cooperativa, que se refere à forma de partilha do excedente usando uma lógica oposta à forma de distribuição das empresas capitalistas, ou seja, "não se trata de lucro extraído do trabalho de assalariados, caso da empresa capitalista. Trata-se de lucro originário do trabalho direto dos próprios associados." (RIOS, 2007, P. 7)

As cooperativas, assim como os arranjos de economia solidária, não tem o lucro como objetivo final da produção de bens e serviços. O enfoque primário destes empreendimentos é atender as demandas sociais dos cooperativados. O excedente gerado, caso ocorra, é voltado para o coletivo, mediante decisão democrática. (SCHNEIDER, 2015)

Outro diferencial das cooperativas, que demonstra o total antagonismo à lógica capitalista pela valorização do ser humano em detrimento do capital, diz respeito à participatividade demandada de cada associado. Há todo um investimento na construção de vínculos afetivos entre os associados e destes para com a empresa, de forma a torná-los cada vez mais zelosos e integrados com a cooperativa e, portanto, com aquela associação de pessoas que lhe garante o sustento digno.

Os empreendimentos cooperativistas são tão relevantes para a transformação social, e até mesmo econômica e ambiental, que a Organização das Nações Unidas considera a "associação", no sentido de associativismo/cooperativismo, como um dos seis fatores mais importantes a serem desenvolvidos para que os objetivos de desenvolvimento sustentável sejam atingidos em 2030. (SCHNEIDER, 2015)

Algumas das características deste tipo de organização que podem justificar essa declaração encontram-se destacadas a seguir: (SCHNEIDER, 2015)

- São escolas de cidadania: cria-se um ambiente participativo, possibilitando aos associados adquirir "uma complexa cultura econômica, social e administrativa" (P.103) que o permite gerenciar melhor sua cooperativa e seus recursos, mas que também o transforma em um cidadão mais ativo em sua comunidade;
- Possuem processos democráticos inclusivos: a participação conjunta em todas as etapas leva a uma distribuição mais justa e equitativa do que é produzido, possibilitando que cada associado desfrute como coproprietário e usuário dos resultados do trabalho coletivo na medida certa de seu envolvimento, garantindo a manutenção dos padrões éticos e ideológicos;
- A lógica da produção é subvertida de forma a "ser prioritariamente voltada para produzir valores de uso e não de troca." (SCHNEIDER, 2015, P.101);
- Tem sua produção voltada, não para o lucro e nem para a exploração de pessoas, mas sim para a satisfação das reais necessidades da comunidade interna e que a rodeia;
- As cooperativas são voltadas para a valorização do indivíduo, provendo dignidade ao trabalhador e espaço para o desenvolvimento dos potenciais de cada associado.

A sinergia entre a ética pautada na "honestidade transparência, responsabilidade social e preocupação pelo seu semelhante" (FONSECA et al., 2014, P.13) e o apoio econômico

mútuo pode ser considerado o grande diferencial dessas organizações cooperativas, contribuindo para a sustentabilidade ambiental, social e econômica afirmada pela ONU.

"Como situar o cooperativismo e a economia solidária frente a estas desafiadoras ações [de sustentabilidade]? Ambos, porque movidos por uma filosofia peculiar e humanista, (...) agem não apenas movidos por uma racionalidade instrumental, eficientista e produtivista, que se foca na busca insaciável do lucro, mas, sobretudo por uma racionalidade substantiva, que trata dos aspectos essenciais e humanos das organizações, na perspectiva do atendimento das necessidades e das aspirações dos seus associados." (SCHNEIDER, 2015, P.102-103)

Como já dito, as empresas com a lógica dominante, na sua busca desenfreada por lucro, produzem para gerar valor de troca e não de uso. De acordo com Thorstein Veblen, esta racionalidade dos empreendimentos capitalistas é uma deformação do padrão de comportamento econômico e acarreta severas consequências para a sociedade. Quando as cooperativas, no sentido contrário, focam na produção de bens ou serviços com valor de uso, há um resgate da função primária do bem, isto é, um resgate da primazia pela qualidade. Organizações pautadas na ética e ideologia cooperativista não produzem com foco no lucro e nem para satisfazer o consumo ostentatório que desfigura a sociedade, mas sim para atender com qualidade as demandas reais da coletividade. (CRUZ, 2013)

Outro aspecto importante desse enfoque na promoção do bem-estar, especialmente do trabalhador, que pode ser destacada e contrastada bruscamente com a sociedade hegemônica é a sensação de utilidade real que o trabalho nestas cooperativas adquire, no aspecto que os trabalhadores sentem que produzem e realizam algo útil. Além disso, vale destacar a valorização do profissional, uma vez que ele tem suas habilidades e capacidades respeitadas e estimuladas, ocupando não apenas a posição de um mero trabalhador, mas também de usuário e coproprietário, contribuindo coletivamente para a construção da cooperativa. Veblen "falou em defesa do 'instinto do trabalho bem-feito' aparentemente extinto, que 'está presente em todos os homens' e 'se afirma nas situações mais adversas'" (BAUMAN, 2003 P.31).

"Se todos nos orgulhamos de um trabalho bem-feito, também temos, é o que sugere Veblen, uma repulsa inata pela labuta sem propósito, pelo esforço fútil, pela azáfama sem sentido. Isso era também a verdade das 'massas', acusadas desde o advento da moderna indústria (capitalista) do pecado mortal da indolência. Se Veblen está certo e a relutância em trabalhar viola os instintos humanos, então algo foi feito, de modo resoluto e forçado, para que a conduta 'real' das 'massas' desse credibilidade à acusação de indolência. Esse 'algo' foi o lento mas inexorável dismantelamento/desmoronamento da comunidade, aquela intrincada teia de interações humanas que dotava o trabalho de sentido, fazendo do mero empenho um trabalho significativo, uma ação com objetivo, aquela teia que constituía a diferença, como diria Veblen, entre o 'esforço' (ligado aos 'conceitos de dignidade, mérito e honra') e a 'labuta' (não ligada a qualquer daqueles valores e portanto percebida como fútil)." (BAUMAN, 2003, P.31-32)

"O que costumava ser um 'esforço' nos termos de Veblen virou 'labuta'. Já não era claro para os artífices e artesãos de ontem o sentido do 'trabalho bem-feito', e não havia mais 'dignidade, mérito e honra' que decorressem dele. Seguir a rotina sem alma do chão da fábrica, sem ser observado pelo companheiro ou vizinho, mas apenas pelo desconfiado capataz, obedecer aos movimentos ditados pela máquina sem chance de admirar o produto do próprio esforço, e muito menos de apreciar sua qualidade, tornavam o esforço 'fútil'; e um esforço fútil era o que o instinto do trabalho bem-feito levava os humanos a detestarem todo o tempo. E esse tão humano desgostar da futilidade e da falta de sentido é que era em realidade o alvo da acusação de preguiça formulada contra os homens, mulheres e crianças, afastados de seu ambiente comum e sujeitos a um ritmo que não determinavam nem ao menos compreendiam. A suposta 'natureza' das mãos de fábrica era responsabilizada pelos efeitos da não-naturalidade do novo meio social. O que os gerentes da indústria capitalista e os pregadores morais que corriam em sua ajuda queriam através da 'ética do trabalho' que projetavam e pregavam era forçar ou inspirar os trabalhadores a desempenharem as 'tarefas fúteis' com a mesma dedicação e abandono com que costumavam perseguir o 'trabalho bem-feito'." (BAUMAN, 2003, P.32)

O "instinto do trabalho bem-feito" acima citado é uma vocação que foi anulada, segundo Bauman, na psique humana pela estruturação socioeconômica resultante do capitalismo, por dois fatores principais: a morte/declínio da vida em comunidade e a perda da utilidade real do trabalho (causado, nas palavras de Veblen, pela deformação do padrão de comportamento econômico oriundo do consumo ostentatório). Ambos são, de muitas maneiras, resgatados pelo movimento das ecovilas. Quando estas se propõem a reavaliar os valores de posse da propriedade, a incluir e estimular a gestão participativa, a reavaliar a distribuição de renda e repartição de bens, a ressignificar o consumo e as necessidades reais, a repensar o papel do trabalho e do bem-estar e da qualidade de vida, a rever os valores que norteiam as ações (racionalidade) e a reavaliar o próprio papel da economia, essas comunidades recuperam essa vocação inerente ao próprio instinto humano.

De fato, o cooperativismo é uma das principais formas de organização nessas comunidades intencionais, estando inserido não apenas na sua estruturação econômica, mas na própria lógica de funcionamento. As ecovilas, nada mais são, do que a união intencional e voluntária de pessoas cooperando mutuamente, ou seja, através da comunidade, para superar, por meio da solidariedade humana, os problemas socioeconômicos e ambientais vivenciados no contexto global.

Dawson (2006) aponta outras características do cooperativismo que são cruciais para os propósitos do movimento de ecovilas. Dentre eles está a gestão participativa, dada pela democratização das decisões econômicas (pelo poder de voto de todos); e, o fato dessa permitir que as decisões tomadas não tenham apenas como foco principal o cunho econômico, mas que também sejam considerados os aspectos ecológicos. (DAWSON, 2006)

Realmente, "a economia solidária, em suas diversas formas de existência, significa uma nova expressão do movimento cooperativista diante da nova etapa do capitalismo, que se caracteriza pelo desemprego estrutural e pela precarização do trabalho sob hegemonia da globalização financeira." (NASCIMENTO, 2015, P.17) Tanto o cooperativismo quanto a economia solidária se apresentam, portanto, como movimentos de resistência à essa conjuntura socioeconômica e são experiências que visam mostrar que uma economia centrada no ser humano é possível, uma economia mais solidária. São movimentos que buscam o desenvolvimento de uma "outra economia".

Dawson (2006) também partilha desta ideia de que as cooperativas são movimentos poderosos para a transformação da economia convencional para uma economia mais consciente e sustentável. Para ele, uma forma das ecovilas sobreviverem inseridas na economia global ao mesmo tempo cortando laços com a mesma seria através da utilização do cooperativismo como ferramenta, criando uma rede de cooperativas mundial que representasse os valores das ecovilas e conseguisse dar aporte econômico às mesmas. (DAWSON, 2006)

III.7.4. CSA e a construção conjunta da oferta e da demanda:

Como já dito, uma das características mais interessantes da economia solidária é a possibilidade de se romper com o *modus operandi* da prática econômica dominante e uma das principais ferramentas dessa ruptura é o que os autores chamam de construção conjunta da oferta e da demanda. (ANDION, 2001; FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004; MANCE, 2001 apud CUNHA, 2015)

Isto se deve ao fato dos arranjos solidários terem natureza associativista ou cooperativista, o que significa que nascem a partir da busca por soluções concretas às demandas reais de um determinado grupo de pessoas em uma determinada localidade. Desta forma, os arranjos solidários organizam-se de forma a construir uma oferta (de bens ou serviços) articulada em conjunto com os demandantes locais. (FRANÇA FILHO, 2007)

Nesta economia de construção conjunta, em um ato de prática democrática comunitária, os moradores/associados/parceiros planejam os produtos, serviços e preços a partir das demandas pré-estabelecidas em assembleias públicas nos espaços associativos. Essa

associação entre consumidores e produtores, em um contexto de democratização econômica, cria o conceito de "prossumidor", que é a fusão das palavras produtor e consumidor, significando um ator que articula a construção conjunta da oferta e da demanda. (FRANÇA FILHO, 2007)

Essa construção rompe com a lógica do mercado autorregulado onde as regras são dadas pela concorrência e o objetivo primário é o lucro. Geralmente, dentro deste arranjo, a qualidade dos produtos, que deveria ser a função primária da produção, é sabotada para gerar mais lucro ou pelo consumo ostentatório. (CRUZ, 2014)

Porém, em uma construção conjunta de oferta e demanda, os agentes ("prossumidores") articulam-se baseados em uma relação de confiança, livre da pressão contínua da concorrência, uma vez que os acordos de compra e venda já estão pré-estabelecidos, possibilitando uma produção mais focada nas necessidades reais dos consumidores. Geralmente, neste sistema, os produtos são reconhecidamente de boa qualidade.

São fatores como a fusão entre consumidores e produtores e a construção conjunta entre oferta e demanda que demonstram as possibilidades da economia solidária de produzir transformação social. "Democratizar a economia", no sentido de torná-la inclusiva ao empoderar grupos e indivíduos, diminuindo sua vulnerabilidade social, dando a estes ferramentas para que tenham controle de seus destinos, empoderando estes agentes através da associação entre indivíduos e da construção de redes de solidariedade econômica é a vocação da economia solidária. (GAIGER, 2008; FRANÇA FILHO, 2007)

O *Community Supported Agriculture* (CSA), em português, agricultura de suporte comunitário faz parte desta lógica de construção conjunta da oferta e demanda dentro do contexto de organização da produção agrícola. É uma forma de parceria entre o agricultor e um grupo de pessoas, geralmente uma comunidade, na qual os participantes não pagam pelos produtos em si, mas cumprem com uma cota percentual dos custos de produção da terra acrescida de um determinado salário para os agricultores. Em retorno, recebem uma quantidade de alimentos proporcional à cota paga.

O produtor que adere a este tipo de sistema tem vantagens como, por exemplo: (SHARP, IMERMAN e PETERS, 2002)

- Os riscos de sua produção estão cobertos, pois independentemente do volume da safra, a cota paga pelos consumidores não varia;
- Há um grande aumento em seu capital social, pois este sistema potencializa a criação de novos mercados, descobrindo outras formas de cooperação;
- O CSA estimula a produtividade em escalas que, anteriormente, não seriam interessantes em termos de lucratividade, mas que, dentro deste arranjo, se tornam economicamente viáveis;
- A lucratividade pode ser maior, uma vez que a relação é direta entre consumidores e produtores, excluindo-se assim os intermediários, principalmente os grandes atacadistas, que, muitas vezes, sufocam economicamente os produtores, exigindo preços quase impraticáveis.

Para o consumidor também há vantagens como, por exemplo: (SHARP, IMERMAN e PETERS, 2002)

- Em termos econômicos, tendo em vista que os valores pagos estão relacionados com custos de produção e salários e não com lucros estipulados (o objetivo primário da produção não é a obtenção lucro), além da eliminação de intermediários entre o produtor e o consumidor que aumentam os custos totais.
- Em termos de qualidade dos produtos, uma vez que esta é assegurada pela relação de confiança que se desenvolve. São realizados fóruns, assembleias, fiscalizações, eventos lúdicos, participação dos consumidores nas etapas de produção, além de vários outros sistemas que asseguram o controle do consumidor sobre a produção, impactando diretamente na qualidade. Além disso, pelo fato de não haverem intermediários na produção, os alimentos tendem a chegar mais "frescos" e sem sofrerem as consequências negativas pelas quais os produtos com longa cadeia de distribuição passam.
- Em termos de satisfação pessoal, em virtude desse tipo de sistema proporcionar solidariedade dos membros entre si e para com os produtores, desenvolvendo relações

de comunidade e o bem-estar de poder consumir e sustentar uma forma de produção pautada na ética, ou seja, mais consciente e responsável.

Este sistema cooperativo, muito comum em quase todas as ecovilas, transforma a cultura de consumo de seus participantes, provendo um grau maior de conscientização social, ambiental e econômica e facilitando a formação de redes de economia solidária (DIAS e LOUREIRO, 2017). Além disso, rompe com a lógica dominante da agroindústria, na qual predominam a monocultura, o foco na exportação, a padronização dos alimentos, o uso de pesticidas e fertilizantes quimicamente produzidos, e onde o lucro é a variável mais importante. O CSA, no âmbito das ecovilas, atua de acordo com os princípios da permacultura, o que inclui a diversificação da produção, o foco em mercados locais pautados em relações de confiança e comunidade, onde a qualidade do produto não é reconhecida através de parâmetros estéticos, os alimentos são orgânicos e a variável mais importante é a qualidade, resgatando, nos termos de Veblen, é a função primária do bem.

III.7.5. Moedas sociais:

O termo "moeda social" diz respeito ao fim social de sua utilização. São instrumentos voltados para a fomentação da economia local, "permitindo a ampliação da demanda e da oferta de bens e serviços" e reforçando "os vínculos comunitários pela apropriação e uso de um instrumento de fortalecimento da identidade local por meio da afirmação do sentido de pertencimento das pessoas a dada territorialidade, contrastando, assim, com um sentimento de baixa estima muito comum em territórios de exclusão." (FRANÇA FILHO, RIGO e LEAL, 2011 apud RIGO, 2014, P.46)

Um dos objetivos da criação de moedas sociais no contexto das ecovilas, além dos mencionados acima, é a redução da dependência dessas comunidades da economia global, fortalecendo o crescimento de negócios que sejam pautados nos valores éticos, sociais e ecológicos das ecovilas. (GAIA EDUCATION, 2012; DAWSON, 2006)

Um dos primeiros sistemas de moeda social inventado foi o *Local Exchange Trading Systems* (LETS) ou, em português, sistemas de trocas locais, criado como alternativa à escassez de dinheiro em circulação. Para este modelo funcionar, os membros da comunidade listam suas ofertas e necessidades de serviços em um diretório central, que calcula e publica o

balanço de cada participante em termos de quanto ofertou e quanto demandou. Isso permite que as trocas não sejam somente entre pares como funciona em trocas de serviços mais simples, mas possam ser realizadas de forma livre dentre todos os participantes. Neste sistema, podem ser usadas moedas de transação ou apenas o controle pelo diretório central (WILLIAMS, 1996). O LETS é aplicado por várias ecovilas, das quais se destaca Auroville que possui o desejo de futuramente implementar uma economia local não monetária.

As trocas de serviço permitem aos indivíduos o acesso a bens e serviços sem a dependência de recursos financeiros. Isto torna a comunidade e os sujeitos mais autossuficientes e menos vulneráveis às crises econômicas externas. É um sistema que confronta com a lógica dominante na qual somente os detentores dos recursos financeiros podem obter produtos e serviços de qualidade. Além do LETS, existem outros modelos notórios dentro dessa lógica de trocas não monetárias, como o "*Time Banking*¹⁷". (AVELINO et al., 2015)

Há também as moedas sociais baseadas em horas, onde o valor de cada produto ou serviço está atrelado ao tempo despendido na produção ou duração do mesmo. Um caso famoso se originou na Ecovila de Ithaca, onde se utiliza a *Ithaca Hours*, que corresponde a dez dólares. Interessante destacar nesse exemplo que essa moeda se expandiu para fora dos limites da comunidade, sendo aceita e utilizada também na cidade de Ithaca. Nesse tipo de sistema não há inflação ou juros, se estruturam na ideia de equivalência. Independente do produto ou serviço, o seu valor é determinado em horas. (RIGO, 2014)

Existem também as moedas sociais paralelas que não são baseadas em um sistema de trocas e nem na ideia de tempo. São moedas pareadas às correntes, tendo como objetivo maior o fortalecimento do comércio local. As transações com essas moedas geralmente proveem alguma vantagem econômica, de modo a estimular o uso das mesmas, favorecendo sua recirculação e, portanto, os negócios internos. O "*Chiemgauer*", por exemplo, utilizado na zona rural alemã vale 3% a mais do que o euro na aquisição de bens ou serviços e, quando convertida para euros, perde 5% do seu valor de face. Essa moeda social tem um notório resultado no fomento da economia local, uma vez que circula em média 20 vezes ao ano,

¹⁷ O Time Banking no Reino Unido ganhou um reconhecimento formal das autoridades. Não é categorizado como emprego e nem como trabalho voluntário, sendo, portanto, isento de taxaço fiscal. Além disso, os usuários deste tipo de sistema não perdem o direito a benefícios como seguro desemprego. (AVELINO et al., 2015)

enquanto que o próprio euro tem uma circulação de cerca de 6 vezes (RIGO, 2014). A moeda de Findhorn, o Eko (também paritária à moeda nacional, a libra esterlina) apresenta um grau de circulação semelhante e é importantíssima para o desenvolvimento da economia dessa comunidade. (DAWSON, 2006) Outro exemplo patente é o "*Crédito*", usado na ecovila de Damanhut (Itália), cuja implementação foi capaz de fomentar e financiar mais de 30 negócios locais. (GAIA EDUCATION, 2012)

Apesar destes sistemas contribuírem fortemente sobre diferentes perspectivas, sua implementação é de baixa complexidade, necessitando, muitas vezes, apenas de um técnico e um computador ou softwares gratuitos. (RIGO, 2014)

As moedas sociais desafiam a economia dominante no aspecto da "exclusividade monetária nacional", onde o Estado é tido como proprietário da moeda por ser a única autoridade responsável por sua emissão. As moedas paralelas horizontalizam as relações econômicas, permitindo estarem em todo lugar e serem empregadas por todos (RIGO, 2014), provocando uma independência dos sistemas bancários e financeiros globais, responsáveis por crises e pautados na lógica da expansão do capital.

Algumas ecovilas que utilizam essa estratégia econômica incentivam que seus membros troquem seus rendimentos, recebidos em moeda nacional, por moedas locais como as mencionadas. Isso possibilita a expansão dos empreendimentos internos através do investimento destes recursos. Além disso, fomenta a criação de bancos de investimento próprios das ecovilas, como o "*Industrial Provident Society*", em Findhorn - uma espécie de cooperativa de crédito focada em investimentos econômicos para desenvolvimento local que foi capaz de financiar projetos de mais de um milhão de dólares como a compra de turbinas eólicas e um espaço para lojas na comunidade. (DAWSON, 2006)

Observadas essas três práticas, destaca-se o uso da economia solidária pelas ecovilas não apenas para sua estruturação econômica, mas principalmente porque reflete uma oportunidade para a construção do que muitos autores chamam de uma "nova/outra economia", que essas comunidades pretendem demonstrar, através de seus exemplos, ser possível. (AVELINO et al., 2015)

França Filho (2007) também corrobora com essa ideia. Para ele, esse sistema econômico tem como singularidade a "possibilidade de pensar as práticas de economia solidária como uma projeção, no nível micro ou mesossocial, do conceito macrosocial de economia plural". Para além desta singularidade, o autor aponta a economia solidária como articulação inédita entre: a economia mercantil (fundamentada no princípio do mercado autorregulado); a economia não mercantil (fundamentada no princípio da redistribuição), na qual o Estado se apropria/é proprietário dos meios de produção a fim de redistribuir os recursos da economia; e a economia não monetária (fundamentada no princípio da reciprocidade), na qual "os bens circulam de modo horizontal e o objetivo da circulação destes bens e/ou serviços vai muito além da satisfação utilitária das necessidades. Trata-se, sobretudo, de perenizar os laços sociais." (FRANÇA FILHO, 2007, P.4) Essa articulação seria uma nova forma de realizar o ato econômico. Porém, para o autor, talvez o traço deste tipo de economia mais importante de todos que aponte para uma nova economia seja a vocação para a construção conjunta da oferta da demanda, abordada anteriormente.

Santos (2002 apud PICOLOTTO, 2008) enxerga nos movimentos sociais (de economia solidária) a criação de uma "globalização alternativa", voltada, em contraposição ao sistema econômico dominante, para a construção de formas de emancipação social, de modo a gerar uma "nova/outra economia" independente da economia hegemônica. Avelino et al. (2015), semelhantemente, analisa as ecovilas como arranjos que, através de práticas de inovação econômica, incluindo ferramentas da economia solidária, visam também a implementação de uma "nova/outra economia" (AVELINO et al, 2015).

III.8. Ecovilas e a busca por uma "nova/outra economia"¹⁸:

Na busca por cumprir seu propósito de “regenerar os ambientes social e natural” (GEN, 2018), as ecovilas tem estabelecido os fundamentos para a criação de uma nova sociedade. Ao fazerem isso, elas tem dado um passo além quando comparadas com outros movimentos sociais. Nas palavras de Dawson (2015), essas comunidades tem transposto a política do protesto, colocando seus ideais e contestações na prática, testando, avaliando e implementando diversos modos de se “fazer, organizar, conhecer e enquadrar” (AVELINO et al., 2015, P.2). Assim, as ecovilas podem ser consideradas verdadeiros laboratórios de experimentação cujos resultados tem gerado importantes inovações sociais. (KUNZE e AVELINO, 2015)

Por inovação social no contexto das ecovilas, entende-se o conjunto de práticas e abordagens utilizadas para a criação de sistemas sustentáveis – ambientais, sociais e econômicos – através da participação e cooperação em comunidade.

Para isso, as ecovilas tem desenvolvido um nova relação entre essas três dimensões de modo a reposicionar a economia, colocando-a em serviço do ser humano e do ambiente, em total contraposição ao modelo dominante. Fazendo isso, buscam construir uma “nova/outra economia”. Nesse sentido, este termo se refere a um vasto conjunto de ideias articuladas que nascem das falhas percebidas na visão e práticas da economia convencional, das quais se destacam o enfoque no crescimento econômico como meta principal, a crença no mercado como um perfeito regulador e a exclusividade governamental na emissão de moeda e crédito. Essa rejeição à economia hegemônica repercute em filosofias e práticas alternativas, complementares, prospectivas ou emergentes, que se configuram no objetivo final de construção e estabelecimento de uma nova economia. (BOYLE e SIMMS, 2009; RIEGEL, 1944, 1949 apud AVELINO et al., P.5)

Nessa busca por uma prática econômica ideal, as ecovilas atuam nas mais diversas esferas, como já mencionado ao longo deste capítulo, tendo como base a transformação dos valores éticos dos indivíduos e da coletividade. Mudar as relações de produção, consumo,

¹⁸ Apesar do artigo de Avelino et al. (2015), que aborda a temática de inovação socioeconômica no contexto particular das ecovilas, utilizar apenas o termo "nova economia", este trabalho optou por empregar também o termo "outra", em vista de haver vários artigos referenciados que utilizam apenas este último no sentido de construção de uma nova economia.

modificar o papel dos atores econômicos e repensar a distribuição da propriedade e dos recursos com um enfoque na construção de um novo tipo de comunidade é um dos objetivos centrais do projeto de uma nova economia. (AVELINO et al., 2015)

"Litfin (2014) propõe, então, que as ecovilas vêm desenvolvendo uma 'nova cultura econômica' que pode ser resumida em cinco princípios que correspondem a uma reformulação dos elementos básicos da economia (consumo, produção, propriedade, moeda e satisfação de necessidades), respectivamente: considerar os custos totais, o que implica pagar preços justos pelos produtos, coerentes com o ganho dos trabalhadores envolvidos e com um uso responsável dos recursos naturais; 'viver corretamente', que envolve a promoção do bem-estar humano dentro dos limites ecológicos, a partir da ideia de que a economia é um 'subconjunto' do ecossistema, e não o inverso; repensar a propriedade, buscando superar a 'norma' da propriedade privada, combinando-a com formas de propriedade coletiva; realocar o dinheiro, colocando-o a serviço das pessoas e ecossistemas, desmistificando-o enquanto a ficção social que representa; e repensar as verdadeiras necessidades, o que envolve desvinculá-las do dinheiro e satisfazer-se com o suficiente." (DIAS e LOUREIRO, 2017, P.6, grifos meus)

Com essa reformulação dos elementos básicos da economia (consumo, produção, propriedade, moeda e satisfação de necessidades), as ecovilas pretendem a criação de uma sociedade mais justa, resiliente e sustentável. Entretanto, não fazem isso apenas com o foco interno, no sentido de se isolar e esquecer a sociedade que a cerca, mas o seu grande objetivo final é servir como modelo prático para esta mostrando que a transformação é possível. (Dawson, 2006) A transformação da sociedade global é um dos objetivos centrais que motivou o próprio surgimento do movimento de ecovilas: a construção de comunidades sustentáveis como respostas estratégicas para uma transição econômica em vista das futuras crises provocadas pelo esgotamento dos recursos. (JACKSON e JACKSON, 2004)

Assim, as ecovilas pretendem criar um novo paradigma onde a economia esteja alicerçada nos limites ecológicos do planeta, mostrando que a sustentabilidade social e ecológica deveria ser a base para a ação econômica. Nessa lógica, o sistema econômico passa a não ser a esfera mais importante na tomada de decisão política, mas sim os limites ambientais planetários. Para isso, novos modelos alternativos ao capitalismo global devem surgir juntamente com mudanças estruturais. Para essas comunidades intencionais, as economias de base local focadas no meio ambiente e na valorização humana servirão de exemplos para, aos poucos, substituir o sistema dominante (GAIA EDUCATION, 2012)

De acordo com Jackson et al. (2002 apud COSTA, 2010), duas características marcantes no pensamento das ecovilas dentro do contexto da busca por uma economia alternativa são a aceitação de que é necessária uma redução nos padrões de consumo e a

dedicação prioritária dos membros das ecovilas à atividades de desenvolvimento local, ecologia e bem-estar em detrimento à atividades puramente econômicas. Sobre a questão do consumo, Dawson (2006) também destaca o papel central deste elemento no projeto de uma nova economia. Reduzir o padrão de consumo nessas comunidades é possível a partir do grau de compartilhamento que desenvolvem. Entretanto, é importante ressaltar que isso só acontece de fato quando pelo investimento na transformação da lógica do pensamento, que já vem desde cedo tão arraigado ao materialismo e consumismo. Jackson et al. (2002 apud COSTA, 2010) ainda destaca a importância da geração de renda internamente a partir do uso de ferramentas para sua estruturação organizacional como o cooperativismo, sempre se pautando em uma ética ecológica e de valorização do ser humano.

Em um dos principais artigos que examina a busca das ecovilas pelo desenvolvimento desta nova economia são listadas quatro abordagens entendidas como principais para a transformação da economia global, sendo todas aplicadas pelas ecovilas e tendo sido todas analisadas ao longo deste trabalho (AVELINO et al., 2015):

- Decrescimento econômico e foco na economia local;
- Economia solidária;
- Economia colaborativa;
- Empreendedorismo social.

A fim de ilustrar melhor esse investimento no projeto de uma economia ideal, organizamos um quadro (QUADRO 3) que destaca as práticas e estratégias vistas como "nova/outra economia" e os autores que as relacionam com iniciativas desenvolvidas pelas ecovilas.

Após toda essa abordagem, é possível ver o esforço dessas comunidades intencionais em funcionar como modelos de regeneração. Regenerar, assumido em seu compromisso de existência, tem como um dos significados etimológicos revivificar moralmente ou atribuir vida a. Esse é o foco principal das ecovilas: revivificar a sociedade atual mortificada em suas práticas de desvalorização do ser humano e da própria vida.

QUADRO 3: INICIATIVAS DAS ECOVILAS E AUTORES QUE AS IDENTIFICAM COMO A BUSCA POR UMA “NOVA” ECONOMIA

CATEGORIAS	PRÁTICAS	AUTORES						
		AVELINO et. al. (2015)	DAWSON (2015, 2006)	LITFIN (2014 *)	HALL (2015)	GAIA EDUCATION (2012)	GEN (2018)	CUNHA (2015)
Práticas Econômicas	Economia Solidária**	X	X	X		X	X	X
	Economia Colaborativa/ Compartilhada	X			X	X	X	
	Empreendedorismo Social	X	X			X	X	
Teorias e Transformações Ideológicas	Decrescimento Econômico/ Estado Estacionário	X	X			X	X	X
	Novos parâmetros de qualidade de vida e bem-estar	X	X	X	X	X	X	X
	Racionalidade substantiva	X	X	X	X	X	X	X
	Sustentabilidade ecológica como base para as ações econômicas	X	X	X		X	X	
	Relações coletivas de propriedade e distribuição de renda	X	X	X	X	X	X	
	Baixo padrão de consumo e consumo consciente	X	X	X	X	X	X	X
Missão e valores	Ecovilas como modelos de transformação socioeconômica	X	X	X	X	X	X	
	Prioridade em práticas internas voltadas para o avanço do movimento		X	X	X	X	X	

* apud DIAS e LOUREIRO, 2017.

** Dentre as práticas destacadas pelos autores estão o cooperativismo, as moedas sociais, a realocização econômica, dentre outras.

CONCLUSÃO:

As ecovilas surgem como movimentos sociais de insatisfação aos cenários socioeconômicos e ambientais experimentados e culminados entre as décadas de 1970-1980. É possível afirmar que, inicialmente, buscavam uma ruptura e afastamento da sociedade por sua forte crítica à lógica de funcionamento da mesma. Entretanto, atualmente essas comunidades tem buscado o estreitamento das relações com a sociedade que as cerca no entendimento de que podem funcionar como “modelos” ou “laboratórios” para esta no estabelecimento de novas práticas de valorização do ser humano e do meio ambiente.

Apesar de se constituir como um movimento unificado, cada ecovila se apresenta como um projeto com características particulares e distintas uma das outras. Assim, o movimento das ecovilas é assinalado pela pluralidade, com cada comunidade apresentando suas prioridades e desafios próprios, mas todas, de alguma forma, buscando contribuir para o ambicioso objetivo de "regenerar os ambientes social e natural". Conquanto tal objetivo seja ousado, é inegável o que essas comunidades vem propondo e desenvolvendo por meio de uma série de ações concretas das quais se destacam as voltadas para a sustentabilidade social, ecológica e econômica.

Este trabalho se propôs a fazer uma análise profunda dessas três dimensões e, apesar de ter particularizado cada uma, é importante ressaltar que estas são tratadas pelas ecovilas, de forma consciente e intencional, como interligadas, indissociáveis e interdependentes. A maior parte das práticas implementadas parece responder às expectativas dessas três dimensões. Por exemplo, formas de estruturação que possibilitam e estimulam o compartilhamento de recursos, como o *cohousing*, reduzem o consumo de recursos naturais e diminuem os custos de vida, ao mesmo tempo que estreitam os laços da comunidade, gerando proximidade e solidariedade. Isso também fica notável ao perceber que algumas ações apontadas nas três dimensões são praticamente as mesmas, como a partilha de recursos e propriedade, redução do consumo e estímulo ao consumo consciente, realocação econômica. (DIAS e LOUREIRO, 2017) Essa abordagem sistêmica está pautada na busca pela coerência entre as ações e os valores. Isto significa, por exemplo, que uma política econômica não pode ser adotada sem considerar detalhadamente as questões ecológicas assim como nenhuma ação pode prejudicar a sustentabilidade social.

Outra característica bastante interessante comum às três dimensões de sustentabilidade é a relação das ações desenvolvidas com a busca pela ressignificação e reavaliação das práticas estabelecidas pela lógica dominante. De fato, o “valor” parece ser o elemento central trabalhado por essas comunidades para que consigam atingir a harmonia entre seus princípios e ações. As ecovilas investem fortemente na transformação da consciência do indivíduo na compreensão de que a esfera individual, quando inserida em uma estrutura de apoio mútuo/comunidade, é capaz de modificar a esfera social.

É claro que um movimento com propostas tão ambiciosas apresenta uma série de obstáculos e limitações, tanto a nível interno quanto externo. Uma questão importante, por exemplo, está relacionada a um certo grau de elitismo observado no movimento, principalmente nas ecovilas do hemisfério norte, onde o perfil socioeconômico e étnico dos membros corresponde a indivíduos “brancos”, de classe média ou alta e grau de instrução elevado, apesar do exposto desejo pela diversidade. (DIAS e LOUREIRO, 2017) Na visão de Fotopoulos (2000), muitas vezes o movimento das ecovilas acaba se configurando como grupos de classe média tentando estabelecer um padrão de vida melhor com foco exclusivamente autocentrado. É compreensível que, inseridas no contexto capitalista, essas comunidades acabem reproduzindo alguns dos padrões de pensamento e de comportamento. Por isso, o movimento se propõe a estar em constante análise e reavaliação a fim de produzir maior igualdade e justiça social e coerência com suas ideologias. Outra problemática refere-se ao grau de inserção das ecovilas na sociedade. Algumas dessas comunidades se tornam arranjos isolados, dificultando seu desenvolvimento econômico e as relações com a sociedade que a cerca. Muitas vezes, esse isolamento acontece por questões relacionadas à distância física, mas existe também ainda a postura de isolamento motivada pela aversão à estrutura social dominante. Entretanto, este último caso parece ser a exceção. Como abordado no trabalho, um grau de isolamento é desejável para possibilitar a mudança interna almejada. O desafio está exatamente em definir este nível para permitir que a comunidade continue a exercer influência sobre a sociedade sem ferir sua integridade ética e moral. (DAWSON, 2006)

Dentro da dimensão social, as problemáticas encontradas estão principalmente ligadas aos processos de tomada de decisão. Apesar das ecovilas buscarem a horizontalização e essa ser considerada sua maior contribuição social, muitas vezes hierarquias acabam se

estabelecendo. Além disso, a vida em comunidade e o grau de compartilhamento proposto também são desafios com alto potencial para gerar tensões e conflitos. (DIAS e LOUREIRO, 2017) As soluções encontradas pelas comunidades para superar tais questões estão pautadas no fortalecimento das relações interpessoais, na gestão de conflitos e no estímulo ao autoconhecimento e transformação do padrão de pensamento.

Na dimensão ecológica, as principais questões se relacionam com a dificuldade de evitar o uso de materiais produzidos industrialmente sem a responsabilidade socioambiental defendida pelo movimento. Roupas, computadores, celulares, automóveis, utensílios domésticos e assim por diante. (DAWSON, 2006) De fato, o consumo de alguns desses bens é inevitável. Entretanto, as ecovilas se esforçam no sentido de estimular o consumo consciente e a produção interna de alguns bens para suprir suas demandas. Além disso, propõem a reavaliação das necessidades reais e estimulam o compartilhamento a fim de reduzir desperdícios e o impacto desse consumo inevitável.

No aspecto econômico, os desafios também são grandes. Criar economias de base local não é uma tarefa simples, especialmente em ecovilas com um pequeno número de membros, dificultando assim a diminuição da dependência da economia dominante. Em muitas dessas comunidades, os membros precisam trabalhar fora, o que pode ser visto como positivo pela interação ou negativo se for pelo baixo grau de empreendedorismo local, resultante de falhas na estruturação econômica. Outros grandes desafios estão ligados ao custo da terra e formas de financiamento que inviabilizam economicamente diversos projetos de ecovilas. De fato, estruturar a economia dessas comunidades exige grande competência em termos de planejamento e muitas fracassam por causa disso. A própria organização na propriedade dos bens e seu compartilhamento pode gerar inúmeros conflitos. (DIAS e LOUREIRO, 2017; DAWSON, 2006).

Apesar de todas essas limitações e desafios, não é possível contestar os avanços dessas comunidades em direção à sustentabilidade nas suas diferentes dimensões. Embora, as questões ecológicas sejam centrais para as ecovilas e tenham íntima relação com o motivo de seu surgimento, as maiores inovações consideradas pela literatura estão nas dimensões social e econômica.

O foco deste trabalho foi a dimensão econômica tendo em vista como ela é crucial para as demais. Destaca-se nesta dimensão como cada prática e iniciativa é intencionalmente planejada a fim de possibilitar uma reavaliação de padrões de comportamento econômicos já cristalizados na estrutura vigente. Retoma-se à questão do “valor” mencionada acima. Por exemplo, ao desenvolver e estimular o comunalismo, essas comunidades promovem a reavaliação dos valores de propriedade e distribuição de renda; ao incentivar à diminuição do consumo e estimular o consumo consciente possibilitam a ressignificação das reais necessidades; ao incentivar a economia local e o decrescimento econômico reavaliam as estruturas de produção e o próprio papel da economia; ao investir em capital humano, social e natural para a promoção da qualidade de vida reavaliam o bem-estar tanto individual quanto coletivo; ao investir na racionalidade substantiva resgatam a prática ética da economia. Com essa reformulação dos elementos econômicos básicos, as ecovilas buscam a criação de uma sociedade mais justa, resiliente e sustentável.

Dentro deste aspecto, outro ponto que merece destaque é o uso das ferramentas da economia solidária no âmbito das ecovilas. Na realidade, é interessante observar como os dois movimentos são convergentes não apenas em aspectos ideológicos, mas no próprio contexto histórico. Ambos surgem como movimentos de contestação à conjuntura social e econômica vigente e buscam a superação de suas inquietudes através da comunidade e apoio mútuo. As ecovilas fazem uso de praticamente todas as ferramentas e tecnologias sociais deste movimento uma vez que elas se configuram como oportunidades para essas comunidades realizarem o ato econômico, inseridas na economia global destrutiva que as cerca, mas mantendo a coerência e integridade de seus ideais e ética. Além disso, a economia solidária tem relação com o movimento de ecovilas quanto à sua possibilidade de transformação social visando a construção de uma outra economia.

Neste ponto, destacamos como as práticas econômicas das ecovilas refletem na busca por uma economia ideal. O uso da economia solidária juntamente com a economia compartilhada, o empreendedorismo social, decrescimento e relocalização econômica e mudanças nos padrões de produção, distribuição e consumo fazem parte das principais abordagens utilizadas pelas ecovilas na construção de uma economia voltada para a valorização do ser humano, respeitando os limites do meio-ambiente.

Essa busca por uma “nova” economia, como já dito, não tem foco apenas interno, mas o grande objetivo final é servir como modelo prático para a sociedade global mostrando que a transformação é possível.

Dentro desse objetivo, este trabalho aponta como possibilidade de difusão e crescimento desta “outra” economia a estratégia de horizontalização das relações econômicas. Essa horizontalização é construída a partir da relação direta entre produtores e consumidores e manifesta-se em formas de produção onde a oferta e a demanda são construídas conjuntamente ou nos chamados mercados paralelos ou alternativos, que são pautados em valores éticos e de confiança. São exemplos: o mercado de comércio justo, os voltados para empresas que atestam responsabilidade socioambiental, os voltados para causas específicas (como valorização da economia local e produção orgânica), dentre outros. Estes mercados tem crescido graças à maior conscientização política e socioeconômica dos indivíduos e ao avanço tecnológico dos meios de comunicação que tem proporcionado uma maior conexão e difusão dessas ideias através das redes sociais. Nesse sentido, as ecovilas podem oferecer seus produtos e serviços para a economia externa, através destes mercados, fortalecendo e desenvolvendo sua economia interna e difundindo seus valores, permitindo que outros indivíduos conheçam esses movimentos sociais.

Outra possibilidade que se destaca na questão de fortalecimento do movimento de ecovilas também faz uso de uma das ferramentas da economia solidária – o cooperativismo. A construção de redes de comércio inter-ecovilas e cooperativas que funcionem a nível global pode contribuir significativamente com a diminuição da dependência e vulnerabilidade econômica dessas comunidades perante a economia hegemônica.

Apesar do caráter utópico ser uma marca do movimento de ecovilas, essas comunidades tem alcançado resultados bastante concretos. Se aliados a essas estratégias de fortalecimento do movimento, essas comunidades podem aumentar substancialmente a sua capacidade de influenciar pessoas e transformar contextos, regenerando os ambientes social e natural, que é a sua grande vocação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFONSO, C. M. Sustentabilidade: caminho ou utopia? São Paulo: Annablume, 2006. 72p.
- AHMED, P. O. What does ‘solidarity economy’ mean? Contours and feasibility of a theoretical and political project. *Business Ethics: A European Review* **24**: 425-435, 2014.
- ALVES, E. F. Qualidade de vida: considerações sobre os indicadores e instrumentos de medida. *Revista Brasileira de Qualidade de Vida* 3: 16-23, 2011.
- AUROVILLE. Auroville – The City of Dawn. Disponível em: <<https://www.auroville.org/>> Acesso em: setembro 2017- março 2018.
- AVELINO, F. et al. Transitions towards ‘New Economies’? A Transformative Social Innovation Perspective. *TRANSIT working paper*. 2015. 27p.
- BAUMAN, Z. Comunidade Busca por Segurança no Mundo Atual. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2003. 141p.
- BARROS, J. A. Os falanstérios e a crítica da sociedade industrial: revisitando Charles Fourier. *Mediações* **16**: 239-255, 2011.
- BBC NEWS. Findhorn eco-community marks 50 years. 2012. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/uk-scotland-north-east-orkney-shetland-20358557>> Acesso em: setembro 2017.
- A BÍBLIA. Como viviam os convertidos (Atos dos Apóstolos 2: 44-46). Bíblia de Estudos Andrews. São Paulo: Casa Publicadora Brasileira, 2015. 1888p.
- BLOUIN, M. The Urban Ecovillage Experiment: The Stories of Six Communities that Hoped to Change the World. Califórnia, 2007. Monografia (Bacharelado em Artes e Análise Ambiental) – Pomona College, Califórnia. 88p.
- BONTEMPO, M. Ecovilas, sustentabilidade e consciência planetária. Disponível em: <<https://mbecovilas.wordpress.com/>> Acesso em: novembro 2017.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Os dois métodos e o núcleo duro da teoria econômica. *Revista de Economia Política* **29**: 163-190, 2009.
- BURGER, H.; WINTERS, L.; BECK, R.; ORMSBY, A. An Analysis of Ecovillages as Model Sustainable Communities. 2004. Disponível em: <<https://www.eposters.net/poster/an-analysis-of-ecovillages-as-model-sustainable-communities>> Acesso em: setembro 2017.

- CERNEV, F. K.; HENTSCHKE, L. A teoria da autodeterminação e as influências das necessidades psicológicas básicas na motivação dos professores de música. *Revista da ABEM* 20: 88-102, 2012.
- CHRISTIAN, D. L. *Creating a Life Together: Practical Tools to Grow Ecovillages and Intentional Communities*. Canadá: New Society Publishers, 2003. 272p.
- CITIZEN INITIATIVE. The Findhorn Foundation: Myth and Reality. Disponível em: <https://citizeninitiative.com/the_findhorn-foundation.htm#bay> Acesso em: setembro 2017.
- COSTA, A. R. Sistema Econômico das Ecovilas sob a abordagem da economia social. *Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e meio Ambiente* 5: 40-48, 2010.
- CRUZ, M. Thorstein Veblen - O Teórico da Economia Moderna - Teoria Econômica, Psique e Estética da Ordem Patriarcal. Disponível em: <<http://www.corecon-rj.org.br/anexos/C6CA36E075977D806AB2A8FC4B5EF6C4.pdf>> Acesso em: março de 2018.
- CUNHA, E. V. A Sustentabilidade em Ecovilas: práticas e definições segundo o marco da economia solidária. Salvador, 2012. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Bahia.
- DALY, H. E. *Steady-State Economics*. 2 ed. Washington: Island Press, 1991. 318p.
- DAWSON, J. *Ecovillages: New Frontiers for Sustainability*: Green Books, 2015. 96p.
- _____. How Ecovillages Can Grow Sustainable Local Economies. *Communities* 133: 56-61, 2006.
- _____. A Tale of Two Ecovillages: Reviving the Health of Local Communities. *Resurgence Magazine* 227, 2004. In: *Gaia Economics – living well within planetary limits*: 94-98, 2010.
- DIAS, E. B. M. A expansão da economia colaborativa e a necessidade de uma economia sustentável: um panorama do debate atual. Rio de Janeiro, 2016. Monografia (Bacharelado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- DIAS, M. A.; LOUREIRO, C. F. Educação ambiental nas experiências das ecovilas: integrando as dimensões de sustentabilidade. In: *IX EPEA - Encontro Pesquisa em Educação Ambiental*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2017. 13p.

NASCIMENTO, C. A autogestão e o “novo cooperativismo”. In: DICKMANN, I. e DICKMANN, I. (Orgs.). A questão da habitação popular. Curitiba: Base Editorial, IBEP, 2015. 448p.

ECOVILAS BRASIL. Caminhando para a Sustentabilidade do Ser. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5WdRf8jj4Ls>> Acesso em: setembro 2017.

ECOVILLAGE AT ITHACA. Living Greener. Disponível em: <<http://ecovillageithaca.org/live/living-greener/>> Acesso em: novembro 2017.

FABRI, A. Ecovilas: uma análise comparativa a partir das dimensões de sustentabilidade. Curitiba, 2015. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Paraná.

FACCIN, L. V. Modelos de Sustentabilidade: Ecovilas Brasileiras. Um estudo de viabilidade e implementação. Florianópolis, 2016. Monografia (Bacharelado em Economia) – Curso de Ciências Econômicas – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina.

FEA USP. A Trajetória militante de Paul Singer. Disponível em: <<https://www.fea.usp.br/fea/noticias/fea-professores-trajetoria-militante-de-paul-singer>> Acesso em: março 2018.

FELLOWSHIP FOR INTENTIONAL COMMUNITY. EcoVillage Ithaca. Disponível em: <<https://www.ic.org/directory/ecovillage-at-ithaca/>> Acesso em: novembro 2017.

FINDHORN FOUNDATION. Disponível em: <<https://www.findhorn.org/faq/>> Acesso em: março 2018.

FONSECA, L. P. et al. Cooperativismo e sustentabilidade: um estudo sobre a produção científica na base web of science. *Revista de Gestão e Organizações Cooperativas* 1: 12-22, 2014.

FOTOPOLOUS, T. The Limits of Life-Style Strategies: the Ecovillage ‘Movement’ is NOT the Way Towards a New Democratic Society. *Democracy & Nature* 6: 287-308, 2000.

FRANÇA FILHO, G. C. Terceiro setor, Economia social, Economia solidária e Economia popular: Traçando fronteiras conceituais. *Bahia Análise & Dados* 12: 9-19, 2002.

_____. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. *Revista de Ciências Sociais* 7: 155-174, 2007.

- FRANKE, R. W. An Overview of Research on Ecovillage at Ithaca. *RCC Perspectives* **8**: 111-124, 2012.
- GAIA EDUCATION. Educação para o Design de Ecovilas. Versão 5, 2012. 107p.
- GAIA TRUST. Our History. Disponível em: <<http://gaia.org/gaia-trust/about-gaia-trust/>> Acesso em: setembro 2017.
- GAIGER, L. I. A dimensão empreendedora da economia solidária: Notas para um debate necessário. *Otra Economía* **2**: 58-72, 2008.
- GARCIA, D. S. S. Dimensão econômica da sustentabilidade: uma análise com base na economia verde e a teoria do decrescimento. *Veredas do Direito* **13**: 133-153, 2016.
- GEN. Global Ecovillage Network - Catalyzing Communities for a Regenerative World. Disponível em: <<https://ecovillage.org/>> Acesso em: setembro 2017- março 2018.
- HALL, R. The ecovillage experience as an evidence base for national wellbeing strategies. *Intellectual Economics* **9**: 30-42, 2015.
- HOLMGREN, D. Permaculture: Principles & Pathways Beyond Sustainability. 2 ed. Reino Unido: *Permanent Publications*, 2011. 320p.
- INSTITUTO PALMAS. O que é um Banco Comunitário? Disponível em: <<http://www.institutobancopalmas.org/o-que-e-um-banco-comunitario/>> Acesso em: março 2018.
- JACKSON, H. What is na Ecovillage? 1998. Disponível em: <http://gaia.org/wp-content/uploads/2016/07/HJackson_whatIsEv.pdf> Acesso em: outubro 2017.
- JACKSON, R. The Ecovillage Movement. *Permaculture Magazine* **40**: 11p, 2004. Disponível em: <http://www.steady-state.ca/articles/JTRJ_EV-Movement2004.pdf#> Acesso em: outubro de 2017.
- JACKSON, H.; JACKSON, R. Global ecovillage network history 1990-2004. 2004. Disponível em: <http://gaia.org/wp-content/uploads/2016/07/HJackson_GEN-History.pdf> Acesso em: setembro 2017.
- KASPER, D. V. S. Redefining Community in the Ecovillage. *Human Ecology Review* **15**: 12-24, 2008.

- KIRBY, A. Redefining social and environmental relations at the ecovillage at Ithaca: A case study. *Journal of Environmental Psychology* **23**: 323–332, 2003.
- KOVASNA, A. Collaborative Research: Examples and Lessons from a Baltic Sea Project. *RCC Perspective* **8**: 125-134, 2012.
- KOZENY, G. Intentional communities: Today's social laboratories. 2003. Disponível em: <http://www.gaia.org/mediafiles/gaia/resources/GKozeny_IC-SocialLabs.pdf>. Acesso em: novembro 2017.
- KUNZE, I.; AVELINO, F. Social Innovation and the Global Ecovillage Network. Research Report, TRANSIT. 2015. 124p.
- LAQUEUR, W. A History of Zionism. Holt, Rinehart and Winston, 1972. 639p.
- LAVILLE, J-L. Economia solidária, a perspectiva europeia. *Sociedade e Estado* **16**: 57-99, 1999.
- LOCAL FUTURES. Helena Norberg-Hodge – Full Biography. Disponível em: <<https://www.localfutures.org/programs/the-economics-of-happiness/the-film/film/helena-norberg-hodge-full-biography/>> Acesso em: março 2018.
- MARE, E. C. A Concise History of the Global Ecovillage Movement. Seattle: Village Design Institute, 2000. Disponível em: <http://www.villagedesign.org/vdi_writings/Concise_History_Ecovillage.pdf> Acesso em: setembro 2017.
- MENDES, J. M. G. Dimensões da sustentabilidade. *Revista das Faculdades Santa Cruz* **7**: 49-59, 2009.
- METCALF, B. The Findhorn Book of Community Living. Vermont: Findhorn Press, 2004. 128p.
- METCALF, W. J. Utopian Struggle: Preconceptions and Realities of Intentional Communities. *RCC Perspectives* **8**: 21-29, 2012.
- MILBRATH, L. W. Redefining the Good Life in a Sustainable Society. *Environmental Values* **2**: 261-269, 1993.
- MOCELLIN, A. Ser humano x natureza: o dualismo básico do paradigma moderno: um olhar a partir dos novos saberes emergentes. Rio de Janeiro, 2015. Dissertação (Mestrado em

Direito) – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MOLLISON, B. Introduction to Permaculture. Austrália: Tagari Publications, 1991. 198p.

MORAES, G. I.; SERRA, M. A importância e a atualidade do pensamento de E. F. Schumacher. *Ensaio FEE* 26: 1019-1040, 2005.

MUELLER, M. The Economy of Auroville. *Gaia Economics – living well within planetary limits*: 195-199, 2010.

NORBERG-HODGE, H.; GORELICK, S.; PAGE, J. Economics of Happiness. 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pyQaUDLW6ts>> Acesso em: fevereiro 2018.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. *Revista FAE* 5: 37-48, 2002.

PICOLOTTO, E. L. Novos movimentos sociais econômicos: economia solidária e comércio justo. *Otra Economía* 2: 74-92, 2008.

REES, W. E. Ecological footprints and appropriated carrying capacity: what urban economics leaves out. *Environment and Urbanization* 4: 121-130, 1992.

RIGO, A. S. Moedas sociais e bancos comunitários no Brasil: aplicações e implicações, teóricas e práticas. Salvador, 2014. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, Bahia.

RIOS G. S. L. O que é cooperativismo. 2 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007. 171p.

SACHS, I. Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 95p.

_____. Estratégias de Transição Para o Século XXI. São Paulo: Studio Nobel: Fundap, 1993. 103p.

SANTOS B. S. S. Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002. 521p.

SANTOS, C. C. M.; CEBALLOS, Z. H. M. A Importância do Cooperativismo. In: *X Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VI Encontro Latino Americano de Pós-Graduação*. Universidade do Vale do Paraíba – São Paulo, 2006. 1144-1147.

SANTOS Jr., S. J. Território, Utopia e a Construção de Espaços Emancipados na Contemporaneidade: o caso das ecovilas. In: *XVII Encontro Nacional de Geógrafos*. Belo Horizonte, 2012. 10p.

SCHLOSS TEMPELHOF. Disponível em: <<https://www.schloss-tempelhof.de/service/english/economy/>> Acesso em: março 2018

SCHNEIDER, J. O. Cooperativismo e desenvolvimento sustentável. *Otra Economía* 9: 94-104, 2015.

SCHUMACHER, E. F. O negócio é ser pequeno (Small is Beautiful) – Um estudo de Economia que leva em conta as pessoas. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2010. 316p.

SENAES. Os Empreendimentos Econômicos Solidários. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_empreendimento.asp>. Acesso em: dezembro 2017.

SEVERO, L. S.; PEDROZO, E. A. A citricultura orgânica na região do Vale do Caí (RS): racionalidade substantiva ou instrumental? *Revista de Administração Mackenzie* 9: 58-81, 2008.

SHARP, J.; IMERMAN, E.; PETERS, G. Community Supported Agriculture (CSA): Building Community Among Farmers and Non-Farmers. *Extension Journal* 40: 1-9, 2002.

SHENKER, B. *Intentional Communities – Ideology and Alienation in Communal Societies*. Routledge Revivals, 1996. 296p.

SILVEIRA, L. M.; PETRINI, M.; SANTOS, A. C. M. Z. Economia compartilhada e consumo colaborativo: o que estamos pesquisando? *REGE - Revista de Gestão* 23: 298-305, 2016.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. SANTOS, B. S. (org.)

Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 30p.

SIQUEIRA, G. M. V. As ecovilas de sucesso do Brasil. In: *VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2017. 13p.

_____. Tensão entre as racionalidades substantiva e instrumental: estudo de caso em uma ecovila no sul da Bahia. *Cadernos EBAPE.BR* 15: 768-782, 2017 b.

SOARES, T. A.; LANGNER, M. Análise sobre o planejamento e o não planejamento de ecovilas e comunidades sustentáveis. *Revista de Arquitetura da IMED* **3**: 118-125, 2014.

THE GUARDIAN. Eileen Caddy. 2007. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/news/2007/jan/08/guardianobituaries.religion>> Acesso em: novembro 2017.

TWIN OAKS COMMUNITY. Disponível em: <<https://www.twinoaks.org/about-twinoaks-community/faqs-frequently-asked-questions>> Acesso em: março 2018.

WAGNER, F. Ecovillage Research Review. *RCC Perspectives* **8**: 81–94, 2012.

WEBER, B. T.; FERRAZ, G. S. A construção da alternativa: contracultura, movimento alternativo e ecovilas. *PLURA, Revista de Estudos de Religião* **7**: 405-438, 2016.

WIKIPEDIA. Sri Aurobindo. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Sri_Aurobindo> Acesso em: novembro 2017.

WILLIAMS, C. C. Local exchange and trading systems: a new source of work and credit for the poor and unemployed? *Environment and Planning A* **28**: 1395-1415, 1996.